



*Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de
Exclusão Social*

A INFÂNCIA QUE ESPERA
Do Acolhimento à Construção dos Projectos de Vida

Juliana Monteiro

Dissertação apresentada ao Júri do Instituto Superior de Serviço Social do Porto para a
obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de
Exclusão Social

Orientação Científica: Professor Doutor José Alberto Reis

Porto 2014

Resumo

O presente estudo pretende analisar que projectos de vida foram definidos num Centro de Acolhimento Temporário, bem como o sucesso/insucesso das intervenções sofridas pelas famílias antes e depois da institucionalização.

Para o efeito, procedemos a análise dos respectivos processos de promoção e de protecção dos menores que até à data da investigação se encontravam em contexto institucional. Contemplamos neste estudo os menores que passaram pelo acolhimento institucional no ano 2010/2011, percorrendo os diferentes serviços sociais onde se encontravam os diferentes processos. Assim, a amostra traduz-se num total de trinta e três menores, vinte encontravam-se em acolhimento institucional e treze já não se encontravam na instituição tendo em conta que viram os seus projectos de vida concretizados.

A recolha desta informação obedeceu a um guião – inquérito que permitiu a recolha de informação necessária e importante que permitisse uma análise estatística. Este guião permitiu organizar a informação recolhida para posteriormente ser introduzida e analisada no programa de estatística, SPSS.

Os resultados sugerem que uma das situações que prolonga o acolhimento institucional é efectivamente o processo de intervenção que as instituições desempenham com as famílias para que a reunificação familiar se concretize. Mas os resultados também revelam que não existe uma clara aposta na prevenção das situações que desencadeiam a institucionalização, tendo em conta a percentagem de intervenções que falharam. O acompanhamento feito às famílias antes da institucionalização, revela alguma falta de investimento, senão mesmo de respeito, pelo aquilo que são os direitos das crianças que passa pelo seu direito ao desenvolvimento no seio da família. Através dos resultados obtidos, observa-se, ainda, que nos casos em que a reunificação familiar se concretizou, nem todos são de sucesso, sendo que para esses casos começa-se a idealizar uma nova institucionalização.

Ora, se não apostamos claramente neste trabalho de intervenção com afincos estaremos certamente a negar-lhe o direito a ter uma família e certamente a forjar o seu futuro. Sabendo, ainda, que a definição dos projectos de vida exige uma avaliação cuidada, eficaz e rápida, pois o prolongamento do acolhimento, ou as sucessivas institucionalizações em pouco ou nada salvaguardam a promoção dos direitos da criança, nomeadamente ao direito a uma família. O prolongamento do acolhimento e as sucessivas institucionalizações privam a criança de crescer na família e podem

comprometer o futuro com uma nova família. Assim, a decisão de institucionalização deve, então, ser o finalizar de um percurso complexo vivenciado pelas famílias e pelas crianças e não o início duma narrativa linear e assistencialista.

Abstract

The following study aims to analyze what life projects were defined in a Temporary Shelter, as well as the success/failure of interventions experienced by families before and after institutionalization.

For this purpose, we proceed to review of the processes for promotion and protection of minors that were in an institutional context. We contemplated on this study minors who passed through institutional care in the year of 2010/2011, covering all the different social services where the different processes were. Therefore, the sample translates into a total of thirty-three minors, twenty were in institutional care and thirteen were no longer at the institution considering that they saw their life projects being achieved.

The collection of this data followed a script – inquiry that allowed getting all the necessary and important information to a statistical analysis. With this script it was possible to organize all the information collected to be posteriorly introduced and analyzed in the statistical program SPSS.

The results suggest that one of the situations that prolong institutional care is actually the process of intervention performed by the institutions with the families to accomplish the family reunification. But the results also show that there isn't a clear focus on prevention of conditions that trigger institutionalization, taking into account the percentage of interventions that have failed. The monitoring done to families before institutionalization reveals a lack of investment, if not respect, for what are the rights of children passing through their right to development integrated in a family. Through the results that we get, it's still observed that in cases where family reunification was achieved, but not all are successful, and for these cases it begins to idealize a new institutionalization.

Well, if we not bet clearly and hard on this kind of intervention work we will certainly deny them the right to have a family, and certainly forge their future. Knowing also that the definition of life projects requires a evaluation careful, effective and quick, because the extension of the host, or the successive institutionalization don't safeguard the promotion of children's rights, including the right to a family. The extension of the host and subsequent institutionalization deprives the child to grow up in the family and could jeopardize the future with a new family. So, the decision of institutionalization should then be the end of a complex pathway experienced by families and children and not the beginning of a linear narrative and welfare.

Résumé

Cette étude vise à examiner les projets de vie ont été définis dans des abris temporaires, ainsi que la réussite/l'échec des interventions vécues par les familles avant et après l'institutionnalisation.

À cette fin, nous procédons à revoir leurs processus de promotion et de protection de la recherche de la jeunesse à ce jour ont été dans un contexte institutionnel. Contemplez cette étude les mineures qui sont passés par les soins en établissement pour l'année 2010/2011, couvrant les différents services sociaux où étaient les différents processus. Ainsi, l'échantillon se traduit par un total de trente-trois enfants, vingt étaient dans des institutions et treize n'étaient plus à l'institution étant donné que vu leurs projets de vie mises en œuvre.

La collecte de ces données a suivi un script - l'enquête qui a réuni l'information nécessaire et important pour permettre une analyse statistique. Cette grille a permis d'organiser l'information recueillie pour être analysé dans le programme statistique SPSS.

Les résultats suggèrent que l'une des situations qui prolonge les soins en établissement est en fait le processus d'intervention que les institutions jouent avec les familles pour le regroupement familial de se produire. Mais les résultats montrent également que l'accent est mis clairement sur la prévention des conditions qui déclenchent l'institutionnalisation, en tenant compte du pourcentage d'interventions qui ont échoué. Le suivi fait aux familles avant l'institutionnalisation, révèle un manque d'investissement, si ce n'est pas respecter, pour ce que sont les droits de l'enfant en passant par leur droit au développement dans la famille. Grâce à ces résultats, on constate en outre que dans les cas où le regroupement familial a été atteint, ne sont pas tout réussi, et pour ces cas, il commence à idéaliser une nouvelle institutionnalisation.

Mais si on n'investisse pas dans l'intervention on risque de nier aux enfants le droit d'avoir une famille et le droit à forger leur avenir. Sachant également que la définition de projets de vie nécessite une étude minutieuse, efficace et évaluation rapide, parce que l'extension de l'hôte, ou l'institutionnalisation successives en peu ou rien sauvegarder la promotion des droits de l'enfant, y compris le droit à une famille. L'extension de l'hôte et l'institutionnalisation ultérieure prive l'enfant de grandir dans la famille et pourrait mettre en péril l'avenir avec une nouvelle famille. Ainsi, la décision de l'institutionnalisation devrait alors être la fin d'une voie complexe vécue par les familles et les enfants et pas le début d'un récit et le bien-être linéaire.

Agradecimentos

A realização deste trabalho é o culminar de uma longa caminhada e como qualquer caminhada só se faz bem em boa companhia, onde em muitos momentos se vai buscar o apoio e a ajuda para cumprir as nossas etapas, quero aqui agradecer e expressar a minha sincera gratidão.

Em primeiro lugar, um sincero agradecimento ao Professor Doutor José Alberto Reis pela disponibilidade e pela paciência dispensada.

Também desejo agradecer ao Centro de Acolhimento Temporário pela disponibilidade com que colaboraram na realização deste projecto.

E um profundo agradecimento aos meus pais, âncoras de toda a minha vida, pelo carinho e pelo amor que me transmitem todos os dias.

ÍNDICE

Resumo.....	II
Abstract.....	IV
Résumé.....	V
Agradecimentos.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
I – HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	5
1.1– Evolução da concepção sobre a infância.....	5
1.2– Da história da infância aos maus-tratos.....	11
II – CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI DE PROTECÇÃO DE MENORES.....	21
1.1– Evolução histórica da legislação em Portugal.....	21
1.2– Sistema de Protecção para crianças/jovens que se encontram numa situação de perigo.....	25
1.2.1- Medidas de Promoção e de Protecção.....	28
1.2.2- Medidas em Meio Natural de Vida.....	29
1.2.3– Medidas em Regime de Colocação.....	31
III – TRAÇOS GERAIS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	34
1.1– Características particulares das crianças e jovens.....	37
1.2 – Medidas de Promoção e de Protecção aplicadas.....	39
1.3– Modalidades de acolhimento.....	41
1.4– Tempos de permanência.....	42
1.4.1– Tempos de permanência nos Centros de Acolhimento Temporário e em Lares de Infância e Juventude.....	44
2– Projectos de vida.....	47
2.1– Crianças e jovens sem projecto de vida.....	47
2.2– Crianças e jovens com projecto de vida em 2012.....	48

2.3– Análise da evolução dos projectos de vida – crianças e jovens com alteração dos projectos de vida.....	52
2.4– Crianças e jovens com manutenção dos projectos de vida.....	53
IV – INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	56
1 - Potencialidades e constrangimentos.....	56
V – ESTUDO EMPÍRICO.....	74
METODOLOGIA.....	74
1.1- Objectivos do presente estudo.....	74
1.2– Caracterização da amostra.....	75
1.3– Instrumentos e recolha de dados.....	76
1.4– Procedimentos.....	78
VI – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO.....	80
1- Caracterização do Centro de Acolhimento Temporário.....	80
1.1- O espaço vivido	80
1.2- Caracterização dos menores da amostra e do respectivo contexto familiar.....	84
2- Interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores.....	102
2.1- Os menores que foram encaminhados para a adopção.....	109
2.2- A reunificação familiar.....	118
2.2.1- Casos de insucesso.....	119
3- Factores críticos nos processos de reunificação familiar.....	122
4– Reformular a intervenção – Desafios à intervenção.....	127
A qualificação.....	127
A importância do papel dos CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.....	131
5– Activar factores positivos nos processos de reunificação familiar.....	134
Considerações finais.....	136
Limitações do estudo e pistas para futuras investigações.....	139

Bibliografia.....	141
Anexos.....	145

Introdução

O presente trabalho constitui o desenvolvimento de um percurso que se inicia com o mestrado em *Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social* e com a escolha de um ano de estágio num Centro de Acolhimento Temporário de Crianças e Jovens em Risco, o estágio teve a duração de um ano e meio.

O facto de me envolver num mestrado que contemplava a intervenção em crianças e jovens em risco e, portanto, o conhecimento teórico sobre a realidade das instituições de acolhimento que acolhem crianças privadas do seu meio familiar, despertou o interesse por um conhecimento que permitisse não só conhecer a teoria sobre esta realidade, mas que permitisse contactar de perto com um contexto institucional, tornando-se “real” para mim o fenómeno da institucionalização.

Este facto conduziu-me à reflexão sobre o acolhimento institucional, procurando identificar as potencialidades e fragilidades do sistema de acolhimento. Mas sobretudo como é que as instituições se organizam na definição dos projectos de vida, para além de em contexto institucional tentarem (re)criar ambientes próximos de um ambiente familiar, a que princípios orientadores obedece a definição dos projectos de vida, se os projectos de vida são definidos tendo em conta um dos princípios que vem claramente expresso na Lei de Protecção de menores que é a prevalência da família, queremos com isto dizer que a intervenção deverá privilegiar as medidas que integrem a criança na sua família de origem ou que promovam a sua adopção.

Estamos certamente perante um direito fundamental, o que todas as crianças têm em crescer numa família, pois crescer numa família será efectivamente diferente de crescer em contexto institucional. Neste sentido, a definição dos projectos de vida assumem uma importância capital.

Interessa-nos, ainda, perceber se as intervenções que as famílias sofreram antes da institucionalização dos menores se focalizaram na prevenção das situações que desencadeiam a institucionalização. Se efectivamente as intervenções se direccionam na prevenção do risco, para que se possam evitar as institucionalizações.

Apesar das políticas de protecção defenderem que institucionalização deve ser a última medida, constata-se a grande prevalência de crianças e jovens em situação de acolhimento institucional. Cabe-nos, então, questionar o que falha para que esta seja uma medida tão representativa no nosso país. Assim, a curiosidade, as dúvidas e as inquietações sobre esta área ao longo do mestrado fez, então, com que este projecto

nascesse.

Deste modo, e com grande privilégio, assistimos e contactamos de perto com um contexto institucional que acolhe crianças com histórias de vida marcadas pela conjugação de diversos tipos de maus-tratos, crianças que enfrentaram realidades complexas que, de alguma forma, forjaram a sua infância. Neste contacto, foi efectivamente possível verificar as dificuldades que enfrentam estas crianças, desde logo, porque a institucionalização exige uma ruptura com a família, com o conhecido, e exige uma sucessiva adaptação a um novo contexto, a instituição.

A partir do momento que entram em contexto institucional a sua vida passará certamente a caracterizar-se pela incerteza, na medida em que a definição dos seus projectos de vida irá depender efectivamente do trabalho de intervenção que a equipa técnica desempenha com as famílias, para que os menores possam regressar aquele que é o seu contexto de origem e, das respostas que a família é capaz de dar neste processo de reunificação familiar.

Não esquecendo, ainda, que a definição dos projectos de vida exige, sempre, uma avaliação cuidada, de qualidade e não muito demorada, queremos com isto dizer, que no que toca a projectos de vida que passam pela reunificação familiar, devem ser projectos de vida que se orientam por objectivos claros e por mudanças sustentadas nas condições e competências da família para não recairmos numa nova institucionalização. Não podemos esquecer os danos que uma institucionalização causa, que fará sucessivas institucionalizações. De não esquecermos que quanto mais demoramos a definir os projectos de vida, mais prolongamos o acolhimento institucional que certamente não trará benefícios para criança, na medida em que quanto mais avançam as idades, maior será a dificuldade a de integrar numa nova família, negando-lhe este direito.

Será nossa pretensão reflectir. - Sobre os projectos de vida que foram definidos, bem como sobre a importância das intervenções realizadas com as famílias antes e depois da institucionalização; na necessidade das intervenções realizadas antes se centrarem na prevenção dos riscos que promovem a institucionalização; na necessidade da intervenção se orientar para o princípio da prevalência da família; e finalmente reflectir sobre quanto tempo é necessário “esperar” por uma reunificação familiar. Não podemos esquecer que a par deste processo de reunificação temos *uma criança que espera*, e neste sentido, não podemos permitir que os direitos da família biológica se sobreponham aos direitos da criança, reconhecendo a criança como ela própria detentora

de direitos.

Consideramos que este estudo se torna relevante pelo superior interesse da criança, pelas dificuldades que as instituições evidenciam em proporcionar um ambiente próximo de um ambiente familiar, da insuficiência que apresentam para a concretização da difícil tarefa de proporcionar condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. Porque não nos basta a protecção, se as instituições se limitam a mera função de proteger, não chegarão efectivamente à promoção dos superiores direitos da criança.

Os centros de acolhimento temporário devem ser, efectivamente, uma medida de carácter provisório, sendo que a partir daqui sobressai a necessidade de se definir um projecto de vida que passará em primeira instância por trabalhar a reunificação familiar ou, caso não se verifique essa possibilidade, privilegiar a pronta adopção dos menores nos casos possíveis, ou outra medida considerada adequada tendo em conta o carácter insubstituível da família na vida no desenvolvimento do ser humano.

O presente trabalho organiza-se em duas partes. A primeira parte de natureza eminentemente teórica. Num primeiro momento do trabalho abordamos a história da infância, apresentando a sua evolução histórica, a forma como a infância foi sendo percebida ao longo do tempo até aos dias de hoje, dando ênfase a nova visão e a importância que hoje a infância assume.

Posteriormente abordamos o conceito de maus-tratos focando especificamente quais as circunstâncias ou as situações que colocam em risco as crianças, analisando o conceito à luz do que hoje é considerado como maus-tratos. Contemplamos as diferentes formas que comportam os maus-tratos, quer sejam eles de natureza física, quer sejam de natureza psicológica, independentemente da classe social em que ocorra. Nesta primeira parte abarcamos, ainda, algumas considerações sobre a lei, reconhecendo as crianças como detentoras de direitos, percebendo em que situações uma criança ou jovem se encontra numa situação considerada de risco, identificando as respostas sociais existentes no nosso sistema de protecção social para crianças e jovens em risco.

Centramos, ainda, a nossa atenção nos traços que caracterizam actualmente o acolhimento institucional, assim, procedemos a análise do *Relatório da Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e jovens* que nos permitiu conhecer a

evolução dos respectivos projectos de vida, evidenciando as potencialidades e as fragilidades do actual sistema de promoção e de protecção. Por fim, abordamos a questão da institucionalização, chamando a atenção do papel que as instituições devem desempenhar, da importância que enquanto espaços de socialização devem proteger, mas sobretudo devem se configurar como contextos que reparam os danos causados pelas vivências de maus-tratos que as crianças e jovens passaram.

A segunda parte apresenta o estudo empírico realizado, nas suas diversas fases: da preparação da investigação à análise e discussão dos resultados. Descreve o projecto de investigação, os seus objectivos e a metodologia por nós utilizada para recolha e análise dos resultados. De seguida, são descritos os principais resultados e a informação mais relevante que foi possível analisar ao longo do estudo, discutindo, assim, a informação recolhida e analisada. Por fim, são analisados os principais contributos e limitações deste estudo e atrevemo-nos a sugerir algumas direcções para futuras investigações.

I - História da Infância

1.1 -Evolução da concepção sobre a infância

O significado da infância e a forma como hoje a percebemos é absolutamente diferente daquela que durante séculos prevaleceu. Ariés (1981) aponta que o conceito ou a ideia que se tem da infância foi sendo historicamente construído e que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, que apresentava características e necessidades próprias. Não se reconhecia a infância como uma etapa autónoma do ciclo da vida. A partir do século XVIII, começa-se a encarar a infância como uma etapa particular, um processo de desenvolvimento que prepara a transição para a vida adulta, só neste século é que o conceito de infância surge como uma faixa etária que necessita de mais atenção (Azevedo & Maia, 2006).

Até aqui a infância não era considerada como uma fase de desenvolvimento específica e que a transição para a vida adulta era um período sem grande importância. A criança era encarada como um adulto em miniatura e que tinha *“condições para viver sem a solicitude constante da mãe, ingressava no mundo dos adultos e não se distinguia mais destes, partilhando os seus contextos de vida, sem ter em consideração as especificidades das suas necessidades desenvolvimentais”*(Ariés, 1981, p.55). A criança era vista como um ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, era inserida na vida adulta, realizava tarefas, apenas o seu tamanho os distinguia dos adultos.

Ao longo da história a visão da infância e a atitude dos adultos face à criança sofreu uma mudança bastante significativa. Mas estas perspectivas sobre a infância que fomos tendo ao longo da história, estão certamente relacionadas com as diferentes épocas em que se vive, que *“em todos os momentos da história tenhamos sempre visto o mundo à altura dos nossos olhos, e nem sempre imaginássemos que outros – as crianças, por exemplo – o vissem mais alto ou doutro ponto de vista que, em relação ao nosso, nos desse luz”* (Sá, 1999, p. 23). Nesta perspectiva, assistimos ao longo da história a uma descoberta do verdadeiro mundo das crianças, que deste ponto de vista foi o desconhecimento sobre as crianças que conduziu a esta indiferença pela infância e a aceitar actos que em determinada época eram aceites e que hoje, à luz das concepções actuais, são absolutamente cruéis.

Assim, na **Antiguidade** o infanticídio era considerado uma prática habitual e que prevaleceu nas culturas orientais e ocidentais. Segundo Magalhães (2005), o

infanticídio era uma prática habitual, por razões que se prendiam com crenças religiosas, onde era implicado o sacrifício de crianças, servindo também para eliminar filhos ilegítimos, recém-nascidos prematuros ou com malformações, ou ainda como um modo de controlo da natalidade, “ (...) na Roma antiga as crianças não desejadas podiam ser mortas à nascença (...) ” (Alberto, 2004, p.27).

Na Roma Antiga os direitos de um pai sobre um filho eram ilimitados, as crianças eram consideradas propriedade dos seus pais e estes possuíam o direito de fazer com os seus filhos aquilo que pretendiam, pois ninguém os podia julgar ou condenar, por não poder haver justiça com a propriedade do próprio (Azevedo & Maia, 2006). Os recém-nascidos excluídos eram sacrificados em altares exclusivamente dedicados a este fim ou abandonados à sua sorte. O abuso sexual era, tanto na Grécia como em Roma, uma prática aceite pela sociedade, havendo mesmo casas de prostituição específicas (Magalhães, 2005).

Contudo, apesar destas situações de abuso, também existiam casos que revelavam alguma preocupação com a protecção das crianças. Na Mesopotâmia já existia uma deusa que protegia as crianças, assim como os Gregos e os Romanos também criaram instituições destinadas às crianças órfãs, onde se defendia que se devia tratar as crianças de uma forma menos cruel. Também o cristianismo e a conversão do Imperador Constantino deram o seu importante contributo, na medida em que foi este Imperador quem criou a primeira lei contra o Infanticídio, através do reconhecimento dos direitos das crianças, contribuiu para a redução dos casos de infanticídio (Magalhães, 2005).

Todavia, a história mostra-nos que na **Idade Média** desconheciam-se as características particulares e as especificidades da infância, bem como se desconheciam as diferentes fases de desenvolvimento. Não existia a consciência da infância, o que distingue as crianças dos adultos. O adulto via na criança um pequeno homem, que sem grandes preocupações, viria a ser um homem completo. A transição da infância para a vida adulta, como se apenas de uma transposição estética se tratasse, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e a sua lembrança logo esquecida (Ariés, 1981).

Nesta época em que as guerras eram uma constante e onde sobressaíam as dificuldades económicas severas muitas crianças dos grupos sociais considerados como os mais carenciados eram vítimas de infanticídio ou abandono, por sua vez nas classes mais favorecidas assistia-se também a um abandono, mas a um abandono afectivo e ao

sentimento de posse por parte do pai em relação ao filho (Magalhães, 2005).

De acordo com as pesquisas de Ariés (1981) foram séculos de altos índices de mortalidade infantil e de práticas de infanticídio. A mortalidade infantil, as doenças, os atrasos e as deficiências, o sentimento de amor materno não existia e os cuidados maternos eram fortuitos. Não existia grande afectividade pelos filhos, esta indiferença não era mais do que uma consequência directa e inevitável da demografia da época. Nessa época não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual e provável (Ariés, 1981).

É possível perceber que a infância foi ao longo destas épocas vividas com grande indiferença, quanto mais longe recuamos na história maior será a falta de cuidados e de atenção para com a infância. Segundo Oliveira (2004) “ (...) as crianças estão ausentes na história no período que compreende a Antiguidade até a Idade Média por não existir este objecto discursivo que chamamos 'infância', nem esta figura social e cultural 'criança’ ” (Oliveira, 2004, p.22).

No **século XVIII**, a infância começa gradualmente a adquirir atenção. É neste século que se operam um conjunto de mudanças fundamentais na relação dos adultos com as crianças. Jean Jacques Rousseau, precursor da psicologia infantil durante a segunda metade do século XVIII, trouxe uma nova visão evidenciando que a criança era um ser único e que deveria ser respeitado, considerando, assim, necessário conhecer as suas necessidades (Magalhães, 2005).

Ainda nesta época foi criada a roda, existente em igrejas, misericórdias e outras instituições onde as crianças abandonadas eram ali quase que “depositadas”, sendo que muitas deles acabavam por morrer (Canha, 2000). As Rodas consistiam numa plataforma giratória, quem abandonava tocava a campainha e a porteira fazia girar a roda, não existindo qualquer identificação de quem abandonava, nem de quem recebia a criança. Deste modo, embora fosse evitada a morte das crianças abandonadas, não existia qualquer punição para quem as rejeitava.

Esta medida surgiu como consequência do crescente número de infanticídios praticados e, ainda, como forma de recolha e educação para os «filhos de ninguém». Foi Pina Manique, quem em Portugal nos finais do século XVIII oficializou a instituição da roda dos expostos, de ressaltar que quando as crianças abandonadas atingiam a idade de aprendizagem, seguiam para a casa Pia de Lisboa, criada pelo mesmo político (Azevedo & Maia, 2006). Começa-se gradualmente a assistir a uma nova visão sobre a infância,

contudo os progressos que se ia fazendo não permitiam, ainda, que a criança adquirisse o seu merecedor estatuto, nem a protecção devida.

Ao longo das épocas começa a emergir uma nova era na história da sociedade que, lentamente passaria a existir uma maior preocupação com as crianças, e a infância começa aos poucos a ser encarada como uma fase de desenvolvimento merecedora de alguns cuidados e preocupações. Mas assiste-se, de facto, a uma prolongada e lenta mudança de perspectivas e sentimentos associados à ideia de infância como uma fase fundamental da vida (Azevedo & Maia, 2006). A infância caracteriza-se pela época em que está inserida e através das suas expressões podemos definir a sociedade e a sua cultura (Sarmiento, 2002).

No **século XIX** com as profundas modificações sociais, foi-se desenvolvendo a consciência da necessidade de proporcionar melhores condições de bem-estar a sociedade, em particular à criança. Desta forma, surge o interesse pela protecção infantil, consequência da revolução industrial, embora a revolução industrial tenha sido responsável pela exploração do trabalho na criança (Magalhães, 2005).

Por esta altura, os pais oscilavam entre os mimos tradicionais e os maus-tratos. Os pais tentavam ocultar a violência que exerciam sobre as crianças quando as levavam acidental ou intencionalmente à consulta médica, mas os maus-tratos começam a ser estudados pelos técnicos de saúde.

Ambroise Tardieu, catedrático da Medicina Legal em Paris deu um importante contributo na história dos maus-tratos, em 1860 publicou o primeiro artigo médico que foca o problema dos maus-tratos infantis (Canha, 2000). Através de uma investigação pretendia criar uma relação entre a informação clínica e as explicações do acontecimento. Desenvolveu um estudo sobre 32 crianças vítimas mortais de maus-tratos, onde os resultados obtidos nas autópsias mostram não só que aquelas crianças tinham sofrido morte violenta, como procurou chamar a atenção para a provável agressão por parte dos pais, pois os dados obtidos não coincidiam com as histórias relatadas pelos pais. Contudo, o seu trabalho não foi logo valorizado, na medida em que os maus-tratos cometidos por alguns pais em relação aos filhos só ganham voz já em pleno século XX (Azevedo & Maia, 2006).

À medida que avançamos nos séculos, a protecção das crianças tende a aumentar. Os pais que exerciam maus-tratos sobre as crianças começam a mascarar as agressões físicas quando os levavam intencionalmente ou acidentalmente às consultas

médicas e, graças a isso, os maus-tratos físicos começam a ser estudados aprofundadamente.

Desta forma, a sociedade começa a preocupar-se com o sofrimento das crianças e com os assuntos relacionados com a infância. O desenvolvimento de cada criança para além de ser da responsabilidade da sua família, passa a ser também uma preocupação social, e isto é visível pela elaboração da **Declaração dos Direitos das Crianças**. Esta foi proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1959.

Assim, o século **XX** veio marcar a viragem de paradigma relativamente à criança. Os maus-tratos infantis começam a ser reconhecidos, no início da década de 60 como um problema social, fruto do elevado número de crianças que chegavam aos serviços de saúde com lesões não acidentais. Este reconhecimento dos maus-tratos infantis estava apenas associado à dimensão física (Azevedo & Maia, 2006). O elevado número de crianças maltratadas que apareciam nos hospitais conduziu aos vários estudos no departamento médico, Ambroise Tardieu foi a primeira pessoa, como vimos, que se debruçou sobre esta problemática, mas não foi o único, existem outros contributos importantes, como é o importante contributo de Henry Kempe para o desenvolvimento do conceito de criança espancada. Kempe e a sua equipa médica organizaram um simpósio sobre o abuso infantil, onde pela primeira vez foi usada a denominação *Battered Child* (criança espancada) passaram a centrar a sua análise a um nível intra-individual e atentos a esta problemática. Este médico apercebeu-se que as crianças que chegavam ao hospital apresentavam lesões graves, ao qual os pais explicavam de forma inadequada e desajustada da realidade. Esta equipa conseguiu que fosse decretada uma lei, no qual os profissionais de saúde eram obrigados a denunciar as situações de abuso infantil.

Um autor importante foi Fontana, que com os seus estudos permitiu alargar o conceito de maus-tratos físicos proposto por Kempe, que na sua definição salientava mais os sintomas físicos apresentados pelas crianças. Fontana através do seu contributo remete para outros tipos de maus-tratos, como os psicológicos ou emocionais (Azevedo & Maia, 2006). Desta forma, o conceito de maus-tratos torna-se mais abrangente, tendo em conta que engloba todo o tipo de violência exercida sobre a criança, com destaque especial para a dimensão emocional que até então não era considerada.

Assistiu-se por volta de 1965, a uma alteração na denominação do conceito de

battered child (criança maltratada), passando a designar-se por *child abuse* (criança abusada) que passa a ser a expressão usada. Esta nova designação permitiu englobar outros tipos de maus-tratos infantis e verificou-se que os maus-tratos não se restringiam apenas ao meio familiar, tal como enfatizavam as pesquisas de Kempe, como também podiam ocorrer em determinadas instituições ou na sociedade em que a criança estava inserida. À medida que as pesquisas avançam os maus-tratos começam a ganhar uma nova dimensão, as próprias condições socioeconómicas e culturais começam a ser encaradas como factores que poderão influenciar os maus-tratos sobre as crianças (Azevedo & Maia, 2006).

Deste modo, só em meados do século XX é que se começa a perceber a criança como “ (...) um ser social, integrante e parte preciosa da sociedade” (Canha, 2000, p. 22). Reconhece-se a importância do papel da família e do ambiente no desenvolvimento da criança. Foi pois neste século que, foi aprovada a “**Convenção dos Direitos da Criança**”, das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral, a 20 de Novembro de 1989 ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990, onde se defende que as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitam de cuidados e atenção, dando especial destaque aos cuidados primários e as responsabilidades da família na sua protecção (Azevedo & Maia, 2006). O que constitui uma importante evolução da forma como a infância começou a ser percepcionada, onde as crianças começam a ver os seus direitos reconhecidos.

A Convenção dos Direitos da Criança foi sem dúvida um marco histórico. Foi uma demonstração das novas preocupações em relação à infância. Relembremos que a Convenção dos direitos da Criança é um documento que contempla um amplo conjunto de direitos fundamentais, direitos cívicos e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais de todas as crianças, bem como as respectivas disposições para que sejam aplicados. Não é apenas uma declaração de princípios gerais; representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas do Direito Interno às da Convenção, como uma condição básica para a promoção e protecção dos direitos e liberdades nela consagrados.

Como vimos, os maus-tratos às crianças foram uma prática corrente e bastante difundida, nas várias civilizações, desde a Antiguidade até aos dias de hoje. Podemos concluir que “Abusar da criança é uma realidade desde que existe a raça humana” (Gallardo, 1994, p.17).

Só no século XX é que se começou a dar a devida importância à infância e a reconhecer que a infância é uma fase de desenvolvimento crucial e que a negligência das crianças terá certamente implicações no seu futuro. Ao longo destas páginas registamos algumas transformações que contribuíram para um conhecimento mais profundo do mundo das crianças e dos maus-tratos.

Os maus-tratos foram adquirindo ao longo do tempo uma dimensão mais ampla, que incluem formas passivas e activas, incluem a parte emocional e física, contextos familiares e extra familiares, tendo sempre em conta as necessidades físicas e psicológicas do menor e reconhecendo as possíveis sequelas e repercussões transgeracionais (Magalhães, 2005).

Actualmente perspectivamos a infância de uma outra forma, uma outra forma que actualmente nos parece a mais correcta, mas não podemos esquecer que estamos num processo contínuo de aprendizagem e de descoberta, e que provavelmente muitas descobertas e conquistas serão, ainda, necessárias no que à protecção da infância diz respeito.

1.2 - Da História da infância aos maus-tratos

As crianças são seres frágeis, dependentes e indefesos, o que os torna especialmente vulneráveis a todas as formas de maus-tratos (Canha, 2000). A história mostra-nos que os maus-tratos sobre as crianças sempre existiram, desde a mais remota Antiguidade até aos dias de hoje. Actualmente assistimos a uma forma de maus-tratos que assumem uma proporção diferente daqueles que analisámos ao longo das épocas, quanto mais recuamos na história maior é a probabilidade de identificarmos modos de tratamento da criança, que sob o olhar actual, nos parecem absolutamente atrozes.

Hoje temos uma sociedade mais consciente das características e dos direitos das crianças, mas foram necessárias profundas modificações culturais, sociais e de sensibilidades, para que a perspectiva face à criança levasse ao reconhecimento da sua individualidade e dos seus direitos. O conhecimento das necessidades básicas da criança, o reconhecer que a criança é um ser autónomo e interactivo desde o nascimento, o reconhecimento da importância do meio ambiente e da vinculação mãe-filho no seu desenvolvimento são conhecimentos relativamente recentes na nossa história, mas que permitem valorizar a importância da sua estimulação e protecção (Canha, 2000).

Contudo, apesar deste reconhecimento os maus-tratos continuam a existir pelos mais variados motivos. E se nesta dissertação abordamos o tema da institucionalização, parece-nos crucial abordar a questão dos maus-tratos, pois de uma forma ou de outra a maioria destas crianças viveram situações de maus-tratos.

Os maus-tratos afectam crianças de todas as classes sociais, não se circunscrevem apenas as crianças que se encontram institucionalizadas, é importante termos consciência disto. A forma como as afectam e as proporções que os maus-tratos assumem é que podem variar significativamente, pois o meio sócio-familiar no qual se encontram envolvidas pode variar substancialmente e pode contribuir para definir a natureza ou as dimensões predominantes dos maus-tratos de que são vítimas. Nas famílias socialmente ou economicamente desfavorecidas, onde se inserem as crianças institucionalizadas assistimos a uma forma de maus-tratos que incide mais sobre a negligência a todos os níveis, em relação à saúde, à escola e à alimentação. Admite-se que os maus-tratos acontecem com maior frequência nestas classes, porque frequentemente são famílias que apresentam carências económicas, más condições habitacionais, baixo nível ou ausência de instrução escolar e a promiscuidade da desorganização da vida profissional, social e familiar (Magalhães, 2005). E estes factores podem funcionar como potenciadores dos maus-tratos.

No entanto, o fenómeno dos maus-tratos abarca também as classes mais favorecidas. Mas assiste-se a uma forma de maus-tratos que assume outros contornos, digamos que mais fácil de camuflar, na maioria das vezes incide mais sobre o foro psicológico. De acordo com Magalhães (2005) os maus-tratos emocionais são mais característicos dos núcleos sócio-económicos favorecidos, e em que a detecção dos maus-tratos é mais dificultada pela disponibilidade de recursos necessários na família, para, sem resolver o problema o manter no anonimato. Na perspectiva de Azevedo e Maia (2006) nas famílias socialmente favorecidas os maus-tratos acontecem de forma mais subtil, mais “requintada”, sendo mais difíceis de perceber porque estas famílias encontram-se acima de qualquer suspeita. Deste modo, podemos concluir que infelizmente os maus-tratos sempre existiram independentemente das épocas e independentemente das classes sociais, manifestam-se é de formas diferentes.

Como vimos, há alguns anos atrás, só eram considerados maus-tratos quando as crianças eram espancadas ou apresentavam agressões físicas graves. Hoje, os maus-tratos englobam não só os maus-tratos físicos, mas também a negligência, o abuso

sexual e o abuso emocional ou psicológico, afectando todas as classes sociais, e não apenas as classes desfavorecidas como frequentemente está associado. Porque, hoje, sabemos que não são apenas negligentes as famílias que não garantem os cuidados necessários, mas também aquelas famílias que negligenciam as emoções e os afectos.

O conceito de maus-tratos é, portanto, um conceito com múltiplas definições, são várias as definições sobre o conceito de maus-tratos, cada autor dá o seu contributo com uma definição própria. Contudo, não será nossa pretensão fazer uma explanação das diferentes definições de maus-tratos. Parece-nos importante considerar uma abordagem à definição dos maus-tratos infantis que escape a limites demasiado estreitos, optando por uma maior globalização das situações possíveis de serem integradas nesta designação. Deste modo, seguimos a definição de Magalhães (2005) que define os maus-tratos *“como qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e(ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais, sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afectos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico, social) e (ou) dignidade”* (Magalhães, 2005, p.31). A mesma autora defende, ainda, que estes conflitos podem ocorrer em diferentes contextos, nomeadamente no contexto familiar, social e institucional. Deste modo, os menores podem ser maltratados pelos pais, por um cuidador, por um irmão, por um familiar, por um conhecido ou por um estranho.

Assim, os maus-tratos são um comportamento que socialmente é considerado como desajustado porque não está de acordo com as normas sociais prevalecentes em determinada cultura ou porque foge aos padrões de comportamento socialmente aceites, e que tem repercussões negativas no crescimento, desenvolvimento, saúde, segurança, podendo causar sequelas físicas, cognitivas, afectivas e sociais. Os maus-tratos são toda e qualquer situação que viole os direitos das crianças ou jovens, e que coloca em risco a sua integridade física, emocional e social provocando entraves ao seu processo de desenvolvimento.

Neste sentido, e para proporcionar uma melhor compreensão deste trabalho, é nossa pretensão esclarecer os diferentes maus-tratos que motivaram a institucionalização dos menores que serão alvo deste estudo. Assim sendo, no âmbito deste trabalho, e recorrendo a Magalhães (2005) adoptaremos as seguintes definições,

no que diz respeito as diferentes formas que podem constituir os maus-tratos infantis, consideraremos pela sua frequência e relevância as seguintes formas de maus-tratos: negligência, maus-tratos físicos, abuso sexual e abuso emocional.

A negligência consiste num comportamento que coloca em risco a integridade física e psicológica da criança, e que pode provocar danos na saúde e no desenvolvimento físico e psicossocial do menor. Importa referir, que este comportamento reporta-se a situações recorrentes e não a uma situação pontual. Podemos, ainda, definir a negligência como sendo voluntária ou involuntária, voluntária é quando existe a intenção de causar dano, por sua vez a involuntária é quando resulta de uma falta de informação ou formação, pobreza ou incapacidade parental para assegurar todos os cuidados que são necessários ao desenvolvimento saudável da criança. A negligência inclui diversos tipos de negligência, a negligência intra-uterina que é aquela que ocorre durante a gravidez, a negligência física, a emocional e escolar, e ainda, a do abandono e da mendicidade (Magalhães, 2005).

No que diz respeito aos maus-tratos físicos, podemos defini-los como uma acção que causa danos físicos não acidentais à criança, resultado de actos ou omissões por parte dos pais ou pessoa com responsabilidade sobre o menor. Os maus-tratos físicos podem definir-se conceptualmente como todas as agressões físicas exercidas sobre a criança por parte de um adulto e que colocam em perigo o seu desenvolvimento físico, social e emocional.

Os danos físicos podem “traduzir-se em lesões físicas de natureza traumática, doença, sufocação, intoxicação ou síndrome de Munchausen por procuração” (Magalhães, 2005, p.34).

Em relação ao abuso sexual, este assume uma dimensão física e uma dimensão psicológica que frequentemente se apresentam de uma forma ligada. O abuso sexual consiste num comportamento em que o adulto se envolve com a criança onde o objectivo será a gratificação e a satisfação sexual do adulto. É uma prática que dado a idade da criança ela não consegue compreender tal acto e para o qual não está preparada, são actos que mesmo na ausência de qualquer acto explicitamente violento, serão susceptíveis de prejudicar o livre desenvolvimento da maturidade e da vida sexual da criança, afectando-a psicologicamente. O abuso pode, ainda, ocorrer dentro da família ou fora da família e pode ser ocasional ou repetido ao longo da infância.

Por sua vez, o abuso emocional ou psicológico consiste num acto de não proporcionar a criança um ambiente de tranquilidade, de bem-estar emocional e afectivo, isto é, um não reconhecimento das necessidades emocionais do menor. Esta incapacidade de proporcionar a criança um bem-estar emocional e afectivo trará consequências adversas no desenvolvimento físico e psicossocial do menor, bem como na estabilidade das competências emocionais e sociais, que pode conduzir a diminuição da sua auto-estima.

Esta forma de maus-tratos, pode manifestar-se de várias formas, através de insultos verbais, humilhação, desvalorização, hostilização, rejeição, aterrorizar, ameaçando de abandono ou de castigos corporais, através do isolamento, impedindo a criança de brincar com amigos ou colegas, ignorando, reduzindo a interacção táctil, intelectual e emocional, pode, ainda, manifestar-se através da culpabilização, culpabilizando constantemente o menor por tudo o que acontece, críticas de carácter pejorativo contra o menor e também através do envolvimento de situações de violência doméstica extrema ou repetida (Magalhães, 2005).

É importante não esquecer que este tipo de maus-tratos também está presente em todas as outras situações de maus-tratos, assim sendo, só deve ser considerado isoladamente quando constituir a única forma de abuso (Magalhães, 2005).

Após esta breve reflexão sobre as diferentes formas de maus-tratos, bem como das suas respectivas definições, podemos, ainda, falar de uma outra forma de maus-tratos, é os maus-tratos que ocorre em contexto institucional. Este tipo de maus-tratos aparece quando uma instituição não faz o melhor no exercício das suas funções específicas ou quando provoca mal-estar sobre os utentes que lá se encontram, quando o seu papel deveria ser o de reparar os problemas dos seus utentes.

No que diz respeito à área da protecção infantil que é este o tema que aqui tratamos, as instituições que acolhem crianças que pelas adversidades da vida, sofreram de alguma forma maus-tratos não tiveram outra alternativa a não ser a sua institucionalização e, portanto, as instituições surgem aqui como uma resposta social, onde o seu papel deverá ser o de reparar os problemas que estas crianças carregam consigo, onde devem assegurar tudo aquilo que falhou na família. No entanto, como alguns estudos mostram, as instituições nem sempre desempenham o seu papel na sua plenitude e em vez de repararem podem constituir outras formas de maus-tratos, nomeadamente os maus-tratos de carácter emocional, porque muitas vezes os recursos

disponíveis não são os suficientes para responder aos problemas, impedindo-os de dar uma atenção particular aos problemas e às necessidades de cada criança.

Apesar desta evolução dos conceitos de infância e bem-estar, ainda, continuamos assistir a muitas crianças que não têm quem se dedique a elas de forma atenciosa e apropriada tal como deveria ser. O desenvolvimento harmonioso não engloba apenas a satisfação de todas as necessidades básicas, o desenvolvimento não se reduz apenas aos parâmetros físicos, o desenvolvimento integral engloba também as vertentes psicológica e social. Os maus-tratos são um fenómeno transversal que se manifesta de forma diferente em todas as classes sociais.

Deste modo, os maus-tratos exigem uma análise à luz de uma perspectiva ecossistêmica que possibilite uma visão mais global e abrangente e, simultaneamente que permita uma maior articulação pluridimensional dos vários factores que os originam. Como vimos nas páginas que antecedem os primeiros estudos sobre as possíveis causas ou factores que poderão estar na origem deste problema passaram inicialmente pela elaboração de modelos unidimensionais, de carácter mais redutor e simplista (Azevedo & Maia, 2006).

Para se compreender o abuso infantil, através desta perspectiva será necessário ter em conta as características dos pais, da criança e da situação em que vivem, aspectos que deverão ser analisados a partir de uma dinâmica interactiva. Este modelo caracteriza-se por um maior nível de complexidade, uma vez que se procura considerar em simultâneo os diferentes factores que causam os maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006).

Nas classes desfavorecidas é evidente a falta de recursos a todos os níveis, nomeadamente a falta de recursos económicos que permitam a satisfação das necessidades básicas e o bem-estar das crianças. Estas condições de forte carência a vários níveis podem também dificultar o estabelecimento de relações significativas, pelas situações adversas que enfrentam no dia-a-dia, porque quando falta o necessário à sobrevivência escapam-se as atenções sobre as necessidades emocionais. Por sua vez, existe uma grande capacidade de recursos que caracteriza as classes favorecidas, onde não faltam equipamentos de saúde, educação e lazer, tem, ainda, muitas vezes uma empregada que auxilia na realização das tarefas domésticas e, portanto, todos estes recursos podem representar mais disponibilidade parental. No entanto, e atendendo, que as classes sociais mais favorecidas se deixam levar pelos altos padrões de consumo, isto

conduz a que haja uma entrega às actividades profissionais e essa entrega não permite muitas vezes uma entrega na relação com os filhos, assim, apesar de disporem de outros recursos, esta entrega as actividades profissionais continuam a ser uma barreira à disponibilidade parental.

Esta falta de disponibilidade parental pode advir de motivos diferentes, nas famílias menos favorecidas porque a carência de recursos é severa e porque os problemas que envolvem o quotidiano não permitem que se olhe para a parte afectiva, porque problemas de força maior como a sobrevivência se impõem. Por sua vez, nas famílias favorecidas porque os valores materiais se sobrepõem aos valores emocionais e afectivos, ao não reconhecimento que para além de estarem garantidas todas as condições materiais, todos nós temos necessidades emocionais. A questão que surge de imediato é como é que se podem estabelecer relações seguras sem figuras de referência que tenham tempo e disponibilidade para as crianças?

De facto, o crescimento saudável exige que estejam asseguradas as necessidades básicas em relação à alimentação, saúde, conforto, educação e a segurança, mas exige também as necessidades de relação, a necessidade de pertença. Sentir-se pertencente a alguém só é possível com a presença de figuras significativas, é através destas figuras que a criança constrói o seu universo de significados. Independentemente da classe social em que ocorra não ter esta base segura não é mais de que uma forma de maus-tratos. Strecht (2001) afirma que “Particularmente vulneráveis são as crianças que crescem no vazio afectivo ou sob modelos de relação inseguros, ambivalentes ou rejeitantes” (Strecht, 2001, p.92).

Todavia, e apesar desta consciência de que os maus-tratos não englobam apenas os maus-tratos de carácter físico e que vão muito além disso tal como atrás referimos, continuamos associar a prática de maus-tratos as classes mais desfavorecidas, às famílias pobres que frequentemente apelidamos de desestruturadas. Mas isto remete-nos para outras questões, esta desestruturação que falamos em relação às famílias pobres não será mais do que o resultado da precariedade das suas condições de vida que não permitem a apropriação de outras formas de estar e de pensar? Não podemos ignorar que as condições de vida em que crescemos têm consequências sobre os estilos de vida, as representações, os interesses, as ambições, os valores e os modos de agir e de pensar.

De acordo com Capucha (2005) muitas pessoas não dispõem de condições adequadas de alimentação, habitação, educação e saúde e essas privações impedem-nos

de levar o tipo de vida que é socialmente valorizado. A escassez de bens, os problemas muitas vezes relacionados com o alcoolismo e a toxicodependência, os mercados inacessíveis e as poucas oportunidades de emprego mantêm as pessoas na pobreza. Todas as condições inumanas e a falta de estabilidade perturbam a personalidade e não permitem um desprendimento do presente, bem como não permitem que se planeie o futuro. As privações que sofrem no dia-a-dia comprometem de forma séria a maneira como encaram a vida, porque não possuem os recursos necessários para dominar os acontecimentos da vida e face a esta impossibilidade de dominar os obstáculos e as incertezas da vida entregam-se ao conformismo.

Assim sendo, estas situações sócio-familiares representam factores de risco para o desenvolvimento das crianças, pois não podemos esquecer que esta falta de recursos económicos, culturais e sociais conduz a que as próprias crianças sejam também elas privadas de quase todas as condições para que possam crescer fisicamente, psicologicamente e socialmente. Esta insegurança estrutural de todas as condições de existência de que aqui falamos tem consequências na estruturação do eu, e por conseguinte terá repercussões no desenvolvimento das crianças. De acordo com Strecht (2001) “ *Se o meio envolvente da criança, e nomeadamente os seus personagens de referência materno e paterno, são «doentes» e mantêm com ela relações distorcidas e patológicas, o «eu» em estruturação não se pode desenvolver harmonicamente, pois o que aprende do mundo externo são modos de viver e sentir deturpados, confusos, agressivos ou violentos*” (Strecht, 2001, p.98).

Se a vida dos pais é afectada por toda uma panóplia de problemas como acima referimos o desenvolvimento das crianças pode também de alguma forma ficar comprometido, porque a família apesar de todas as mudanças que tem vindo a sofrer na sua estrutura e papel que desempenha, continua assumir o papel de grupo primário, onde as regras e as normas mais elementares são aprendidas. É na família que os afectos se manifestam e estruturam e que influenciarão a forma como o indivíduo se relaciona e interage com a realidade. Segundo Berger e Luckmann (1999) o conhecimento do mundo social inicia-se no grupo de socialização primária, os outros significativos, através do qual realiza uma aprendizagem específica de padrões, símbolos e gestos significantes e condutas tipificadas. Podemos inferir que interioriza um modo de aprender os acontecimentos da vida corrente, os elementos do ambiente e as informações que nele circulam, as atitudes das pessoas que os rodeiam.

Deste modo, se os pais sofrem graves privações, os filhos acabam também por

estar expostos a estas privações. O problema destas crianças que vivem nestes meios de insegurança estrutural de todas as suas condições de existência é que acabam por ter como consequência uma socialização primária que não lhes permite aprender, disposições, valores, atitudes e padrões comportamentais que lhes permitam fazer uma leitura da realidade de acordo com os padrões dominantes.

As oportunidades que tiveram para interiorizar de forma consciente regras e limites, representações em primeira instância pelas figuras de autoridade, figuras essas que, na vida destas crianças, são normalmente ausentes, frágeis e desorganizadas pelas privações de que sofrem, esta privação de referentes identitários sólidos irá comprometer o desenvolvimento destas crianças. Se estas famílias vivem nos limites da sobrevivência podem não conseguir proporcionar aos seus filhos as competências e as aprendizagens necessárias para que se possa construir uma identidade individual e social compatível com a inclusão social. “ *Ora, no decurso do desenvolvimento humano, a qualidade da relação vivida com quem está mais próximo durante os primeiros anos de vida marca as raízes do relacionamento connosco próprios e com os outros. É o que interiormente aprendemos e vivemos que vamos depois transferir para o exterior, quer seja na família, na escola ou na sociedade em geral*” (Strecht, 2001, p.91).

Com toda esta falta de recursos e com todas estas carências existe uma possibilidade acrescida das crianças serem expostas a situações gravosas, como frequentemente acontece estão privadas de alimentação, de cuidados básicos de higiene, de condições de habitação dignas, ausência de figuras verdadeiramente estimulantes, e acabam, ainda, por estar expostas muitas vezes a situações de violência doméstica. E como podemos esperar nós que estas crianças revelem as suas melhores potencialidades? E que se relacionem saudavelmente com os outros? Quando a infância foi muitas vezes destruída pelos problemas da família, e quando esta foi incapaz de lhe proporcionar um sentimento de protecção e contenção. De facto, todas estas situações acarretam graves riscos a um desenvolvimento sadio, e portanto, não poderá ser surpresa para nós que estas crianças que se tornarão adultos sigam caminhos e vidas que não as desejadas e as socialmente aceites. De acordo com Strecht (2001) “ *As crianças que seguem uma evolução psicopática são sempre aquelas em que a descontinuidade, a ruptura, a imprevisibilidade, se tornaram na rotina das suas vidas*” (Strecht, 2001, p.76).

Não podemos deixar de assumir que todas estas situações comportam graves

riscos para as crianças, contudo não podemos esquecer que como atrás já referimos que não são apenas as crianças provenientes das classes menos favorecidas que correm riscos, os riscos comportam é diferentes formas e manifestações diferentes. O risco não está apenas nas classes pobres, mas a pergunta que se impõem, então, é porque apenas são retiradas crianças as famílias pobres? Porque as carências são mais básicas e podem mesmo colocar em risco a própria vida, porque normalmente são famílias que estão sobre o olhar atento dos serviços sociais, porque tem menos poder, porque estão mais expostas à censura social. Contudo, as crianças das classes favorecidas também correm riscos, mas as suas famílias não fazem parte dos ficheiros da segurança social, e portanto, não tem este olhar vigilante. Porque os riscos que as crianças das classes favorecidas correm não são riscos tão fáceis de verificar, podem não colocar em risco a própria vida, mas podem colocar em risco a integridade psicológica das crianças comprometendo o seu desenvolvimento.

Desta forma, percebemos e não restam dúvidas que para além da satisfação das necessidades básicas todas as crianças precisam de adultos presentes e genuinamente disponíveis, pois as aquisições estruturais básicas do desenvolvimento humano dependem do tipo de cuidados que lhes são prestados e que podem ficar muito aquém quando a qualidade de vida dos adultos não lhes proporcione um mínimo de bem-estar e realização pessoal.

Nas situações em que se verifica vulnerabilidade social, que é o caso da pobreza, a segregação social, a doença, as baixas qualificações profissionais que impedem que se melhore as condições de vida, as habitações deficitárias, a incerteza do dia seguinte que impossibilita que as relações familiares sejam harmoniosas, são situações que conduzem a que não exista a energia necessária para se estar emocionantemente disponível. Deste modo, a desestruturação familiar não é mais que um conjunto de privações a vários níveis e que tem impacto na vida dos indivíduos. Estas famílias vivem em contextos de poucos recursos, permanentemente desgastados. A necessidade de responder diariamente a desafios relacionados com a escassez de rendimentos diminuí a auto-estima e as reservas de força para responder e resolver os problemas, vivem num contexto que desgasta os seus recursos emocionais (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

II - Considerações sobre a Lei de Protecção de Menores

1.1- Evolução histórica da legislação em Portugal

Com o evoluir das sociedades a infância e o bem-estar da criança passou a ser encarado de uma nova forma, sendo que o bem-estar da criança deixa de ser meramente uma preocupação da família e passa a ser também uma preocupação do Estado e da própria sociedade. Se como vimos, nas páginas que antecedem em determinada época a criança era considerada propriedade dos seus pais e, portanto, não se ponha em causa nada do que lhes fizesse, hoje assiste-se a um novo fenómeno, a criança ganhou voz e direitos.

Vimos, que gradualmente ao longo da história o conceito de infância foi adquirindo um novo estatuto, e à criança iam sendo reconhecidos os seus direitos, hoje, a primazia pelo seu interesse superior assume uma importância capital na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Actualmente a importância dada à criança trouxe consigo o reconhecimento de que a esta cabem direitos próprios, direitos esses adequados ao seu estágio de desenvolvimento, nomeadamente o direito de ser feliz, o direito de ser criança, o direito de brincar, o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito de acordo com a sua idade, o direito de ter uma família que lhe possa dar todos os cuidados de que necessita, bem como os afectos e atenção necessários para que se possa desenvolver harmoniosamente facilitando uma inserção saudável na sociedade.

Neste sentido, a preocupação com a protecção da infância, bem como a respectiva legislação sofreram alterações ao longo dos tempos. A importância atribuída à protecção das crianças que se encontram numa situação de risco foi tendo a sua evolução natural de acordo com a situação política, económica e social. Deste modo, podem ser evidenciados importantes marcos legislativos em Portugal.

Como primeiro marco, a **Lei de Protecção à Infância de 27 de Maio de 1911**, um documento a vários termos inovador, com o qual Portugal se tornou num dos países a adoptar uma legislação e um processo específico para menores, que atendia às particulares necessidades inerentes a este período de desenvolvimento. A necessidade de tratar de forma diferente a criança e o adulto, considerando que devem ter tratamentos judiciais distintos.

A 27 de Maio de 1911 foi criada, então, a Lei de Protecção da Infância e foi instituída a primeira Tutoria de Infância, que mais tarde veio a dar origem aos tribunais de família e menores. Aqui a criança era considerada “*a base das sociedades, a matéria-*

prima com que hão-de constituir-se e cimentar-se alicerces, ergue-se a arquitectura desenganada duma nacionalidade nova solidamente organizada ” (Lei de protecção à infância, de 27 de Maio de 1911).

O primeiro artigo da Lei define que esta pretende “*prevenir não só os males sociais que podem produzir perversão ou crime entre os menores de ambos os sexos de menos de 16 anos completos, ou comprometer a sua vida ou saúde; mas também para curar os efeitos desses males*” (art.º 1.º Lei de protecção à infância, de 27 de Maio de 1911).

O Estado era responsável pela educação, formação e desenvolvimento social das crianças, responsabilidades que deveriam ser atribuídas aos progenitores. No preâmbulo da Lei de protecção à infância de 1911, pode-se constatar que a actuação do estado considerava que “*só com crianças educadas num regime disciplinado, com uma higiene moral escrupulosa, instituídas no conhecimento das cousas e na prática das leis sociais que formam actividades positivas, se poderá constituir uma sociedade que à salubridade dos costumes reúna as ansiedades fecundas do saber e do trabalho*”.

Posteriormente, em **1962 surge a primeira Organização Tutelar de Menores (OTM)** baseada no modelo autoritário vigente. Assentava numa ideologia de protecção e tratamento aplicando-se, tanto a situações de crianças em risco, como a situações de jovens delinquentes. Segundo este diploma a actuação do estado visava a “*prevenção criminal através da aplicação de medidas de protecção, assistência e educação, e no campo da defesa dos seus direitos e interesses, mediante a adopção das providências cíveis adequadas*” (art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 44288, de 20 de Abril de 1962). Podemos, ainda, constatar neste diploma que as situações de perigo dos menores era só da competência dos tribunais tutelares de menores, como se pode ler no artigo 17º que os tribunais tutelares de menores tem competência para decretar medidas relativamente aos menores que antes de perfazerem os 16 anos “*sejam sujeitos a maus-tratos ou se encontrem em situação de abandono, desamparo ou semelhante, capazes de num ou noutro caso de por em perigo a sua saúde, segurança ou formação moral*” (Decreto-Lei n.º 44288, de 20 de Abril de 1962). O Estado tinha aqui uma função preventiva e não reactiva face a comportamentos delinquentes por parte dos menores.

Portugal apesar de ter sido dos primeiros países a aprovar a Lei de Protecção da infância em 1911, só na revisão constitucional de 1976 é que foram pela primeira vez consagrados na Constituição da Republica Portuguesa, como direitos fundamentais, a infância, conforme o artigo 69º que refere que “*As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral*” (Constituição da

República Portuguesa de 1976). Onde, se declara, ainda, que “*As crianças, particularmente os órfãos e os abandonados, têm direito a especial protecção da sociedade e do Estado, contra todas as formas de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo de autoridade na família e nas demais instituições*” (Constituição da República Portuguesa de 1976). E a juventude, conforme o artigo 70º onde se reconhece que os jovens, sobretudo os jovens trabalhadores, gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente o acesso ao ensino, à cultura e ao trabalho.

Com a revolução democrática de Abril de 1974 assistiu-se a uma mudança de mentalidade e neste período começam a surgir alterações relativas à legislação dos direitos das crianças. A revisão e alteração da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais em 1977, veio alterar a competência dos tribunais, criando tribunais especializados em matéria de direitos da família e dos menores. Foram criados em 1977 tribunais de família e tribunais tutelares de menores, passando estes tribunais a terem a competência de julgar a situação dos “menores em risco”.

Com a necessidade de ajustar o sistema de protecção dos menores surge o Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, que cuidou da revisão da Organização Tutelar de Menores, ajustando-a às alterações introduzidas pela Lei n.º 82/77, de 6 de Dezembro, que redefiniu as competências dos tribunais de família e dos tribunais de menores. Conforme se pode ler no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de Maio de 1991 “*aproveitou-se então o ensejo para uma primeira experiência de protecção dos menores por via administrativa, não descurando, porém, os aspectos relativos à garantia dos direitos individuais.*”

O sistema criado com o Decreto-Lei nº 314/78, previa a existência de “*comissões de protecção, órgãos de gestão dos centros de observação e acção social, (COAS) constituídas pelo director de cada centro, por um psicólogo da instituição, por um curador junto do tribunal de menores com jurisdição na área do centro, por um representante dos serviços de menores do então Ministério dos Assuntos Sociais e por um representante do Ministério da Educação*” a quem competia decidir da aplicação de medidas de protecção e acompanhar a sua execução. Essas medidas visavam a protecção de menores de 12 anos quando estes se encontrassem em alguma das situações previstas no artigo 13.º da Organização Tutelar de Menores, as quais se reportam a estados de delinquência ou paradelinquência.

A competência territorial das referidas comissões estava circunscrita às áreas de jurisdição do tribunal de menores da sua sede, sem prejuízo de a sua actividade poder

ser alargada a outras áreas.

Em 1991, com o Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de Maio, procedeu-se à reformulação das anteriores comissões de protecção que existiam junto dos Centros de Observação e Acção Social e criaram-se as Comissões de Protecção de Menores que passam a ser entidades oficiais não judiciais com competência para acompanhar e aplicar medidas de protecção a crianças e jovens, com o devido consentimento dos progenitores ou do representante legal. As Comissões são compostas por equipas multidisciplinares constituídas por um representante do Ministério Público, da Segurança Social, da Saúde, da Polícia e demais pessoas individuais e entidades ligadas à problemática da protecção à infância e juventude.

Com a reforma de 1999 assistiu-se a uma nova alteração nas Comissões, as “Comissões de Protecção de Menores” passam a designar-se por “Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo” e a funcionar na forma de Comissão alargada e Comissão restrita. À comissão alargada compete desenvolver acções de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança ou jovem. Relativamente à Comissão restrita compete intervir nas situações em que a criança ou jovem está em perigo, conforme vem estipulado nos art.º 18º e 21º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

A reforma de 1999, com a implementação das Leis de Promoção e Protecção e a Lei Tutelar Educativa tinha como objectivo primordial regulamentar qual o tratamento aplicar às crianças e jovens em situações diferentes. A Lei Tutelar Educativa visa regulamentar a intervenção do estado nas situações de jovens, entre os 12 e os 16 anos, que pratiquem factos qualificados como crime na Lei, onde o objectivo é (re)educar o menor para o direito e a sua inserção de forma digna e responsável na sociedade. Por sua vez, a Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, tem por objecto a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens que se encontrem numa situação de perigo, pretendendo ter a garantia absoluta dos seus direitos. A OTM foi alterada várias vezes, mas só em 1999 é que se verificou uma profunda alteração, com a Reforma do Direito de Menores.

Ao longo dos anos face às mutações sociais, políticas e económicas, foram criados documentos com vista a regular a legislação de protecção às crianças e jovens em perigo. O século XX veio efectivamente marcar a viragem de paradigma relativamente à criança. A protecção das crianças e jovens ao longo do tempo assumiu uma crescente preocupação social, hoje as crianças tornaram-se seres de plenos direitos.

Assim, quando a família se mostra incapaz de assegurar à criança todas as condições necessárias no que diz respeito à saúde, à educação, à segurança e ao afecto, condições estas imprescindíveis ao seu crescimento harmonioso, o Estado intervém no sentido de proteger e afastar qualquer tipo de perigo que se mostre um entrave ao desenvolvimento e ao bem-estar físico e psíquico da criança. A família continua a ser um importante grupo de socialização primária e um importante contexto para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

Contudo, se a família não garante ou não pode garantir as condições necessárias a um desenvolvimento harmonioso, o processo de socialização é transferido, por inúmeras razões, para a responsabilidade das instituições de acolhimento, quando estão esgotadas todas as possibilidades de manter a criança na sua família biológica.

1.2 - Sistema de Protecção para crianças/jovens que se encontram numa situação de perigo

Como vimos, em 1999 surge a Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro que veio, assim, regulamentar uma nova abordagem à protecção e promoção das crianças e jovens que se encontram numa situação de perigo. Esta legislação tem por objecto a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral, conforme o artigo 1.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.

Esta Lei dispõe de um conjunto de medidas de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo, nomeadamente afastar o menor da situação de perigo em que se encontra, e proporcionar-lhe condições de protecção, de acordo com o art.º 3.º da Lei n.º 147/99 “*A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento ou quando esse perigo resulta da acção ou omissão de terceiros ou da própria criança/jovem, a que aqueles que não se oponham de modo adequado a removê-lo.*”

Considera-se na mesma o tipo de situações consideradas como estando revestidas de perigo. Assim sendo, uma criança ou jovem está em perigo quando confluem várias situações de risco podendo assumir diferentes manifestações, tal como refere o art.º n.º 3 da Lei n.º 147/99 a criança encontra-se em risco sempre que se encontre numa destas situações mencionadas, quando “*está abandonada ou vive entregue a*

si própria; Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”

Posto isto, sempre que qualquer pessoa tenha conhecimento que uma criança se encontre numa destas situações, ou seja, sempre que se encontre numa situação de risco pode (e deve) comunicar às Entidades Competentes em Matéria de Infância e Juventude, nomeadamente às Entidades Policiais, às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), à Segurança Social, e pode também comunicar às Escolas, às Autarquias Locais, aos Serviços de Saúde e Associações. As Autoridades Policiais por sua vez comunicam à CPCJ as situações de jovens e crianças em perigo que tenham conhecimento no exercício das suas funções. As Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude comunicam à CPCJ às situações de perigo do qual tenham conhecimento quando não podem assegurar atempadamente a protecção que a situação possa exigir.

Num primeiro momento da intervenção procede-se à recolha dos dados objectivos sobre a situação de perigo que foi devidamente sinalizada, a identificação da identidade sinalizadora bem como a identificação básica da criança. Após esta primeira recolha de dados, procede-se à recolha de todos os dados considerados como relevantes com o intuito de elaborar um diagnóstico profundo sobre a situação e todo o meio envolvente do menor que se encontra numa situação de perigo. Deste modo, temos concretizada a primeira fase da intervenção.

Se não for possível remover devidamente a situação de perigo em que se encontra o menor, a segurança social comunica à CPCJ, para que esta entidade proceda à sua intervenção removendo a situação de perigo em que se encontra. Posto isto, a CPCJ irá tentar obter os consentimentos legalmente necessários para intervir, no caso de conseguir, a comissão restrita aplica a medida de promoção e protecção adequada à situação de perigo em concreto. Nesta fase, a CPCJ pode decidir qual a Entidade responsável pelo acompanhamento executivo da medida, continuando, assim, a intervir

na situação.

A intervenção deve obedecer aos seguintes princípios orientadores, conforme o art.º nº 4 da Lei n.º 147/99 deve sempre ter sempre em conta o **interesse superior da criança e o respeito pela sua privacidade**, isto significa dar sempre prioridade aos interesses e direitos da criança e, para além disso, a promoção dos direitos da criança ou jovem deve ser realizada de forma a garantir o respeito pela sua intimidade, protegendo sempre a sua vida privada. A intervenção deve ter em atenção a **intervenção precoce e a intervenção mínima**, a intervenção deve ser realizada logo que a situação de perigo é identificada, e deve ser desenvolvida apenas pelas entidades e instituições cuja acção seja essencial à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança em perigo. A intervenção deve obedecer, ainda, a **proporcionalidade e actualidade**, deve ser ajustada à situação de perigo concreta e só pode interferir quer na vida da criança quer na vida da família na medida do que for necessário a essa finalidade.

A intervenção deve também promover a **responsabilidade parental**, para que os pais não esqueçam e assumam os seus deveres para com a criança. Além disso, a intervenção deve dar primazia à **prevalência da família e a obrigatoriedade da informação**, na promoção dos direitos e na protecção da criança deve ser dada prioridade às medidas que a integram na sua família ou que promovam a sua adopção e, ainda, a criança, os pais, o representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto devem ser informados dos seus direitos bem como dos motivos que causaram a intervenção. Têm direito a saber a forma como se processa a respectiva informação.

Por fim, a **audição obrigatória e participação e a subsidiariedade**, a criança e os seus pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção, e a intervenção deve ser efectuada pelas entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e, em última instância pelos Tribunais. De acordo com o art.º nº 6 da Lei n.º 147/99 “ *A promoção dos direitos e a protecção da criança e do jovem em perigo incumbe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às comissões de protecção de crianças e jovens e aos tribunais.*” Ainda, de acordo com o art.º nº 8 importa ressaltar que a intervenção das Comissões de protecção de crianças e jovens irá depender sempre do consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tem a guarda de facto. Neste sentido, é importante, ainda, referir que a intervenção quer das entidades com competência em matéria de infância ou juventude,

quer das comissões de protecção de crianças e jovens dependem se a criança ou jovem com idade superior ou igual a 12 anos não se opõem à intervenção, bem como a oposição da criança com idade inferior a 12 anos é relevante de acordo com a sua capacidade de compreensão da intervenção.

Assim, a intervenção judicial tem lugar quando:

- Não esteja instalada a CPCJ no Município ou na freguesia da respectiva área de residência;
- Quando não tem, ou quando é retirado o consentimento necessário à intervenção;
- Quando não é cumprido o acordo de promoção dos direitos e de protecção, ou quando há oposição da criança ao processo de intervenção;
- A CPCJ não obtenha a disponibilidade de meios necessários para aplicar/executar a medida, por exemplo, por oposição de uma entidade ou serviço;
- Ausência de decisão da CPCJ nos seis meses seguintes ao conhecimento da situação;
- Ou quando o Ministério público considera que a decisão da CPCJ é ilegal ou inadequada. O tribunal apensa processo da CPCJ ao Processo Judicial.

1.2.1 - Medidas de Promoção e de Protecção

Todas as crianças que se encontram numa situação de perigo devem ser sinalizadas e afastadas dessas situações, aplicando-se uma medida de promoção dos seus direitos e de protecção. Esta medida é uma providência adoptada pela CPCJ ou em última instância pelos Tribunais, de modo a afastar a criança da situação de perigo em que se encontra. A medida de promoção dos direitos e protecção da criança tem de ser realizada através de um acordo de promoção e de protecção que é um compromisso escrito entre a CPCJ e os pais, ou nos casos em que é necessária a intervenção do tribunal, é um compromisso entre o tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança ou jovem com mais de 12 anos, pelo qual se estabelece um plano contendo medidas de promoção e protecção.

Entre as medidas de promoção e protecção, temos as Medidas em Meio Natural de Vida que procuram privilegiar e preservar os relacionamentos afectivos e o meio familiar e social próprio das crianças e, as medidas que procuram soluções de outra

natureza, que são as Medidas em Regime de Colocação, que tem como objectivo primordial assegurar igualmente a satisfações das necessidades, assim como, assegurar as condições necessárias a um desenvolvimento sadio. Mas nestas medidas os menores estão ausentes não só do seu contexto sócio-familiar de origem mas também de um meio familiar alternativo.

Contudo, de acordo com a Lei n.º 147/99 art.º n.º 34 as medidas de promoção dos direitos e de protecção são aplicadas, independentemente da sua natureza, sempre com o objectivo de retirar a criança da situação de perigo em que se encontra. Devem promover condições que permitem o seu bem-estar físico e psicológico para que se possam desenvolver integralmente e, garantir a recuperação física e psicológica das crianças vítimas de qualquer tipo de abuso. De destacar que as medidas de promoção e de protecção podem ser decididas a título provisório. De acordo com o artigo n.º 37 da Lei n.º 147/99 as medidas provisórias são aplicadas nas situações de emergência ou enquanto se procede ao diagnóstico da situação da criança, não podendo a sua duração prolongar-se por mais de seis meses. Para além de que a aplicação destas medidas é da competência exclusiva das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e dos Tribunais.

1.2.2 – Medidas em Meio Natural de Vida

As medidas em meio natural de vida são os meios e os instrumentos através dos quais se pretende afastar o perigo e proporcionar às crianças as condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Para além disso, espera-se proporcionar não só às crianças mas também às suas famílias as ajudas necessárias.

As medidas em meio natural de vida podem distinguir-se como: **Apoio junto dos pais**, esta medida encontra-se em consonância com o primado da prevalência na família. Este primado reconhece que a família é um meio privilegiado de socialização e que toda a criança tem o direito de crescer harmoniosamente no seio de uma família, excepto em situações que exigem mesmo o afastamento da criança da sua família, tendo sempre em conta o interesse superior da criança. De acordo com o art.º n.º 39 da Lei n.º 147/99 esta medida tem como objectivo proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social, e também ajuda económica caso seja necessário. Podemos concluir que esta medida tem como objectivo central a aquisição ou o reforço de competências parentais necessárias indispensáveis ao exercício da parentalidade de

forma adequada e responsável.

A medida de **Apoio junto de outro familiar** surge quando existe a impossibilidade da criança permanecer com os pais, aplica-se esta medida no caso da família alargada se configurar como uma resposta válida. Nesta medida a criança vê a possibilidade de permanecer no quadro da família alargada, predominando a ideia de que mesmo se tratando da família alargada não deixa de ser família e, portanto, é sempre geradora de afecto e vinculação positiva para a criança. Segundo o art.º n.º 40 da Lei n.º 147/99 tal como acontece com a medida anterior também podem usufruir de apoio de natureza psicopedagógica e económica se assim for necessário. Quando são aplicadas as medidas de apoio junto dos pais e a medida de apoio junto de outro familiar, os pais ou os familiares a quem a criança seja entregue podem frequentar um programa de formação com o intuito de adquirirem competências parentais necessárias e imprescindíveis aos cuidados dos menores.

Neste sentido, tanto a medida de apoio junto de outro familiar como a medida de **Confiança a pessoa idónea**, são medidas que visam a aquisição por parte da criança de competências emocionais, educativas e sociais que a capacitem para prosseguir em segurança o seu desenvolvimento. Quando é aplicada a medida de confiança a pessoa idónea a criança é entregue a uma pessoa que não faz parte da sua família biológica, mas que configura como uma figura significativa capaz de a proteger. Segundo a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, de acordo com o art.º n.º 44 no caso da aplicação desta medida a colocação da criança ou jovem pode consistir na colocação sob a guarda de um candidato seleccionado para a adopção por um competente organismo da segurança social.

Por fim, o **Apoio para a Autonomia de vida**, esta medida é aplicada a jovens com idade superior a 15 anos ou inferior, no caso de serem mães adolescentes, a aplicação desta medida tem como objectivo proporcionar as condições necessárias a autonomia, nomeadamente em contexto escolar, profissional e social, assim como, pretende o fortalecimento de relações com os outros e consigo próprio. O objectivo será criar condições de formação pessoal, profissional e de inserção na vida activa. O art.º n.º 35 refere que o jovem pode beneficiar de apoio económico, psicopedagógico e social, onde pode frequentar programas de formação com o objectivo de criar condições para que possam viver autonomamente.

Após esta exposição das medidas em meio natural de vida foi expresso que na

execução das medidas se poderiam prestar apoio de natureza psicopedagógica, social e económica. Passaremos então a explicar o que implica e significa estes apoios. O apoio psicopedagógico consiste numa intervenção de natureza psicológica e pedagógica que tenha em consideração as diferentes etapas de desenvolvimento da criança, assim como, deve ter em consideração o contexto familiar. Por sua vez, o apoio social diz respeito a recursos comunitários, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento integral da criança e também para a satisfação das necessidades do agregado familiar. Por fim, o apoio económico que se refere a uma prestação pecuniária, paga pelos Serviços Distritais da Segurança Social para que a criança possa ficar no agregado familiar, garantindo os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

As medidas em meio natural de vida aplicadas pela CPCJ ou em processo judicial, por decisão negociada obedecem a um acordo de promoção e de protecção que deve ter em consideração, nomeadamente os cuidados de alimentação, higiene, saúde (incluindo consultas médicas orientação psicopedagógica) e conforto a prestar. Assim como devem incluir, a identificação do responsável pela criança ou jovem, o plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação de tempos livres, o apoio económico e a duração e a entidade responsável pela atribuição. Sendo que a duração das medidas de promoção e de protecção em meio natural de vida não podem ter a duração superior a um ano. Contudo, pode ser alongado o prazo até dezoito meses se assim se revelar necessário. No caso das medidas de promoção e protecção de apoio junto dos pais e confiança a pessoa idónea, podem ser prorrogadas por um prazo de dezoito meses tal como referimos, mas desde que permaneçam os consentimentos e os acordos.

1.2.3 - Medidas em Regime de Colocação

As medidas em regime de colocação, tal como as medidas em meio natural de vida pretendem afastar a criança da situação de perigo e proporcionar o seu desenvolvimento. Contudo, neste tipo de medidas a criança encontra-se afastada do seu contexto sócio-familiar. Destacamos o **Acolhimento familiar** que segundo a Lei de Protecção de Crianças e Jovens, consiste num sistema de cuidados para aquelas crianças que se encontram numa situação de perigo e não podem permanecer no meio familiar de origem. Esta medida está definida na Lei como em regime de colocação, uma vez que implica o afastamento da criança do seu contexto familiar e social. O art.º n.º46 da Lei

nº147/99 define que o acolhimento familiar “*consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral*”. O mesmo artigo contempla ainda, que se considera uma família “*(...) duas pessoas casadas entre si, ou que vivam uma com a outra a mais de dois anos em união de facto, ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação.*”

No acolhimento familiar a criança é entregue a uma família seleccionada pela Segurança Social, sendo que este acolhimento se pode realizar em Lar familiar e Lar profissional. Em Lar familiar refere-se aquilo que acima referimos e que a lei considera como família, por sua vez a família de acolhimento em Lar profissional é constituída por uma ou mais pessoas com formação técnica adequada, assim, o acolhimento em Lar profissional está mais direccionado para as crianças que possuam algumas necessidades especiais quer ao nível emocional, quer ao nível comportamental, como também alguma deficiência ou doença e que deste modo necessitam de cuidados específicos. O acolhimento familiar pode, ainda, ser um acolhimento de curta duração, ou seja quando se prevê que a criança regresse à família de origem num prazo nunca superior a seis meses, ou um acolhimento de longa duração, que por sua vez consiste num acolhimento de maior duração quando não estão criadas as condições necessárias para que a criança regresse à família.

Por sua vez, o **Acolhimento em Instituição**, tal como refere o art.º n.º 49 da Lei n.º 147/99 “*A medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.*” É importante referir que as instituições podem ser de natureza diversa, podem ser públicas, sociais ou privadas consoante o acordo de cooperação estabelecido com o Estado. Contudo, colocando de parte a natureza das instituições de acolhimento, todas devem ter a mesma missão, a de promover uma relação afectiva semelhante à familiar e deve, ainda, permitir que a criança tenha um acompanhamento personalizado com integração na comunidade. Para além disso, estas instituições funcionam em regime aberto, a criança pode livremente entrar e sair da instituição desde que esteja de acordo com as normas de funcionamento da mesma. Assim como, pode receber visitas dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda facto, a não ser que

exista alguma decisão judicial que se oponha.

Em acolhimento institucional, a criança tem direito a receber uma educação que permita o seu desenvolvimento integral. Devem estar assegurados todos os cuidados de que necessita, quer seja em relação à educação, quer seja em relação à saúde. Espera-se também que em acolhimento a criança possa usufruir do espaço para a sua privacidade e de alguma autonomia na regulação da sua vida diária, obviamente que esta autonomia deverá variar de acordo com a idade e situação de cada criança.

Ainda, de acordo com a Lei n.º 147/99 art.º n.º 50 o acolhimento pode ser de carácter **temporário** ou **prolongado**. Quando o acolhimento em instituição se realiza por um período não superior a seis meses, este realiza-se em Casas de Acolhimento Temporário e define-se como sendo de curta duração. O art.º n.º 50 refere que este prazo pode ser excedido “ (...) *quando, por razões justificadas, seja previsível o retorno à família, ou enquanto se procede ao diagnóstico da respectiva situação e à definição do encaminhamento subsequente.*” Por sua vez, o acolhimento prolongado ocorre em Lar de Infância e Juventude e destina-se a criança cujas circunstâncias do caso aconselham um acolhimento superior a seis meses. Os lares de infância e juventude podem ser especializados ou ter valências especializadas. Quer os centros de acolhimento temporário, quer os lares de infância e juventude dispõem de uma equipa técnica, a quem compete a tarefa de fazer o diagnóstico das situações das crianças que acolhem, bem como a definição do seu projecto de promoção e de protecção.

Segundo o art.º n.º 57 da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, as medidas aplicadas pela CPCJ ou em processo judicial, por decisão negociada, integram um acordo de promoção e de protecção que em regime de colocação deve obedecer aos seguintes parâmetros. A modalidade de acolhimento, o tipo de família ou de lar em que se realiza o acolhimento, os direitos e os deveres dos intervenientes, designadamente a periodicidade das visitas por parte da família ou de outros significativos e os montantes da prestação que correspondem aos gastos a ter com a criança. E também a periodicidade e o conteúdo das informações a prestar às entidades administrativas e às autoridades judiciais, bem como a identificação da pessoa ou entidade que a deve prestar. Esta informação de acordo com o art.º n.º 57 “ (...) *deve conter os elementos necessários para avaliar o desenvolvimento da personalidade, o aproveitamento escolar, a progressão em outras aprendizagens, a adequação da medida aplicada e a possibilidade de regresso da criança ou jovem à família.*”

III - Traços Gerais da Institucionalização

O relatório de *Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA)* tem como missão conhecer a existência e evolução dos respectivos projectos de vida, mas também diagnosticar as potencialidades e as fragilidades do actual sistema de promoção e protecção de crianças e jovens que se encontravam numa situação de perigo, designadamente daqueles que se encontram privados do seu contexto familiar e encontram-se acolhidos nas diversas respostas de acolhimento.

De facto, o número de crianças e jovens que se encontram acolhidos em instituições tem vindo a ocupar cada vez mais destaque na sociedade e, consequentemente uma maior preocupação sobre as formas adequadas de intervenção dos profissionais desta área. Como tivemos oportunidade de verificar à medida que fomos avançando no tempo a preocupação com as crianças ganhou um novo olhar, e hoje a infância é encarada como uma etapa específica e importante do desenvolvimento e que por isso, merece especial atenção.

O progressivo reconhecimento que as crianças têm direitos, sendo que esses direitos passam por garantir todas as condições necessárias para que se possam desenvolver harmoniosamente e, em especial aquelas crianças que estão privadas do seu contexto familiar pelas mais variadas razões e se encontram entregue aos cuidados de uma instituição. O que se espera e ambiciona é que as instituições adoptem boas práticas que permitam e garantam todas as condições necessárias ao desenvolvimento integral das crianças e jovens que acolhe, que se configurem como respostas válidas capazes de cumprir os direitos que vem claramente explícitos na Lei nº 147/99 de 1 de Setembro que anteriormente abordamos de uma forma breve.

De acordo com o relatório CASA só conseguimos alcançar o sucesso através de boas práticas, multidisciplinares e interinstitucionais, assentes em modelos de organização e funcionamento ditados pela ética da responsabilidade e pautados pela qualidade na resposta às necessidades individuais de cada criança e jovem, só assim, se poderá assegurar uma melhoria na capacidade de as cuidar e educar e, simultaneamente, de lhes criar as condições para uma segura, oportuna e adequada cessação da situação de acolhimento institucional ou familiar.

Assim, temos percorrido um longo caminho no que a protecção infantil diz respeito, cada vez são mais os estudos realizados nesta área cuja missão será contribuir

para um aperfeiçoamento dessas práticas institucionais. Assim, como através da elaboração anual destes relatórios da Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e jovens que mostra que “ (...) *foi sendo possível acautelar que as crianças e jovens tenham visto consagrado o acompanhamento da execução da respectiva medida de promoção e protecção, visando a sua revisão ou cessação sempre que oportuno e justificado, mediante elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de Planos de Intervenção Individuais*” (CASA, 2012, p.8).

Neste sentido, e de acordo com o relatório CASA a situação jurídica face à situação de acolhimento, que há uma década se impunha como o objectivo prioritário do Plano de Intervenção Imediata (PII), sendo que este Plano antecedeu ao CASA entre os anos 2003 e 2010, agora surge como objectivo pontual “ (...) *tendo em atenção a manifesta apropriação que os intervenores institucionais foram assumindo sobre a responsabilidade do escrupuloso cumprimento dessa garantia e sobre a necessidade de acautelar a eventualidade de novos acolhimentos sem a aplicação da respectiva medida de promoção e protecção ou de outra figura jurídica*” (CASA, 2012, p. 8).

Será, então, nossa pretensão fazer uma breve reflexão sobre a situação geral do sistema de acolhimento, caracterizando quantas crianças entraram em acolhimento e quantas saíram, sendo que estes resultados são comparados com os resultados obtidos em 2011. Pretendemos, fazer referência à situação de acolhimento actual, situação jurídica, análise dos projectos de vida e análise da sua evolução.

Interessa-nos, perceber quantas crianças se encontram em acolhimento para termos ideia do panorama actual. Assim, em 2012 tínhamos:

- 8.557 Crianças e jovens que se encontravam efectivamente em situação de acolhimento, sabemos ainda que, 6.268 entraram em acolhimento em anos anteriores e 2.289 entraram em acolhimento em 2012.
- 2.590 Crianças e jovens saíram do sistema de acolhimento, 872 (33,7%) cessaram o acolhimento iniciado no mesmo ano (837 em 2011 – 31,8%) e 1.718 cessaram o acolhimento iniciado em anos anteriores.

O relatório dá-nos a possibilidade de conhecer que os distritos com mais crianças e jovens que se encontram em acolhimento institucional são os distritos do Porto, Lisboa e Braga. Relativamente a Beja e a Portalegre verificam-se números mais reduzidos.

Da mesma forma que Lisboa, Porto e Braga são os distritos em que mais crianças e jovens saíram do sistema de acolhimento. Quanto aos distritos de Beja,

Portalegre, Castelo Branco e Guarda são os distritos com menor número de crianças e jovens com cessação da medida de acolhimento. Conforme se pode verificar na seguinte tabela:

	Porto	Lisboa	Braga	Beja	Portalegre	Castelo Branco	Guarda
N.º de crianças em situação de acolhimento institucional por distrito	1.655	1.617	633	108	95		
N.º de Crianças e jovens que cessaram medida de acolhimento	444	550	200	22	33	34	47

Fonte: Relatório da caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens.

Na tabela seguinte, é possível observar o número de crianças e jovens que tínhamos em acolhimento institucional no ano 2011 e 2012 respectivamente. O número de crianças que entraram em acolhimento, as que saíram do acolhimento, bem como as que cessaram o acolhimento no mesmo ano em que o iniciaram, comparando sempre os valores com o ano transacto.

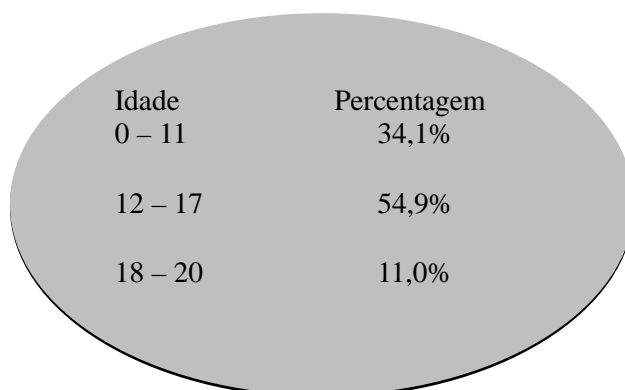
	2012	2011
Crianças em acolhimento institucional	8557	8938
Crianças que entraram em acolhimento	2289	2112
Crianças que saíram do acolhimento	2590	2634
Crianças que cessaram o acolhimento no mesmo ano que iniciaram	872	837

Fonte: idem

Após esta exposição dos resultados do número de crianças que tem como medida de promoção e protecção a colocação em instituição ficamos com a noção do panorama geral. Contudo, o relatório de 2012 em jeito de conclusão faz uma análise comparando os anos anteriores, isto é de 2006 até 2012. Esta análise mostra-nos as seguintes tendências, que existe uma evidente diminuição do número de crianças que se encontram acolhidas em instituições. Entre 2006 e 2012 podemos verificar uma diminuição de 3.688 crianças, o que corresponde a uma percentagem de 30,1%.

Uma variação diminuta no volume de saídas e um valor mais ou menos igual no que diz respeito ao volume de entradas, sendo que em 2012 se verificou o maior número de entradas desde 2006, e um menor diferencial entre entradas e saídas.

Verificamos que em relação às idades das crianças e jovens acolhidos, a maior percentagem corresponde aos adolescentes entre os 12 e os 17 anos, seguido da faixa etária dos 0 aos 11 com uma percentagem também considerável como se pode verificar através da exposição dos respectivos resultados.



Fonte: Relatório da caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

Quanto à distribuição por sexo, verificamos que tal como acontece em 2011 há uma tendência para o predomínio do sexo masculino (50,5%) e em relação às raparigas podemos observar uma percentagem de 49,5% sobretudo até aos 14 anos. Contudo a partir dos 15 anos a tendência parece se inverter.

1.1 - Características particulares das crianças e jovens

O relatório CASA dá-nos a conhecer que entre as características particulares das crianças e jovens destacam-se os problemas de comportamento (19,5%), o que revela um aumento em relação ao ano anterior. Estes problemas verificam-se sobretudo na faixa etária dos 15 aos 17 anos.

Quanto ao tipo de problemas de comportamento verifica-se que predominam os problemas de comportamento ligeiros. Os problemas de comportamento ligeiros encontram-se definidos como comportamentos como o uso da mentira para evitar obrigações/responsabilidades, fugas breves e intimidações. Existindo um aumento da gravidade dos comportamentos na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Os comportamentos considerados graves referem-se a roubos com confrontação com a vítima, utilização de armas brancas e destruição de propriedade com prejuízos consideráveis.

Entre as características destacamos que 14% dos jovens apresenta uma debilidade ou uma deficiência mental e 8% dos jovens apresenta problemas relacionados com a toxicodependência. Analisando a frequência de jovens que recebem acompanhamento a nível da saúde mental verificamos uma elevada frequência, especialmente entre os 12 e os 17 anos de idade, em toda a extensão do período da adolescência.

No que à questão da escolaridade diz respeito, a partir dos 11 anos existe uma clara tendência para o insucesso escolar. Os dados revelam que à semelhança dos anos anteriores se mantém um aumento do insucesso escolar, particularmente na idade de mudança dos ciclos escolares, conforme podemos observar na tabela:

11 anos – transição do 1º ciclo para o 2º ciclo	23,30%
13 anos – transição do 2º ciclo para o 3º ciclo	48,70%
16 anos – transição do 3º ciclo para o ensino secundário	67,00%

Fonte: Relatório da caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

Observa-se a falta de conclusão do ensino secundário. Apenas uma pequena percentagem de jovens entre os 16 e os 20 anos concluíram a escolaridade e encontram-se a procura de emprego. Verifica-se que o insucesso e o abandono escolar tendem a aumentar com a idade, sendo já muito evidente em 48,7% dos jovens com 13 anos de idade.

Tal como o relatório refere as dificuldades de aprendizagem destes jovens revelam-se desde muito cedo, devido às circunstâncias adversas que pautaram o seu processo de desenvolvimento bem como as experiências negativas que vivenciaram. O relatório conclui que não se procuram outras alternativas que possam combater o insucesso escolar e que promovam a motivação para estudar, porque como todos sabemos o insucesso escolar pode culminar mais tarde numa falta de oportunidades na estrutura social.

Assim, é um dever e tal como refere a Lei nº147/99 de 1 de Setembro que as instituições de acolhimento devem assegurar os cuidados necessários ao

desenvolvimento pessoal e à formação escolar, porque de alguma forma estas crianças viram-se privadas nos seus meios de origem de realizar aprendizagens importantes. Assim, espera-se que nas instituições encontrem os meios necessários que os ajudem a ultrapassar as suas dificuldades.

Além disso, não podemos explicar o insucesso escolar a que estão votadas as crianças em risco como uma falta de aptidões, significaria atribuir um fenómeno dotado de características eminentemente sociais a causas naturais, sem procurar perceber os processos que o originam, e por isso não podemos aceitar o insucesso escolar como absoluto e permanente. Cabe às instituições de acolhimento procurar soluções para combater este insucesso escolar.

1.2 – Medidas de Promoção e de Protecção aplicadas

Quanto às medidas de promoção e de protecção anteriores é possível observar que cerca de um terço das crianças que estão em situação de acolhimento (32,7%) tiveram no passado, experiências de acolhimento noutros locais. Na tabela que se segue podemos identificar a percentagem de crianças e jovens que se encontram na segunda resposta de acolhimento, na terceira resposta ou no quarto ou quinto local de acolhimento. Identificamos o número de crianças que reentraram no sistema de acolhimento bem como o número de crianças e jovens que foram para uma resposta diferente daquela que tinham estado anteriormente.

Percentagem de crianças e jovens que estão na segunda resposta de acolhimento	83,00%
Percentagem de crianças e jovens que estão na terceira resposta de acolhimento	13,00%
Percentagem de crianças e jovens que estão no quarto ou quinto local de acolhimento	4,00%
Número de crianças e jovens que reentraram no sistema de acolhimento	697
Número de crianças e jovens que foram para uma resposta diferente daquela que tinham estado anteriormente.	632

Fonte: Relatório da caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

Os dados sugerem que a reentrada para uma resposta diferente da anterior poderá ser relevante nas situações em que é exigido a necessidade de uma intervenção terapêutica mais especializada. Todavia, de acordo com o relatório noutras circunstâncias poderá não ser mais de uma colocação numa outra resposta que tenha vaga, o que contrária o princípio da intervenção mínima e a opção pela solução que garanta continuidade e segurança afectiva na criança ou jovem, particularmente no que respeita ao reatar das relações estabelecidas com os profissionais da resposta anterior.

Quanto às medidas de promoção e de protecção aplicadas em meio natural de vida a tabela que se segue mostra a quantas crianças foram aplicadas medidas em meio natural de vida antes do seu primeiro acolhimento, bem como o número de crianças a quem não foram aplicadas medidas em meio natural de vida antes do seu acolhimento institucional.

Número de crianças que tiveram medidas de promoção e de protecção em meio natural de vida antes do seu primeiro acolhimento	2541
Número de crianças a quem não foi aplicada nenhuma medida de promoção e de protecção em meio natural de vida antes do seu acolhimento	3194
Número de crianças e jovens que se desconhece se usufruiu destas medidas	2822
Número de crianças e de jovens que entrarem em acolhimento e os gestores de caso não possuem informação sobre as intervenções anteriores.	1683

Fonte: Relatório da caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

Das 3.194 crianças e jovens que não tiveram como medida de promoção e protecção as medidas em meio natural de vida antes do seu acolhimento institucional, o relatório dá-nos a conhecer quantas, no último ano, se podem considerar como entradas directas no sistema de acolhimento, sendo que se excluiu as situações de perigo iminente. Assim, é possível observar que 538 crianças e jovens não usufruíram de nenhuma medida em meio natural de vida anterior ao acolhimento. O que representa por um lado, um número elevado, e por outro que não se tentaram ou não se procuraram outras soluções para além do acolhimento institucional, que não se tentou uma intervenção não institucional.

É possível verificar na tabela que um número significativo de crianças e jovens que entraram em acolhimento, os gestores de caso/instituições de acolhimento não possuem informações sobre as intervenções anteriores. Este é um dado preocupante, no sentido em que todas as intervenções realizadas e toda a história de vida da criança deveria estar devidamente organizada para ser contemplada ao longo da intervenção. Pois só, assim, se pode realizar um trabalho de qualidade. Se desconhecemos a verdadeira história de vida, se desconhecemos os processos pelos quais determinada criança passou como podemos intervir de forma adequada? Temos uma intervenção que começa a falhar muito antes da entrada da criança ou jovem na instituição.

Acresce-se, ainda, que 1.755 crianças e jovens tiveram acolhimento na sequência de procedimentos de urgência, das quais 576 (33%) tiveram, anteriormente ao acolhimento, aplicada a medida em meio natural de vida, nomeadamente “apoio junto dos pais”.

Claro que estes dados não nos deixam indiferentes e algumas questões se impõem, questões que colocam em causa quer “ (...) a eficácia da aplicação das medidas em meio natural de vida, quer sobre o acompanhamento técnico e a capacidade de intervenção, nomeadamente, em situações de crise no agregado familiar, em que a criança é o foco da atenção. Como é sabido, os procedimentos de urgência deveriam apenas aplicar-se em situações de perigo extremo para a segurança da criança” (CASA, 2012, p.27).

1.3 - Modalidades de acolhimento

Quanto aos locais de acolhimento, continua a verificar-se que o maior número de crianças e jovens encontram-se em respostas de acolhimento prolongado, ou seja em lares de infância e juventude. Os lares de infância e juventude são lugares que se destinam a um acolhimento mais prolongado quando as circunstâncias dos casos assim o exigem, conforme está estipulado na Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. Por sua vez, os Centros de Acolhimento Temporário continuam a aparecer como o segundo local com mais crianças e jovens acolhidos e destinam-se a um acolhimento de carácter temporário por um período não superior a 6 meses.

O terceiro lugar é ocupado pelas Famílias de Acolhimento, com uma percentagem bastante reduzida relativamente às crianças e jovens em situação de acolhimento institucional que assumem um peso mais significativo. O acolhimento de emergência assume, um peso ainda menor, tal como os menores que se encontram em

apartamento de autonomização, o que segundo o relatório revela a escassez deste tipo de resposta.

Lares de Infância e Juventude	64,40%
Acolhimento Temporário	24,40%
Famílias de Acolhimento	4,90%
Acolhimento de Emergência	0,90%
Apartamento de Autonomização	0,50%

Fonte: Relatório da caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

Os dados sugerem a predominância das medidas de colocação em instituição, assiste-se a um desfasamento entre os elevados números de medidas de acolhimento em instituição e os baixos números de medidas de acolhimento familiar.

1.4 - Tempos de permanência

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são respostas de carácter transitório (ou pelo menos deviam ser) e devem ser aplicadas quando estão esgotadas todas as intervenções na família. Desta forma, o tempo de permanência da criança neste tipo de respostas deve ser sempre o mais curto possível, definindo, um projecto de vida, que tal como expressa claramente a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo que se deve dar prevalência às medidas que o integrem na sua família ou que promovam a sua adopção. Assumimos, que todas as crianças têm direito a ser protegidas e retiradas das situações de perigo, aplicando as medidas de promoção e protecção que melhor se aplicarem à situação em concreto.

Contudo, assumimos também que todas as crianças têm direito à crescer numa família, uma família que se configure como uma “família de verdade” para a criança. Assim, só restam duas soluções, ou as instituições se centram no trabalho com as famílias e procuram que as mesmas reúnam as condições e as competências necessárias, ou então que se accionem os meios necessários para promover a adopção das crianças, pois só estes dois contextos se podem configurar como uma “verdadeira família.”

Neste sentido, o tempo de permanência assume especial destaque na definição dos respectivos projectos de vida, uma vez que o tempo de permanência no local de acolhimento pode ser um indicador importante para a avaliação do princípio da prevalência na família. Na tabela que se segue podemos observar os tempos de

permanência das crianças e jovens no local de acolhimento.

Percentagem de crianças e jovens que se encontram acolhidos há um ano ou menos.	45,40%
Percentagem de crianças e jovens que se encontram no actual local de acolhimento há dois ou três anos.	20,80%
Percentagem de crianças e jovens que se encontram acolhidos há mais de quatro anos.	33,80%

Fonte: Relatório da caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

Diferencia-se como mais expressivas, quer as permanências curtas – até um ano, quer às permanências longas – a partir de quatro anos.

O que se observa é que existe uma relação directa entre o avanço das idades e o tempo de permanência em situação de acolhimento, pois constata-se que as crianças mais novas são as que permanecem menos tempo em acolhimento.

A maioria das crianças com menos de 3 anos estão acolhidas entre 1 e 2 anos e uma pequena percentagem está entre 2 e 3 anos. As crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 9 anos estão acolhidas entre 4 a 6 anos e as crianças com mais de 15 anos estão em acolhimento há 7 anos ou mais.

Quanto mais prolongamos o acolhimento, mais difícil parece para as crianças saírem do acolhimento institucional. As idades avançam e depois não conseguem escapar a uma institucionalização, quanto mais cedo se definirem projectos de vida, maior será a probabilidade das crianças terem direito a uma família. Não esquecendo que à medida que as idades avançam e se esgotam as possibilidades de regresso às famílias de origem, esgotam-se também as possibilidades de adopção, pois o processo de adopção será mais difícil para as crianças com idades mais avançadas. Poderá ser difícil encontrar famílias que estejam dispostas e que sobretudo estejam aptas a adoptar crianças de idades mais avançadas. Ao prolongarmos o acolhimento temos de estar mais conscientes das consequências que irá comportar para a criança, pois sabemos que o ideal será crescer numa família, onde encontramos a base segura e as relações afectivas significativas para que as crianças se possam desenvolver de forma integral

1.4.1 - Tempos de permanência nos Centros de Acolhimento Temporário e em Lares de Infância e Juventude

Os tempos de permanência nos **Centros de Acolhimento Temporário** e nos **Lares de Infância e Juventude** são significativamente diferentes. Podemos observar na tabela que se segue os diferentes tempos de permanência.

Tempos de permanência em CAT e em LIJ

	CAT	LIJ
Percentagem de crianças e jovens acolhidos há menos de um ano	39,30%	57,90%
Percentagem de crianças e jovens acolhidos há mais de um ano	30,70%	49,40%
Percentagem de crianças e jovens acolhidos entre dois e três anos	27,20%	64,50%
Percentagem de crianças e jovens acolhidos há mais de quatro anos	12,50%	76,30%
Percentagem de crianças e jovens acolhidos há sete anos ou mais	-	83,40%

Fonte: caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens

Os tempos de permanência em LIJ são manifestamente mais prolongados, um peso bastante significativo de crianças e jovens estão acolhidos há sete anos ou mais.

Estes tempos de permanência estão certamente relacionados com os diferentes tipos de resposta, estão associados à natureza e ao tipo de intervenção realizada. Os CAT são centros de acolhimento temporário que acolhem crianças maioritariamente mais novas, acolhe crianças dos 0 aos 12. Por sua vez, os LIJ são locais que se destinam a um acolhimento mais prolongado e acolhem crianças a partir dos 6 anos, e normalmente a faixa etária dos 12 aos 14 anos é a que assume um peso mais significativo.

As crianças com idades avançadas e com acolhimentos prolongados dificilmente vão para a adopção e muitas vezes nem voltam para a família de origem, vendo negada a possibilidade de crescer no seio de uma família. O seu percurso, na maioria das vezes, é marcado por andarem de instituição em instituição. Tendo em conta que uma das situações que prolonga o acolhimento institucional é o processo de reunificação familiar. Será que as instituições têm a clara noção de que adiando os projectos de vida colocam estas crianças cada vez mais na incerteza do futuro? Talvez se tivessem decidido projectos de vida mais cedo, não estaríamos perante uma percentagem tão significativa

de crianças e jovens que se encontram acolhidos há sete anos ou mais e, onde talvez a única solução será esperar pela sua autonomização.

Uma questão que importa aqui salientar prende-se com o tempo de permanência das crianças e jovens em CAT. A Lei n.º 147/99 prevê que o tempo de permanência não deve ultrapassar os seis meses, excepto quando por razões que o justifiquem seja previsível o retorno à família ou quando se procede ao diagnóstico da respectiva situação, o que se verifica é que a percentagem de crianças que está acolhida há menos de um ano é muito equivalente a percentagem que está acolhida há mais de um ano, e a percentagem dos que estão acolhidos entre dois e três anos também não varia muito destas duas percentagens. As diferenças não são muito significativas o que significa que os CAT não conseguem cumprir o tempo previsto na lei, porque a lei prevê que os seis meses podem ser excedidos quando se prevê, por exemplo o retorno à família e muitas destas crianças que permanecem este tempo todo no CAT não chegam sequer a regressar à família.

Quanto à questão da situação jurídica de acolhimento, as crianças e jovens que são colocados em acolhimento institucional e familiar sem a prévia decisão da CPCJ ou do tribunal devem ser comunicados ao Ministério Público após o acolhimento, para que cada decisão seja conhecida e se direcione no sentido de proteger o interesse superior da criança.

Mesmo quando, em situação de perigo, as crianças e jovens sejam retiradas a família e colocadas em acolhimento institucional ou em famílias de acolhimento por deliberação das Comissões de Protecção, deverão comunicar ao Ministério Público a aplicação das respectivas medidas de promoção e de protecção. De acordo com o relatório CASA “ *A aplicação de uma medida que regularize o acolhimento da criança acarreta, desde logo, a garantia do acompanhamento técnico da sua execução e inerente avaliação regular pelas entidades competentes, prevenindo, desta forma, acolhimentos prolongados decorrentes de insuficiente ou mesmo inexistente planificação da intervenção a garantir junto de cada criança e sua família*” (CASA, 2012, p.36).

O relatório mostra-nos que nos últimos anos temos assistido a uma diminuição gradual do número de crianças e jovens com a situação jurídica por regularizar, pelo menos um ponto positivo a este nível.

As crianças e jovens acolhidos em instituições têm a sua situação jurídica regularizada, quando “ (...) no âmbito de um Processo de Promoção e Protecção (PPP) da responsabilidade da CPCJ ou do Tribunal, é aplicada uma Medida Promoção e Protecção ou,

por decisão judicial, é atribuída outra figura jurídica Tutelar Cível” (CASA, 2012, p.37). Observamos que quase todos os jovens em acolhimento tem a sua situação regularizada, ou seja 98% com aplicação de uma medida de promoção e de protecção ou decidida uma providência tutelar cível. Os dados revelam que nos últimos anos prevalecem as medidas de promoção e de protecção de acolhimento institucional, e com pouca expressão, com valores muito aproximados entre si, as restantes situações jurídicas possíveis.

Não poderíamos deixar referir, ainda, o número de crianças e jovens que se encontram acolhidos num distrito diferente daquele em que reside a sua família de origem. Importa, então, perceber quantas crianças se encontram acolhidas num distrito diferente daquele em que reside o seu agregado familiar, pois a deslocalização poderá ser um importante indicador para a avaliação do princípio da prevalência da família. Quando falamos de crianças que estão acolhidas em instituições, privadas do seu meio familiar de origem e quando a própria lei prevê que se deve dar primazia as medidas que integrem a criança na sua família de origem. Este afastamento poderá constituir um entrave a concretização deste princípio.

O número de crianças e jovens acolhidos num distrito diferente do seu agregado familiar mantêm a tendência dos anos anteriores, relativamente ao número de crianças e aos escalões etários. Em 2012 estavam nesta situação 1259 crianças e jovens, o que corresponde a uma percentagem de 14,7%. E verifica-se que predominam as idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos.

Claro que todas as faixas etárias são importantes, mas merecem uma atenção especial as crianças entre os 0 e os 5 anos que se encontram fora do seu distrito, afastadas do seu agregado. Sabemos que a retirada já é por si só um processo complexo para a própria criança, porque exige a ruptura com a família, com o conhecido. Mas o facto destas crianças se encontrarem acolhidas num distrito diferente do seu agregado familiar, trará certamente consequências negativas, pelas necessidades próprias destas idades, pelas sequelas em termos de desenvolvimento que o afastamento dos familiares poderá provocar, e trará dificuldades acrescidas, nomeadamente constrangimentos à definição dos projectos de vida, na medida em que o trabalho com as famílias fica, desde logo, comprometido bem como a respectiva avaliação das competências parentais, o que dificultará a reunificação familiar.

Assim como, 38,6% dos jovens com idades entre os 15 e os 20 anos se encontram

afastados do distrito onde reside a sua família, o que poderá também ser um entrave ao processo de autonomização, pois acabam por ficar sem qualquer retaguarda familiar. Sem suporte familiar estes processos tornam-se difíceis, tendo em conta que a maioria, quando cessa o acolhimento regressa ao seu meio de origem. De acordo com o relatório as crianças e jovens acolhidos em CAT têm mais probabilidade de ficarem num distrito diferente do seu agregado familiar.

2 - Projectos de vida

A definição e a respectiva concretização dos projectos de vida são sem margem de dúvida, uma das missões fundamentais do acolhimento institucional. A criança deve ser retirada da situação de perigo em que se encontra e o acolhimento institucional configura-se, muitas vezes, como a única resposta possível em determinando momento. Contudo, não se pretende fazer da institucionalização uma resposta válida para a vida, e por isso a definição dos projectos de vida assume particular importância.

Pretendemos fazer um retrato dos projectos de vida, mesmo que seja um retrato breve, para compreendermos se as instituições conseguem concretizar o direito das crianças crescerem numa família, direito esse considerado como inalienável.

2.1 - Crianças e jovens sem projecto de vida

Em 2012 existiam 1.085 crianças e jovens sem um projecto de vida definido, comparativamente em 2011 existiam 1.271;

- Das 1.085, 549 são crianças com idades entre os 0 e os 3 anos de idade e 536 são jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos.
- Os dados mostram que 181 crianças e jovens que tiveram projecto de vida definido em 2012 deixaram de o ter no próprio ano porque se revelou impossível a sua concretização.
- Os projectos de vida que se revelaram impossíveis de concretizar correspondem a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos e representam uma percentagem de 35% e metade dos jovens dos jovens dos 12 aos 17 anos com uma percentagem de 51%.

Distingue-se, ainda, aquelas crianças que em 2011 tinham projecto de vida e em 2012 ficaram sem projecto de vida.

- São cerca de 60 crianças e jovens que tiveram projecto de vida definido em 2011,

mas que no ano de 2012 deixaram de ter. Destaca-se o grupo dos 12 aos 17 anos com uma percentagem de 58%;

- Sendo que para 41 crianças e jovens estava definida a reunificação familiar (para 34 o regresso à família nuclear e para 7 a integração na família alargada). Mas estes projectos de vida revelaram-se impossíveis de concretizar e o plano de intervenção com a família foi interrompido.

Por fim, distingue-se as crianças e jovens sem projecto de vida em 2011 e 2012

- Verifica-se 191 crianças e jovens que se encontram em acolhimento institucional desde 2011 e sem projecto de vida, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade (55%) e dos 6 aos 11 anos (27%).
- 64% das crianças e jovens tem o diagnóstico da situação sócio-familiar por realizar, sendo que apenas 14% têm diagnóstico efectuado sem plano de intervenção ainda definido.

Um ponto importante a destacar e que não poderíamos deixar de mencionar que vem claramente destacado no relatório é a existência de fragilidades na definição dos projectos de vida, referindo que *“As entidades executoras referem como principais entraves à definição dos projectos de vida, a inexistência ou dimensionamento insuficiente das equipas técnicas das Instituições (52%) e dificuldades de articulação entre as equipas técnicas das Instituições e as equipas técnicas que acompanham a execução da medida de promoção e protecção (12%)”* (CASA, 2012, p.44).

Ora, aqui está um ponto importante para percebermos onde se debruça o problema das crianças que não tem projectos de vida, não é só porque a família não adquiriu as competências necessárias ao bom exercício da parentalidade, mas também porque as equipas técnicas revelam-se insuficientes. Para além disso, revelam fragilidades e dificuldades de intervenção entre os diferentes actores intervenientes nos processos de acompanhamento dos projectos de vida das crianças, dificuldades de comunicação entre as diferentes instituições que acompanham os processos.

2.2 - Crianças e jovens com projecto de vida em 2012

O relatório refere que continua a evidenciar-se que os projectos de vida que continuam a ganhar mais expressão são os projectos de vida que visam a autonomização, a reintegração na família nuclear e por fim a adopção. Contudo, em primeiro lugar, pretendemos fazer uma breve abordagem aos restantes projectos de vida para termos uma ideia sobre o panorama geral. Destacamos, em primeiro lugar, aquelas crianças que

tem como projecto de vida o acolhimento permanente que se encontra representado no relatório com uma percentagem de 10% enquanto em 2011 tínhamos uma percentagem de 9%. Este projecto de vida está mais direccionado para crianças com incapacidade física e intelectual que necessitam de cuidados permanentes, pelas características e pela falta de autonomia que apresentam revela-se verdadeiramente impossível a sua integração em meio natural de vida.

Um projecto de vida que também revela números pouco significativos é o projecto de vida que tem como objectivo a reintegração na família alargada e confiança à guarda de terceira pessoa com uma percentagem de 5,8% e 1,9% respectivamente. De acordo com o relatório parece existir uma fraca aposta nestas duas medidas de promoção e de protecção. Contudo, são medidas que visam a integração em meio natural de vida e por isso, estas medidas deviam ser privilegiadas para que as crianças e os jovens não vissem negadas as possibilidades de integração em meio natural de vida.

O Projecto de vida que visa a autonomização é o projecto de vida que assume uma grande expressão tal como acontece nos anos anteriores. Verifica-se que em 2012 assume uma percentagem de 37,4%. Estes projectos abrangem jovens que na impossibilidade de regressarem à sua família de origem, permanecem em acolhimento por um período de tempo mais prolongado, onde são alvo de uma intervenção para que possam adquirir as competências pessoais e sociais necessárias a autonomia plena.

Um dado a ter em conta é o número de crianças entre os 6 e os 11 anos cujo projecto de vida passará efectivamente pela sua autonomização, que corresponde a 153 crianças sensivelmente, sendo que 54 delas encontram-se acolhidas há 4 anos ou mais. Ora, este dado pode ser revelador mais uma vez das fragilidades dos processos de intervenção e, passamos a citar *“Esta situação é algo inquietante, na medida em parece traduzir um manifesto desinvestimento na procura de soluções que viabilizem a integração destas crianças e jovens numa família”* (CASA, 2012, p. 47). Revelam-se de facto, fragilidades e o próprio relatório vai dando conta de alguns dos pontos menos favoráveis e, claro vai-se reconhecendo que se encontram lacunas nas intervenções que as equipas técnicas das instituições desempenham. Lacunas que se repercutem na vida futura destas crianças que desprovidas de um meio sócio-familiar de origem que lhes garanta as condições necessárias ao seu desenvolvimento integral, não tem outra oportunidade a não ser a sua autonomização. São jovens que cedo demais se vêm forçados adquirir a autonomia e que além disso se vêm sozinhos neste processo, talvez

porque não existiu uma verdadeira aposta nas outras medidas de promoção e de protecção, nomeadamente a possibilidade de os terem integrado numa nova família.

Vêm-se privadas não só do seu meio sócio-familiar de origem, mas também privadas de crescer numa família que lhes pudesse garantir todas as condições necessárias. Parece que assistimos a um certo esquecimento por parte das instituições naquilo que é o direito que todas as crianças têm em crescer numa família. Esse é um direito que as instituições devem ter em conta principalmente quando do que aqui falamos são de crianças com uma faixa etária mais baixa, onde a possibilidade de adopção pode estar garantida. Seria necessário que as instituições não se esquecessem dos direitos que vêm consagrados na Lei de Promoção e de Protecção, pois crescer numa família poderá ser substancialmente diferente daquilo que será crescer numa instituição. Vamos reconhecendo as fragilidades que as instituições apresentam e que se vêm confrontadas com a impossibilidade de desempenharem a sua missão.

Contudo, o relatório mostra-nos que não existem só pontos menos favoráveis e para alguma tranquilidade nossa mostra-nos que o segundo projecto de vida com mais expressão é efectivamente o projecto de vida que visa a reunificação familiar, com uma percentagem de 30% em 2012, com 31% em 2011 e em 2010 com uma percentagem inferior de 25%, o que revela que os projectos de vida que visam a integração da criança na família começam a ganhar uma nova expressão. Das crianças e jovens que se encontram acolhidos há um ano ou menos, 32,8% (50,4% em 2011) tem definido como projecto de vida a reunificação familiar, tem igualmente definido este projecto de vida as crianças e jovens que se encontram acolhidos há um ano ou mais, promovendo o direito da criança crescer na sua família de origem, junto das suas figuras de referência.

No entanto, observamos que se encontram lacunas nas intervenções, porque a reunificação familiar exige que o processo de intervenção não se prolongue muito no tempo, que sejam intervenções cuidadosas e que exista uma boa articulação entre as equipas envolvidas nos processos para que juntas possam ajudar os pais a adquirirem as condições e as competências parentais necessárias. No entanto, são alguns os motivos que dificultam e se colocam um verdadeiro entrave a estas intervenções. Destacam-se, a deslocação geográfica que nas páginas que antecederam já tivemos a possibilidade de referir, 13,8% das crianças encontram muito afastadas da sua família de origem, logo a intervenção com as famílias fica de alguma forma comprometida.

Uma questão que revela alguma apreensão é a alternância entre o meio natural de

vida e o acolhimento institucional, sendo que 6,5% das crianças e jovens com este projecto de vida já saíram e voltaram a entrar no sistema de acolhimento. Segundo o relatório poderá reflectir “ (...) *um trabalho pouco consistente e rigoroso na definição e concretização deste projecto de vida, nomeadamente na avaliação das reais competências parentais para a assunção dos cuidados a prestar aos mesmos*” (CASA, 2012, p.48). Não basta nos preocuparmos em garantir o direito das crianças crescerem numa família e, mais que esse direito, o de crescer na sua família de origem, é preciso mais que isso, é preciso que a definição e a concretização dos projectos de vida que passam pela reunificação familiar se centrem nas reais mudanças da família. É necessário que não paire dúvidas, porque se não resolvemos os problemas na sua plenitude é muito provável que a mínima dificuldade ou obstáculo que a família enfrente, os problemas voltem a surgir. Quando os projectos de vida passam pela reunificação é necessário termos em conta o tipo de problemas, há problemas difíceis de colmatar e que podem, assim, persistir no tempo e, portanto, a concretização dos projectos deve ser feita de certezas onde não haja margem para as dúvidas.

Contemplamos, ainda, os projectos de vida que passam pela adopção, bem como os projectos de vida que passaram pela adopção e se encontram concretizados, tendo as crianças saído do acolhimento institucional para uma nova família. Este é dado importante a termos em conta no presente trabalho, no sentido em que promove uma reflexão sobre as políticas da adopção e promoção dos direitos da criança.

Consideram-se 1.582 crianças e jovens que se encontravam em acolhimento institucional ou em famílias de acolhimento, sendo que a 41,2% foi definido como projecto de vida a adopção. Por sua vez, a 30,7% foi aplicada uma medida de adoptabilidade, isto é confiança a pessoa seleccionada ou a instituição com vista à adopção. Por fim, para 28% foi possível encontrar uma família adoptiva.

O maior número de crianças com projectos de vida que passam pela adopção tem idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos e a sua maioria são do sexo masculino. No entanto, verifica-se, ainda, um número significativo de crianças com este projecto de vida com idades compreendidas entre os 4 e os 9 anos. Destacamos que 69,4% destas crianças encontram-se em acolhimento por períodos de tempo que variam entre um mês e os 2 anos, onde se evidencia, ainda, que são os CAT quem mais acolhe crianças cujo projecto de vida passa pela adopção com uma percentagem de 68,25%.

Algumas das crianças com projectos de vida que passam pela adopção apresentam

problemas de saúde física ou mental, assim como um número reduzido de crianças e jovens apresentam problemas de comportamento considerados como ligeiros.

As crianças integradas em famílias em período de pré-adopção são na sua maioria crianças do sexo masculino e tem idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos, e entre os 6 e os 9 anos. Relativamente ao tempo que permaneceram em acolhimento a sua maioria esteve acolhida entre 13 e 24 meses. Contudo, algumas tiveram oportunidade de concretizar o seu projecto de adopção após seis meses do início do acolhimento e um número mais significativo após estarem acolhidas entre 7 e 12 meses. Os projectos de vida que passaram pela adopção e que assumem maior percentagem de sucesso dizem respeito a crianças sem problemas de comportamento ou psicopatologia.

2.3 - Análise da evolução dos projectos de vida - Crianças e jovens com alteração dos projectos de vida

Neste âmbito destacam-se as crianças e jovens que com a respectiva alteração do projecto de vida e que viram garantido o seu direito de regressar para o meio natural de vida. São menores que em 2011 tinham como projecto de vida o acolhimento permanente ou a autonomização e em 2012 passaram a ter como projecto de vida a reintegração no meio familiar ou a adopção.

Verifica-se que de um total de 140 crianças que tinham como projecto de vida o meio institucional, 125 passaram a ter como projecto de vida a reintegração na sua família (nuclear ou alargada) 9 confiança futura a terceira pessoa e 6 ficaram como projecto de vida adopção. Podemos verificar que a maioria passou de um projecto de vida de acolhimento para um projecto de vida que visa a sua colocação em meio natural de vida, respectivamente o regresso à sua família, o que revela uma alteração favorável para estas crianças e jovens.

Destacamos, ainda, os menores que tiveram alteração do seu respectivo projecto de vida, mas que ao contrário da situação anterior viram a impossibilidade de sair para o meio natural de vida, tendo por isso de continuar a permanecer em acolhimento institucional. Os menores que em 2011 tinham como projecto de vida o regresso à família, confiança a terceira pessoa ou adopção vêem em 2012 o seu projecto de vida alterado e passam a ter o seu projecto direccionado para o acolhimento permanente ou o acolhimento até à sua autonomização.

Temos a possibilidade de verificar que os números se revelam significativos, os

dados mostram que de um total de 407 menores que tinham como projecto de vida a sua integração em meio natural de vida, passaram a ter como projecto a permanência em acolhimento institucional. Destaca-se o evidente insucesso da reunificação familiar (nuclear ou alargada), pois a maioria dos menores que viu o seu projecto alterado para permanecer em acolhimento institucional eram menores que tinham como projecto a reunificação familiar, com 318 situações em que as possibilidades de reunificação familiar se esgotaram.

Em segundo lugar temos os casos que tinham como projecto de vida a adopção, com um total de 59 situações. Por fim, aqueles que deixaram de ter como projecto de vida a confiança a terceira pessoa, com 30 situações. Estes avanços e recuos na definição dos projectos de vida podem eventualmente traduzir uma falta de consistência e coerência nas intervenções que se realizam, assim como na definição dos projectos de vida.

2.4 - Crianças e jovens com manutenção dos projectos de vida

Os dados mostram que as tendências dos anos anteriores se mantêm, regista-se 4.706 crianças cujo projecto de vida não foi alterado desde 2011. Predominam os menores que têm como projecto de vida a autonomização, cerca de 1.961. Em segundo lugar aqueles que tinham definido como projecto de vida a reunificação familiar com 1.541 casos. Com um número menos elevado, mas que não deixa de ser também significativo temos os menores com projecto de vida adopção com 652.

Por fim, aqueles que não tem a mesma possibilidade que os anteriores e tem por isso de permanecer em acolhimento, mas que segundo o relatório em estruturas residenciais específicas no sentido de poder dar resposta as necessidades dos mesmos. Estes representam números inferiores, são 552 menores.

Quanto aos motivos que levam ao atraso da concretização dos projectos de vida, o relatório destaca que no caso dos projectos de vida que visam a autonomização verifica-se um atraso na concretização do plano de intervenção individual, o esgotamento das alternativas familiares e de adopção para as crianças e jovens com menos de 15 anos, e, ainda, o facto de se aguardar decisão judicial ou deliberação da CPCJ para aplicação ou revisão da medida.

Metade dos projectos de vida que visam a reunificação familiar e confiança à guarda de terceira pessoa mantém-se em 2012 porque a intervenção se prolongou no

tempo, em alguns casos aguardavam decisão judicial ou deliberação da CPCJ para aplicação ou revisão da medida. No caso dos projectos de vida que visam um acolhimento de carácter permanente, verifica-se a falta de vagas em unidades de acolhimento.

Em relação aos projectos de vida com vista à adopção a manutenção dos projectos de vida está relacionada com crianças e jovens em situação de adopção, que se encontra decidida, mas que em contrapartida existia uma ausência de candidatos à adopção quer a nível nacional, quer a nível internacional. E em alguns casos, mas com um número menos significativo que o motivo anterior, encontram-se os casos que aguardam decisão final. Por outro lado, as crianças e jovens que ainda não tem medida aplicada com vista a adopção, sobressai como motivo o facto de aguardar decisão judicial, e possíveis atrasos na respectiva execução do plano de intervenção.

O tempo médio de permanência de o mesmo projecto de vida é de 3 anos, observa-se que a maioria dos menores seja qual for o seu projecto de vida espera entre 1 e 2 anos até a sua possível concretização. Contudo, são também relevantes os resultados obtidos para um período de tempo entre 3 e 5 anos, sendo que os projectos de vida que normalmente aguardam este tempo são os projectos de vida que prevêem a reunificação familiar, a autonomização e para quem se prevê, o acolhimento permanente. Temos um período de tempo mais alargado para as crianças que aguardam entre 6 e 10 anos para que o seu projecto de vida seja concretizado. No que a reunificação familiar toca deveria se proceder a uma reavaliação da situação que permita percebermos quanto a exequibilidade do mesmo. Verifica-se que algumas crianças esperam mais de 10 anos pelo regresso à família nuclear ou alargada.

Por fim, o caso dos jovens com 21 anos ou mais em que as medidas de promoção e de protecção cessam, mesmo que a concretização desses projectos de vida evidenciam lacunas e não se mostrem como projectos de vida seguros. Assim, a este nível podemos concluir que durante a institucionalização devemos procurar as alternativas que os possam integrar em medidas em meio natural de vida. O ideal seria que essas integrações acontecessem em idades mais precoces possível, e mais uma vez recorremos aqui ao direito que foi sendo abordado, com a importância que merece, do direito que todas as crianças têm em crescer numa família, para que em idade adulta não possamos fazer afirmações como estas de que um jovem com 21 anos deixa de ter qualquer retaguarda mesmo que o seu projecto de vida evidencie fragilidades. Ora, se

procurassem outras soluções durante o período de institucionalização não teríamos jovens nesta situação.

Fomos conhecendo ao longo destas páginas algumas das fragilidades que as instituições de acolhimento apresentam, fragilidades que já conhecemos, mas que vêm mais uma vez claramente expressas no relatório CASA, fragilidades que as equipas técnicas evidenciam nos processos de intervenção e na respectiva definição dos projectos de vida.

IV - Institucionalização

1- Potencialidades e constrangimentos

Para muitos a institucionalização pode ser olhada como o meio para a construção de um futuro desligado das limitações que lhes eram impostas pelo meio social e familiar de origem, para outros a institucionalização passa a ser sentida como um obstáculo à realização dos projectos futuros, comportando outro tipo de riscos.

A desestruturação das famílias e as situações de maus-tratos constituem na sua maioria as causas que promovem a institucionalização infantil. Assim, quando a família não assegura todos os cuidados que são necessários ao desenvolvimento das crianças, quando a intervenção preventiva no seio das famílias falhou, eis que a institucionalização surge como uma resposta que se pressupõe que seja imediata e exequível para retirar a criança da situação de perigo. Mas a pergunta que se impõem de imediato e são vários os estudos a este nível é se serão capazes as instituições de assumirem verdadeiramente o seu papel? Serão capazes as instituições de criarem ambientes próximos daquilo que se acredita ser o de uma família harmoniosa?

Nos últimos anos são vários os estudos que mostram que as instituições se configuram de facto como uma resposta imediata que retira a criança da situação de risco em que se encontra, mas que podem também as próprias instituições comportarem outro tipo de riscos. De facto, a investigação tem contribuído de alguma forma (ou pensamos nós) para que as instituições estejam cada vez mais conscientes das suas fragilidades bem como dos seus constrangimentos. E reconhecendo o seu papel e a responsabilidade social que lhe é atribuída, surge cada vez mais a necessidade das instituições promoverem alterações no seu funcionamento e organização.

Talvez a investigação nesta área possa contribuir para que as instituições se preocupem com a qualidade dos serviços que prestam, que estes serviços estejam cada vez mais de acordo com as necessidades e interesses daqueles que acolhem, que as instituições estejam cada vez mais conscientes do impacto que a sua intervenção têm ao nível do desenvolvimento, qualidade de vida e bem-estar dos mesmos. Talvez quanto mais a investigação provar que há um longo caminho a percorrer no que a protecção infantil diz respeito, às instituições em particular, pode ser (pensamos nós) que aos poucos às práticas se alterem porque não basta apenas que a lei mude, se acrescente algo

de novo a lei quando nada de novo acrescentam os profissionais às suas práticas.

Temos de reconhecer que algumas mudanças foram acontecendo no sistema de protecção, mudanças estas que foram em larga medida precipitadas pela divulgação dos meios de comunicação social das histórias de abuso a crianças e jovens em situações assistenciais. Contudo, a qualidade do acolhimento institucional, ainda, não é aquilo que ambicionamos, a qualidade é, ainda, uma tarefa pendente.

A introdução do plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, é um dos exemplos de mudança que fez recentemente e que tem como missão qualificar o sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens. Este plano centra-se em dois objectivos, um primeiro objectivo visa o reforço das equipas técnicas pluridisciplinares, adequando as suas equipas ao número de crianças e jovens acolhidos. O segundo objectivo prende-se com a qualificação da intervenção e dos interventores, através de um grande investimento na formação às Direcções, bem como nas respectivas equipas técnicas e educativas e na criação de instrumentos técnicos de intervenção. Parece que vamos estando mais conscientes que uma mudança de paradigma do acolhimento se impõe como necessária e irreversível. Mas não basta apenas estarmos conscientes, é necessário muito mais que isso, é necessário que se comecem adoptar novas práticas que correspondam às reais necessidades e direitos das crianças a quem não foi possível outra solução se não a privação do seu meio natural de vida.

Se as crianças foram retiradas do seu meio natural de vida, se no meio natural de vida o seu desenvolvimento estava de certa forma comprometido, porque normalmente são crianças cujas famílias de origem são desestruturadas, com falta de recursos económicos, sociais e culturais. E se como nas páginas que antecederam vimos que o desenvolvimento harmonioso não engloba apenas a satisfação das necessidades básicas, mas que engloba também a vertente psicológica e social, é verdadeiramente urgente que as instituições não continuem a fazer o mesmo que acontecia na sua família de origem, a comprometer o desenvolvimento das crianças e jovens por quem são responsáveis. Importa esclarecer que falamos aqui de um comprometimento do desenvolvimento diferente, enquanto na família muitas crianças corriam riscos que poderiam colocar em perigo a própria vida, porque a sua família não era capaz de assegurar os cuidados básicos necessários à sobrevivência, nas instituições pelo menos esses cuidados básicos estão assegurados, mas o desenvolvimento tal como referimos impõe outras necessidades que nem sempre as instituições são capazes de cumprir não

desempenhando, assim, a sua missão.

Um dos objectivos a que se propõem as instituições e que vem claro na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo é “*Garantir à satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar*” (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro). Ora, este objectivo é um verdadeiro desafio às instituições porque apesar das mudanças que ocorreram ao longo dos anos em relação às instituições, continuam incapazes de cumprir o seu objectivo central que é o de recriar condições tão aproximadas às de uma estrutura familiar, ambientes próximos daqueles que acreditamos ser os de uma família harmoniosa, porque continuamos a verificar a padronização do atendimento, o número elevado de crianças e jovens, a falta de técnicos, a falta de qualificação dos assistentes operacionais, a falta de planeamento e desenvolvimento de actividades que sejam manifestamente enriquecedoras e fragilidades na rede de apoio social e afectivo.

Estamos aqui a chamar a atenção para o criticismo gerado à volta das instituições, mas também para o potencial do seu papel social sem esquecendo os desafios que enfrenta. Enfrentam desafios quer os técnicos da instituição que se vêm impedidos de poder realizar o seu devido papel, quer as assistentes operacionais. Ambos se vêm confrontados com o elevado número de crianças e jovens o que dificulta uma atenção individualizada. Os técnicos vêm-se confrontados com o elevado número de processos tendo de tratar de toda a parte burocrática, passando grande parte do seu tempo no gabinete, quando o seu trabalho na instituição não se deveria reduzir ao seu gabinete. As assistentes operacionais que sem qualquer qualificação específica na área e desconhecendo o que significa a institucionalização e os efeitos que ela pode comportar, vêm-se incapazes de lidar com determinados comportamentos e confrontam-se, ainda, com serias dificuldades em acompanhar as tarefas escolares.

E claro, não podemos esquecer que, para as crianças que se encontram numa situação de perigo, os comportamentos problemáticos e as dificuldades de aprendizagem existem com frequência.¹ Falamos de crianças vítimas de maus-tratos, que podem assumir comportamentos agressivos como um comportamento de escape ou de compensação à vitimização que ocorria no contexto familiar. Assim como, são

¹ Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Crianças e Jovens que Vivem em Lar. Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*. Retirado em Janeiro 20, 2014 de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=217&m=PDF

crianças que frequentemente apresentam desmotivação em relação à escola, fraco rendimento escolar. É importante não esquecer que são crianças que transportam consigo histórias de disrupção, desorganização, falta de estabilidade e coerência que interferem na forma como se comportam. São crianças com emoções e pensamentos que estão para além do entendimento dos adultos que as rodeiam. Ora, a questão que se impõem de imediato é como podem as assistentes operacionais sem qualificações necessárias fazer face às necessidades que estas crianças apresentam? Como podem elas dar uma resposta adequada quer aos comportamentos, quer às tarefas escolares?

Porque a par das desvantagens que a criança apresenta quando entra no sistema, os fracos percursos educativos devem-se também as deficiências do sistema de protecção (centro de acolhimento temporário) caracterizados por um acompanhamento insuficiente relativamente aos resultados escolares das crianças por quem são responsáveis, e o problema agrava-se sobretudo quando acreditam que não é possível fazer nada. Trabalhar com estas crianças é uma tarefa que requer uma boa organização das actividades e pessoas competentes. Sem uma boa organização e uma boa formação, sem profissionais qualificados, corre-se o risco de reforçar as dificuldades sentidas pelas crianças.

Ora, se a família não foi capaz de assegurar os cuidados necessários, bem como não foi capaz de assegurar o desenvolvimento harmonioso, não restou outra hipótese a não ser a retirada da criança da sua família de origem, assim sendo, a institucionalização deverá assumir o papel de substituição da família e proporcionar todas as condições necessárias ao desenvolvimento e bem-estar da criança. Assumindo que os direitos das crianças foram reconhecidos tardiamente, importa hoje em primeira instância, promover o bem-estar da criança, bem como as suas características físicas e psicológicas (Soares, 2001). E portanto, ao centro de acolhimento temporário cabe a tarefa de tentar reduzir os efeitos negativos da retirada e configurar-se como uma resposta capaz de oferecer novas experiências e aprendizagens promovendo o desenvolvimento global das crianças.

E, no que à escola toca, a institucionalização deve configurar-se como um espaço capaz de introduzir as regras, as normas e os valores socialmente tidos como válidos, pois não podemos esquecer que as instituições acolhem crianças, que na sua socialização primária foram impedidos de alguma forma de realizar aprendizagens importantes para uma adaptação social, porque tal como refere Berger e Luckman

(1999) no seu desenvolvimento, o ser humano correlaciona-se com um ambiente natural particular e com uma ordem social e cultural específica. Assim sendo, uma socialização sofrida em determinado contexto pode comprometer as aprendizagens necessárias a uma adaptação social, nomeadamente a uma boa adaptação escolar, porque se interioriza uma cultura específica do grupo social onde estamos inseridos, cultura essa que pode não ser a cultura socialmente dominante, porque o indivíduo apreende o mundo social através da perspectiva própria do seu grupo, interiorizando assim experiências, práticas, modelos de conduta e de pensamentos próprios desse mesmo grupo social (Berger & Luckman, 1999).

No caso particular das crianças que se encontram nas instituições, algumas sofreram uma socialização com valores, regras e normas que se distinguem claramente da cultura em que a escola se impõe e se movimenta. Em “*O mundo e a escola*” Maria Cidália Queirós (1991), faz referência à necessidade de compreender que a população frequentadora da escola é social e culturalmente diversificada e inseparável da posição da sua família na estrutura social, logo são identificados alguns obstáculos que dificultam a comunicação entre duas culturas diferentes, mais precisamente a cultura escolar e as culturas populares.

Isto será o mesmo que dizer e recorrendo à teoria de Pierre Bourdieu (1971) que as classes que partiram com vantagem quanto ao capital cultural conseguem assegurar a sua reprodução. No caso das crianças que se encontram institucionalizadas, as suas origens sociais caracterizam-se essencialmente pelos baixos níveis que o seu capital social e económico atinge, foram socializadas em famílias onde a estigmatização está muito presente, num meio familiar com menor estimulação cognitiva, privadas de uma estrutura familiar sólida, socializadas em ambientes dissidentes da cultura socialmente dominante, onde os valores e as formas de estar entram em choque com os que são valorizados, nomeadamente na escola.

Nesta lógica, a escola avalia uma competência construída anteriormente e que, além disso, constitui uma distinção de classe social. Bourdieu (1971) afirma, com efeito, que, ao viver num determinado contexto social, qualquer indivíduo integra ao longo das experiências o *habitus* próprio da sua classe social. “Este, é antes de mais, o produto da história socializada do indivíduo; está por isso, marcados pelos gostos pelo estilo próprios da sua família” (Crahay, 2002, p. 94). Assim, todos os factores externos à escola tem um peso que pode ser determinante, e portanto à instituição atribui-se a

tarrafa de recorrer a mecanismos de superação destas desvantagens.

A instituição tem de ser capaz de actuar no sentido de minimizar estas desvantagens de que a criança é portadora, ajudando a suprir as falhas da socialização primária e promovendo a aquisição de competências culturais e académicas, para não termos como consequência a baixa escolaridade atingida pelos jovens, não escapando ao ciclo de pobreza que caracterizava os seus meios de origem, pois este incentivo à escola é mais do que uma forma de promoção social, é um elemento que permite a integração social. Segundo Benavente, Campiche, Seabra e Sebastião (1994) “ *viver a escola como uma prisão ou um campo de batalha, num mundo de submissão e de arbitrariedade, de perseguição e de controle, de injustiça e de aborrecimento, de vazio e de hipocrisia tem seguramente consequências na formação pessoal e social de cada um*” (Benavente, Campiche, Seabra & Sebastião, 1994, p.33).

Não é novidade que o insucesso escolar continua a caracterizar tantas crianças institucionalizadas, não é novidade os baixos níveis escolares que atingem, e não é novidade que a este nível, as instituições tem, ainda, um longo caminho a percorrer. O que estas crianças sofrem muitas vezes é um “abandono educativo” (Anatrella, 2001, p.64) que não é mais do que o resultado do abandono por parte dos diferentes actores na relação educativa.

É preciso investir mais na vertente escolar, é preciso estabelecer objectivos que não passem meramente pelo acolhimento da criança e pela sua protecção. Proteger significa mais do que acolher, retirar do perigo, satisfazer as necessidades básicas indispensáveis à sobrevivência, proteger significa tudo o que acabamos de referir, mas também criar condições para que se efectuem aprendizagens indispensáveis a um futuro próximo e que favoreçam a integração social.

Neste sentido, as instituições devem criar estratégias para inibir o insucesso e o abandono escolar compensando as falhas que as crianças transportam consigo. Recorrendo a Pierre Bourdieu (1971) os alunos não são indivíduos abstractos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas actores socialmente construídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada privilegiando quem pela sua bagagem familiar quem já é privilegiado. Assim, observa-se que a avaliação escolar vai muito além de uma simples verificação de aprendizagem, incluindo um verdadeiro julgamento cultural e até mesmo moral dos alunos.

Ainda, de acordo com Bourdieu (1971) é evidente que o ensino veicula as

maneiras de pensar, de agir, e de sentir das classes sociais dominantes. Assim sendo, as crianças institucionalizadas sentem um maior distanciamento em relação à escola, o que conduz a que transgridam as regras, quer de comportamento, quer de consecução de níveis de saberes, sendo na maioria das vezes orientados para os sectores escolares mais desvalorizados, para um percurso escolar alternativo, muitas vezes sem uma avaliação das suas próprias aptidões ou ambições e até do próprio mercado de trabalho. A escola, mais uma vez, coloca esses alunos mais perto da exclusão do ensino, os princípios dominantes que vigoram na escola “ escondem processos de selecção verdadeiramente severos para as crianças cuja proveniência social lhes facultou o contacto com uma cultura distante da cultura escolar” (Bernstein, 1996, p.51).

Isto revela que as instituições têm de investir mais a este nível, traçando a sua missão que deve passar por um maior acompanhamento escolar, isto é, definindo e investindo mais no projecto de vida de cada criança. Ajudando as crianças a ultrapassar as suas dificuldades, a melhorar o seu desempenho escolar, mostrando que são capazes. Promovendo o incentivo em relação à escola para que possam progredir os estudos com o objectivo de obterem uma qualificação e, por conseguinte empregos mais estáveis e qualificados para que não fiquem privados, para que possam dispor de mais recursos.

O que se espera das instituições (ou pensamos nós) é que para além de serem espaços protectores, que sejam também espaços de oportunidades, que sejam espaços onde a ressocialização se possa processar para colmatar as falhas da socialização primária sofrida no contexto familiar. É importante que as instituições apostem na qualidade das suas respostas para que estas crianças possam ter as mesmas oportunidades que outra criança, se a família por ventura e pelas adversidades da vida comprometeu (ou podia comprometer) o seu desenvolvimento é necessária que a instituição configurando-se como uma resposta que visa o interesse superior da criança não faça o mesmo.

De facto, a prática revela, que em muitos casos, as instituições de acolhimento apresentam na sua forma de funcionamento limitações, nomeadamente uma falta de atenção às necessidades, à história e aos problemas específicos de cada criança. Sabemos da dificuldade das assistentes operacionais em fazer um acompanhamento de qualidade no que às tarefas escolares diz respeito, sabemos da dificuldade em lidar com os comportamentos agressivos que estas crianças apresentam e sabemos também que a falta de pessoal qualificado para lidar directamente com estas crianças pode constituir

um verdadeiro obstáculo a uma intervenção de qualidade, mas também sabemos que o desconhecimento das necessidades de cada criança constitui um entrave a intervenção, pois se existe este desconhecimento como se podem entender determinados comportamentos e mais do que isso actuar sobre o problema? Ora, o que verificamos é que as assistentes operacionais desconhecem as necessidades específicas de cada criança. Verifica-se na maior parte das vezes a sua incompreensão perante determinados comportamentos que os menores apresentam, e para além da incompreensão revelam também a sua intolerância, olhando para as crianças como se elas fossem as responsáveis, quando os seus comportamentos não são, muitas vezes, mais do que a exteriorização do seu sofrimento, tendo em consideração que as circunstâncias da vida podem afectar, positiva ou negativamente, a saúde mental de uma criança e todo o seu desenvolvimento posterior (Strecht, 2001).

Não podemos esquecer que as crianças têm necessidades e características diferentes e não podemos generalizar a intervenção, é necessário conhecer as particularidades de cada um, para que a intervenção se focalize nos reais problemas. É verdade que grande parte dos menores acolhidos sofreram maus-tratos, mas nem todos aparecem na mesma proporção, as vivências foram diferentes, as histórias são diferentes e podem condicionar ou não as suas atitudes e os seus comportamentos. Porque a memória não funciona no vazio, está inscrita em relatos, em locais e objectos, que remetem para o passado da criança, que deve ser respeitado e preservado, promovido nos seus aspectos mais positivos e partilhado no seu lado mais sombrio (Segalen, 1996).

Ora, se desconhecem as particularidades de cada um como se podem compreender as atitudes, como se podem respeitar os comportamentos desorganizados se não sabemos o seu fundamento. Esta falta de conhecimento das reais necessidades e incompreensão dos comportamentos desorganizados pode constituir-se como uma forma de mau trato, o que é realmente necessário é lançar um olhar digno de amparo, de atenção e protecção.

Sem um acompanhamento personalizado, sem adultos disponíveis que se entreguem as relações, sem condições que permitam a livre manifestação e satisfação das suas necessidades corre-se o risco de reforçar a violência psicológica que muitas vezes caracterizou o seu passado na família de origem. A ligação afectiva assume especial importância, é necessário que se conheçam as reais necessidades e que para além disso se liguem afectivamente e se criem relação de amor e de respeito. A carência

afectiva representa, sempre, um bloqueio à superação dos problemas bem como representa um bloqueio ao desenvolvimento. Nas instituições, a carência afectiva verifica-se e, muitas vezes, reforça-se. Strecht (2001) dá-nos a conhecer quatro sentimentos essenciais para uma criança crescer de forma harmoniosa, o sentimento de protecção, de pertença, de ser amado e de ser respeitado.

Torna-se imperativo que as instituições recriem ambientes de socialização que permitam a criança reestruturar a sua realidade interna, para que isso aconteça é necessário que se criem ambientes onde os afectos sejam verdadeiramente significativos, onde predomine o respeito e a atenção, pois tal como temos vindo a referir as instituições não devem ser apenas espaços de protecção, mas também espaços ressocializadores, onde se criem condições para que se possam efectuar a (re) aprendizagem de competências pessoais e sociais que permitam uma integração social, ou seja criando ambientes onde a criança sentindo-se alvo de confiança vai criando uma identificação com os que cuidam delas, onde estes adultos tornam os adultos significativos para a criança o que constitui um suporte fundamental.

Contudo, este processo de ressocialização vai depender das características internas de cada indivíduo e da qualidade das interacções que com eles são estabelecidas, ou seja das interacções que quer assistentes operacionais, quer os técnicos estabeleçam com as crianças. Este processo de ressocialização tem como função tentar incorporar nos indivíduos novas grelhas de interpretação do real, mas este processo só será possível se existir uma identificação afectiva forte, e é neste aspecto que a ressocialização se assemelha à socialização primária porque implica esta componente afectiva, onde só assim se torna possível reestruturar a realidade interna. “A condição social mais importante é a possibilidade de dispor de uma estrutura afectiva de plausibilidade, isto é, de uma base social que sirva de “laboratório” da transformação” (Berger & Luckmann, 1999, p. 164). Esta estrutura de plausibilidade é apresentada ao indivíduo pelos outros significativos com os quais deve estabelecer uma identificação afectiva forte, pois não é possível qualquer transformação da realidade subjectiva sem esta identificação, que é inevitável que reproduza as experiências infantis de dependência emocional em relação aos outros significativos. Os outros significativos representam a estrutura de plausibilidade e medeiam o novo mundo para o indivíduo, *“O novo mundo do indivíduo encontra o seu foco cognitivo e afectivo na estrutura de plausibilidade em questão. Isto significa, em termos sociais, uma intensa concentração de toda a interacção significativa dentro do grupo que corporiza a estrutura de plausibilidade e, em particular, no pessoal a quem*

é atribuída a tarefa de ressocialização” (Berger & Luckmann, 1999, p. 164).

Quando não existe a possibilidade de se recriarem estas relações de um grau considerável de afectividade será uma tarefa difícil para as crianças o suprimento das falhas que ocorreram no meio social de origem, e consequentemente não conseguirá desenvolver o necessário sentimento de confiança em relação aos que dela cuidam. Sem figuras significativas o processo de ressocialização não se pode processar, pois não podemos esquecer que os responsáveis pelo processo de ressocialização serão as assistentes operacionais e os técnicos, pois são eles quem naquele contexto representam a estrutura de plausibilidade e para isso é necessária uma interacção significativa. De acordo com Strecht (2001) as crianças que são negligenciadas e maltratadas precisam de alguém que lhes transporte e empreste esperança, acreditando nelas. A base da terapia assentará numa verdadeira cura de reconstrução afectiva, sentindo-se protegido e amado por alguém.

Só através do estabelecimento destas relações significativas e através da vivência de experiências gratificantes é que o indivíduo se torna capaz de reelaborar e reinterpretar a realidade subjectiva que anteriormente interiorizou. “ A importância de experiências predominantemente gratificantes é fundamental, pois constituem os alicerces onde as etapas posteriores do desenvolvimento psíquico vão assentar” (Strecht, 2001, p.67). A aceitação das regras e das normas passa pelo estabelecimento de relações afectivas consistentes.

Contudo, em contexto institucional torna-se difícil o estabelecimento de relações deste carácter, pois verifica-se um acompanhamento despersonalizado, o excesso de crianças e reduzido número de assistentes, a rotatividade dos horários, o desconhecimento das reais necessidades e das histórias de vida, a incompreensão dos comportamentos e das angústias sentidas pelas crianças, o que na verdade constitui obstáculos à criação de vínculos suficientemente fortes. Se a criança não encontra compreensão e apoio neste difícil processo que é a institucionalização, onde para além de estarem privados do seu meio natural vivem o confronto dos valores que interiorizaram na família com aqueles que terão de assimilar para que se possam integrar socialmente, onde apenas determinados valores são tidos como aceites e onde aqueles que não se regem pelos mesmos valores podem ficar à margem. Este processo que as crianças enfrentam é de facto um processo difícil porque vêem-se confrontadas com os valores que adquiriram em primeira instância e os que agora tem de assimilar.

Assim, as instituições devem investir mais num trabalho individual que permita que as crianças se possam organizar emocionantemente, que lhes permita aprendizagem de todas as competências sociais necessárias à sua integração social. Neste sentido, surge a necessidade de termos profissionais formados, sensíveis aos problemas das crianças e empenhados num real trabalho, pois as fragilidades da sua intervenção terão repercussões no desenvolvimento das crianças. As situações de sofrimento que as crianças enfrentam traduzem as falhas dos adultos e da sociedade em ajudar a crescer saudavelmente as crianças e adolescentes. São as perturbações das organizações sociais e familiares que condicionam cada vez mais organizações individuais de risco (Strecht, 2001).

O que se espera na verdade é que o contexto institucional seja capaz de reparar os danos, para que as crianças possam fazer um trajecto de participação e integração social, para isso é necessário que proporcione uma diversidade de experiências, bem como o acesso aos recursos encarados como potenciadores de inserção social.

Isto significa que cuidar de crianças em risco não pode ser encarado como uma função meramente profissional, os profissionais têm de se estar motivados e preparados para integrar as necessidades específicas de cada criança e saber dar-lhes resposta. É necessário que os profissionais da instituição compreendam a importância do seu papel no desenvolvimento de relações positivas, seguras e de confiança.

De facto, à medida que a investigação foi avançando nesta área, foram igualmente surgindo diferentes abordagens teóricas sobre os efeitos que a institucionalização pode comportar, onde se evidenciam os seus aspectos negativos, mas também positivos, sendo, ainda, que a institucionalização pode ter efeitos diferentes nas crianças. Isto será o mesmo que dizer que as instituições tanto se podem constituir como contextos de promoção e de protecção como se podem constituir espaços de risco irá depender efectivamente do papel que desempenham e da missão que adoptam. A diversidade de pontos de vista à volta desta problemática revela que não estamos a lidar com uma simples realidade. Não podemos ter uma resposta absoluta e universal, mas várias, com aspectos que poderão ser considerados como positivos e outros que serão negativos.

A análise deste fenómeno pressupõe que adoptemos uma perspectiva que contemple os aspectos negativos e, portanto, aqueles que frequentemente tecemos críticas, mas que contemple também de alguma forma os aspectos positivos. O facto de contemplarmos os aspectos negativos poderá permitir que a investigação avance para

que cada vez mais exista a consciência da forma como a intervenção é feita nas instituições, e para que se possa efectivamente fazer uma avaliação da qualidade dos serviços que prestam. Só assim podemos perceber a importância do papel que estas instituições que se pretendem configurar como uma resposta válida têm na vida das crianças e quais os contributos que pode dar para que se desenvolvam plenamente, onde permaneça a vontade de se vincular, de viver, de aprender, de crescer, enquanto estes espaços substituem a família.

O que se pretende não é defender nem criticar a existência da aplicação da institucionalização, pois são crianças que sofreram maus-tratos e viveram situações muito adversas, onde é possível verificar, ainda, que várias foram as intervenções tentadas com algumas famílias e muitos foram os seus insucessos e portanto a institucionalização configura-se como a única resposta em determinado momento. Mas trata-se de uma discussão que tem como objectivo centrar-se se serão as instituições adequadas ao perfil das crianças que acolhem, discutindo, ainda, que o acolhimento configura-se como uma resposta válida em determinado momento, mas que o seu prolongamento poderá não ter benefícios, até porque os centros de acolhimento prevêem uma permanência curta conforme o estipulado no Decreto-Lei nº 147/99 de 1 de Setembro.

Estando de acordo que a experiência da institucionalização é uma experiência dolorosa, porque estabelece rupturas, nomeadamente a saída da família de origem que é sempre um processo vivenciado com dor por parte das crianças. E porque rompe com o conhecido e exige uma adaptação a um novo meio, meio este desconhecido para a criança, como novos adultos, como outras crianças e onde tem de partilhar um novo espaço. Contudo, o importante é retirar a criança da situação de perigo em que se encontra, mas também que este novo espaço represente uma oportunidade para criança encontrar condições para crescer, condições que na família podiam estar comprometidas.

Desta forma, não podemos considerar que é melhor ou pior a institucionalização ou a manutenção na família. Depende claramente da situação de risco em que a criança se encontra, depende claramente das condições e das oportunidades que determinada família pode dar ou não. Apesar da investigação nesta área mostrar que as instituições têm evidentes falhas nos cuidados que prestam, apesar de conhecermos estas falhas e que evidentemente pode não ser uma resposta verdadeiramente eficaz, não podemos

manter uma criança na família quando a vida desta criança está em risco, quando a família coloca em risco a própria sobrevivência, pelo menos na instituição estarão garantidos os cuidados necessários básicos indispensáveis à sobrevivência.

Claro que, por exemplo, no caso do acolhimento temporário que é o nosso foco de estudo, o acolhimento configura-se como uma resposta válida em determinado momento, mas não se pretende configurar como uma resposta onde a criança passe muito tempo da sua vida. É uma resposta que pretende resolver uma situação de perigo no imediato, mas que após o acolhimento exige que se encontrem outras alternativas a esta resposta que tem como objectivo ser uma resposta de carácter temporário. Trata-se de um centro de acolhimento temporário e a lei prevê que “ *o acolhimento de curta duração tem lugar em casas de acolhimento temporário por um prazo não superior a seis meses. O prazo referido (...) pode ser excedido quando, por razões justificadas, seja previsível o retorno à família ou enquanto se procede ao diagnóstico da respectiva situação e à definição do encaminhamento subsequente*” (art.º nº 50 do Decreto-Lei nº 147/99 de 1 de Setembro). Isto significa que o centro de acolhimento temporário prevê que se busquem respostas imediatas a seguir ao acolhimento, onde se supõem que o acolhimento pode exceder os seis meses quando se idealiza o regresso da criança à família de origem, e portanto, as instituições devem investir no trabalho com as famílias para facilitar a reunificação familiar e reduzir desta forma o período de acolhimento.

Claro que não podemos esquecer que cada caso comporta características diferentes e problemas diferentes, uns mais difíceis de solucionar, outros podem eventualmente levar menos tempo na sua resolução. O tempo de permanência da criança na instituição vai depender da complexidade da situação sócio-familiar, do tempo que se demora a encontrar respostas para os problemas, e do trabalho que as diversas instituições fazem ou não em prole da reunificação, enquanto este processo acontece a criança espera que lhe tracem um projecto de vida, idealizando na maior parte das vezes o seu regresso à família. Actualmente o trabalho com a família assume uma importância capital, a reunificação familiar deve sobrepor-se a qualquer outra medida, porque a institucionalização é uma resposta social que se deve assumir como transitória, no sentido de salvaguardar as crianças e os jovens das consequências adversas da privação da vida em contexto familiar, ou do direito de crescer numa família.

É necessário que as instituições se impliquem num real trabalho com as famílias, num real trabalho que não adie a cada dia que passa as responsabilidades dos pais, um trabalho que ajude a adquirir as competências parentais e as condições de vida

necessárias. Mas para isso é necessário que todos estejam implicados neste processo com a consciência de que as crianças têm o direito de crescer numa família. A criança é entendida como ser de direitos reconhecidos internacionalmente (Giddens, 2000). E um desses direitos passa precisamente pelo seu desenvolvimento no seio de uma família.

O acolhimento não deve só representar uma mudança clara no percurso das crianças, deve significar igualmente uma mudança no percurso das respectivas famílias. Quando aqui falamos que o acolhimento institucional deve ser uma resposta de carácter transitório, não queremos dizer que se tomem decisões precipitadas, queremos dizer que é necessário que se empenhe em procurar outras respostas. Que não se construam projectos de vida de forma insegura e susceptíveis de gerar a continuidade do perigo e do sofrimento que será uma segunda retirada, e que na eventualidade, uma nova colocação institucional.

O trabalho com as famílias deve começar desde que a criança é retirada. A criança merece um acompanhamento personalizado e a família merece uma atenção individualizada e continuada, porque mesmo quando a criança sai da instituição é necessário que a família continue a dispor de um acompanhamento, pois a saída da instituição não deve significar a sua função contentora e securizante. O trabalho e o investimento envolvidos não devem cessar com a saída da criança ou jovem do acolhimento institucional. Revela-se importante um trabalho contínuo e um trabalho de envolvimento com a família, é importante ajudar as famílias a reconhecer que elas próprias constituem a fonte primária de amor e apoio.

O acolhimento não trará certamente benefícios para a criança/jovem, e será ainda, mais nocivo quando o prolongamos ou quando assistimos a sucessivas institucionalizações. O acolhimento poderá provocar a desvalorização da auto-estima, assim como, a regulamentação excessiva da vida quotidiana, pode ter efeitos negativos sobre a construção da própria individualidade. Recorremos à teoria de Ervig Goffman (1990) sobre as instituições para termos em linha de conta o impacto que a organização institucional pode exercer ao nível da construção da autonomia pessoal.

A rotina na instituição encontra-se toda ela regulamentada e obedecendo a horários estipulados, o poder de decisão e de liberdade estão de alguma forma condicionados. Todos são obrigados a fazer tudo ao mesmo tempo, sem poder manifestar as suas vontades ou interesses. Recorrendo a Goffman (1990) o “eu” é sistematicamente, embora não intencionalmente mortificado. As diferentes actividades e

os horários obedecem a uma lógica funcional que está mais de acordo com os interesses da instituição do que com os interesses das crianças/jovens, pois nem sempre podem decidir ou sequer lhes é solicitada a opinião sobre as actividades a desenvolver, a equipa técnica elabora os planos e estes são apresentados. As actividades obrigatórias são reunidas num plano racional único possivelmente para obedecer aos objectivos da instituição (Goffman 1990).

É também evidente a separação entre a instituição e o exterior. As crianças passam os seus dias na instituição, saem da instituição para a escola, para ir ao médico e para uma ou outra actividade que é desenvolvida no exterior, mas grande parte do seu tempo é vivido dentro da instituição e o contacto com o exterior é muito reduzido. Esta privação do exterior, e um dia-a-dia excessivamente regulamentado, onde todos os dias se faz as mesmas coisas, as mesmas horas conduz a que as crianças não possam exprimir livremente os seus desejos e constitui um obstáculo à criatividade e a construção da autonomia. O dia-a-dia fica muito aquém daquilo que aconteceria num contexto familiar, e portanto se a instituição se pretende criar um ambiente próximo de um contexto familiar, é necessário que a normalidade seja uma constante, pois numa família a criança não fica limitada apenas ao espaço da casa, o contacto com o exterior é uma constante e faz parte da normalidade.

O mundo está muito para além dos muros que cercam a instituição, e esta privação do contacto com o exterior priva-as de alguma forma das aprendizagens e experiências mais elementares para o desenvolvimento da autonomia e da integração social. São crianças privadas de referentes identitários sólidos e socialmente inclusivos e a possibilidade de experimentarem papéis que desenvolvam as suas potencialidades dependerá da qualidade do meio social que lhes é proporcionado pelas instituições.

Assim, surge a necessidade das crianças terem mais contacto com o exterior, para que as actividades não se reduzam tanto ao interior da instituição, que os contactos com outras pessoas do exterior seja mais frequente, que possam ter amigos para além da instituição e que possam viver essas amizades para além dos muros da instituição, pois estes contactos permitem alargar o leque relacional dos menores que os colocam noutros contextos diferenciados e que possibilitam a experimentação de papéis que serão importantes para o seu desenvolvimento.

Contudo, o que se verifica em contexto institucional é que as crianças e jovens sentem a discriminação. Sabem que não são iguais e vêem limitados de participar em

redes relacionais heterogêneas e ricas em termos de referências culturais, acabando por ficar prisioneiras de um movimento em círculo fechado. Vendo-se limitados ao mudo de iguais, dos que, como eles, têm os mesmos problemas e histórias de vida semelhantes, o único tipo de reforço que lhes é devolvido é o dos pares. A desvalorização colectiva, vivida em grupo, desencadeia estratégias identitárias de defesa contra o sofrimento que segundo Merton (1979) se expressam na produção de “culturas malignas” que encontram no processo de inversão da escala de valores a única via possível de construir uma identidade. Estas subculturas que Merton designou como malignas, desajustadas e que não se enquadram nos contextos da vida social considerada normal não representam mais de que uma tentativa de se afirmarem perante a exclusão, bem como poderá representar a única forma de aceder ao sentimento de pertença. Deste modo, sendo o contexto institucional um importante espaço de socialização deve procurar mecanismos que permitam a integração social das crianças e não um contexto que favoreça sentimentos de insucesso e de exclusão.

Neste sentido, se o contacto com o exterior é reduzido, se saem pouco, as oportunidades de fazer aprendizagens elementares também são muito reduzidas, como não ter acesso a pequenas quantias de dinheiro para que possam construir a consciência do valor do dinheiro, não tem a simples oportunidade de decidir a escolha de uma roupa ou ir a casa de um amigo brincar. Se não se proporcionam novas experiências, se não se alarga o leque relacional podemos não aumentar as oportunidades, não promovendo a aquisição de novos conhecimentos, formas de estar e de pensar, atitudes e comportamentos que facilitem a sua participação na vida social, chegando desta forma a não compensar nem a colmatar as privações que estas crianças sofreram no seu meio de origem.

E mesmo quando saem para o exterior, ou se organizam actividades fora da instituição o que se verifica com alguma frequência na prática da instituição é que todos vão ao mesmo tempo fazer as mesmas actividades, o que de acordo com Goffman (1975) os processos de estigmatização reforçam-se quando determinados grupos se apresentam sempre da mesma maneira, separados dos outros, chamando a atenção sobre si. Assim, para as crianças da instituição parece difícil sair do meio de iguais, e por isso acabam sempre por ser catalogados como o grupo dos “meninos da instituição”. Acabam por estar muito restringidos ao seu meio de iguais, onde não há grande espaço para outras relações e para outras saídas que não sejam sempre com o seu grupo da

instituição. As vivências acabam por estar muito reduzidas à instituição e à escola. Assim, o ambiente institucional, que se deveria configurar como um espaço importante de socialização pode conduzir a um processo de discriminação, e por conseguinte a procurar identificação em grupos cujos valores e normas são desviantes (Dubet, 1991).

Deste modo, atrevemo-nos a dizer, e por tudo o que aqui já foi exposto, que a institucionalização apesar de se configurar como uma resposta válida e mesmo proporcionando os cuidados necessários, será muito difícil proporcionar as mesmas oportunidades que seria crescer numa família, num ambiente estável, seguro e com relações verdadeiramente significativas. Ressalta, assim, a necessidade de reduzirmos o tempo que as crianças passam em contexto institucional e garantir-lhes a possibilidade de crescer numa família. Na impossibilidade da criança regressar à família de origem, que não se reduza a possibilidade da criança crescer numa outra família, porque quanto mais prolongamos o acolhimento, mais difícil será para a criança ter uma nova família.

Portanto, a permanência na instituição deverá ser curta no tempo, deverá focar-se em projectos de vida definidos e deverá orientar o seu trabalho com a finalidade de reintegração da criança na família. As instituições estão preparadas para suprir necessidades básicas, quanto a suprir carências emocionais e gerar sentimentos suficientemente positivos não desempenha devidamente este papel.

Neste sentido, e reconhecendo a impossibilidade das instituições reproduzirem o contexto familiar por todas as razões que aqui já foram expostas, a instituição deve investir mais na intervenção com as famílias, uma vez que o contexto institucional não se pode configurar como o contexto de uma família. Não podemos privar as crianças e jovens do estabelecimento de relações verdadeiramente significativas. E a este nível, ressalta a questão da aposta na promoção do envolvimento da família na vida das crianças, por exemplo, o tempo das visitas deveria ser aproveitado como tempo de aprendizagem, no sentido de capacitar os pais de competências consideradas como fundamentais para cuidar dos filhos. Incluir os pais nas tarefas de cuidar o seu filho promove o desenvolvimento de competências parentais, promove a responsabilidade dos pais nas rotinas diárias, promove maior consciência dos cuidados que são necessários a um bom desenvolvimento e ajuda as crianças a recompor as suas redes de relações familiares, ou seja, este envolvimento pode constituir potencialidades que a instituição deve valorizar.

Para que este envolvimento se possa processar é importante que as instituições

não tenham representações negativas sobre as famílias, antes de as culpabilizar sobre as suas disfunções e dificuldades é importante perceber a história de vida de cada família e compreender que as famílias sofrem influências dos sistemas que as rodeiam.

Deste modo, cabe aos profissionais aproximar-se da situação de cada criança e de cada família com a verdadeira intenção de compreender as particularidades dos seus problemas, conhecer a sua trajectória, gerar uma relação de confiança e ajudar na superação das suas dificuldades.

Contudo, a prática mostra o quão difícil é este trabalho com as famílias, a dificuldade que as equipas técnicas tem em dotar as famílias das competências necessárias e recursos (materiais e humanos) para que as crianças possam regressar às suas casas e para que a família possa promover um ambiente onde é possível crescer harmoniosamente. Facto que tem como consequência os longos períodos de tempo que as crianças passam nos centros de acolhimento e por isso apesar dos esforços nunca se cumpre o tempo que a lei prevê. Apesar destas dificuldades em mudar as condições de uma família, porque cada família apresenta os seus problemas e as suas particularidades também não é menos verdade que muitas vezes este prolongamento e estas dificuldades em dotar as famílias das competências e dos recursos necessários advêm de uma falta de comunicação dos diferentes intervenientes do processo.

V - Estudo Empírico

Metodologia

1.1- Objectivos do presente estudo

O presente trabalho traduz-se num estudo, partindo da constatação empírica da realidade de um Centro de Acolhimento Temporário, onde se pretendeu, estudar de uma forma aprofundada este tipo de acolhimento que surge como uma resposta que tem como objectivo retirar as crianças e jovens da situação de perigo em que se encontram. É um acolhimento que se deve configurar como um espaço onde a criança se sinta protegida e onde devem estar garantidas todas as condições necessárias ao seu desenvolvimento integral. Para além disso, e como vimos nas páginas que antecedem, segundo a Lei de Protecção de crianças e jovens em perigo os Centros de Acolhimento Temporário são centros que tem como objectivo um acolhimento de carácter temporário, assim sendo, será nossa pretensão analisar e tendo em conta os parâmetros que dita a Lei se os centros de acolhimento se conseguem configurar como centros de acolhimentos de carácter temporário ou se configuram com espaços de verdadeira institucionalização, ao ponto de podermos falar de uma falsa institucionalização.

Interessa, ainda, compreender se o prolongamento do acolhimento institucional pode efectivamente comportar consequências no que à concretização dos projectos de vida diz respeito, sendo que a este nível importa conhecer o sucesso/insucesso dos projectos de vida, reconhecendo se existem ou não fragilidades na sua definição bem como se evidenciam lacunas na concretização dos respectivos projectos de vida.

Procuramos, também compreender se os projectos de vida se orientam para as medidas de promoção e de protecção que promovam a integração em meio natural de vida, ou se direccionam no sentido de uma institucionalização de carácter permanente. Não esquecendo que a Lei expressa claramente na promoção dos direitos e na protecção da criança que deve ser dada prioridade às medidas que a integrem na sua família ou que promovam a sua adopção e, portanto, interessa perceber se a intervenção nas instituições se orientam tendo em conta este princípio, uma vez que as medidas em meio natural de vida procuram privilegiar os relacionamentos afectivos e o meio sócio-familiar das crianças, sabendo que as outras medidas procuram soluções de outra natureza.

Com a concretização deste trabalho pretendemos aceder a um conhecimento da realidade institucional. Contudo, e centrando-se apenas num Centro de Acolhimento Temporário esta pesquisa não poderá visar a generalização de conclusões (Guerra, 2006). E não esquecendo claro dos vários estudos que já existem na área da protecção infantil, concretamente ao nível das instituições de acolhimento, que é um domínio complexo quer do ponto de vista da sua concepção quer da prática.

No entanto, creio que os estudos nesta área nunca serão demais, pois permitem uma constante actualização de como se encontra o sistema de protecção, quais os seus aspectos positivos e negativos, o que mudou (ou que não mudou) e que estes estudos contribuam efectivamente para um aperfeiçoamento das práticas institucionais, nomeadamente em relação aos projectos de vida que exigem desde logo uma aposta numa intervenção eficaz e de qualidade, pois o futuro destas crianças poderá depender em larga medida na aposta que as instituições fazem (ou não) na definição dos projectos de vida.

1.2 - Caracterização da amostra

A amostra traduz-se num total de 33 crianças, 20 encontravam-se em 2012 acolhidas no Centro de Acolhimento Temporário que foi alvo de estudo, sendo que as restantes 13 já não se encontravam acolhidas no respectivo centro, uma vez que viram os seus projectos de vida concretizados.

Importa ressaltar que não foram contemplados neste estudo os menores que foram adoptados, com o intuito de salvaguardar a sua privacidade e tendo em conta que os seus processos se encontram arquivados, são sigilosos e o seu acesso seria difícil. Procedemos, então, à análise de todos os menores que se encontravam em acolhimento institucional até a data do estágio (31 de Julho de 2012) e, ainda, aqueles que passaram pelo centro de Acolhimento Temporário em questão nos anos de 2010/2011 tendo excluído apenas deste estudo tal como referimos aqueles que saíram da instituição e foram para uma nova família.

Após uma pesquisa conjunta com a directora e os respectivos técnicos do Centro de Acolhimento Temporário seleccionamos os menores que já não se encontravam na instituição, visto que os seus projectos de vida tinham sido concretizados e, portanto, para prosseguirmos com o estudo era necessário perceber quais tinham sido os seus projectos de vida. Assim como era necessário aceder aos processos dos mesmos para

que pudéssemos conhecer a história de cada um e posteriormente introduzir os dados no SPSS para a obtenção dos resultados.

Realizada esta pesquisa ficamos a conhecer qual tinha sido o destino destes menores e percebemos, ainda, onde se encontrava cada processo de cada menor que por ali tinha passado. Num primeiro momento da pesquisa começamos obviamente por consultar processo a processo dos menores que se encontravam naquele momento acolhidos no Centro de Acolhimento Temporário, e num segundo momento partimos então à descoberta dos restantes processos. Dirigimo-nos às respectivas estruturas da segurança social onde se encontravam os processos e procedemos à sua consulta que ocorreu de forma muito serena e sem grandes entraves.

Recolhida a informação necessária e pretendida, introduzimos os dados no SPSS que nos permitiu uma análise quantitativa. De referir que análise dos processos permitiu não só recolher a informação necessária para uma análise quantitativa, mas permitiu também a recolha de informação que nos permite fazer uma análise qualitativa, tendo em conta que nesta consulta dos processos recolhemos informação que nos permite uma análise mais detalhada, pois temos acesso a toda a informação que consta nos processos.

1.3 - Instrumentos e recolha de dados

A escolha das técnicas de recolha de dados é uma etapa importante de qualquer trabalho, uma vez que a partir delas e dos instrumentos de investigação produzidos se constitui a recolha de informação. Um dos primeiros instrumentos de recolha de dados, a mencionar é a observação participante.

Observação participante -Assumiu-se como uma técnica de primordial interesse para o presente trabalho, pois através da inserção no terreno tive a possibilidade de captar as especificidades e as dinâmicas do contexto, estando integrada nas mesmas. A possibilidade de interagir quer com as crianças, quer com os profissionais nas diferentes actividades que se desenrolavam na instituição e o apoio escolar que era realizado por mim, permitiu que este fosse um contexto privilegiado onde poderia informalmente ter um contacto mais próximo com as mesmas, no sentido de perceber como é que as crianças vêem e vivem a institucionalização. E, ainda, o envolvimento dos diferentes profissionais no trabalho directo com as crianças, quais as suas representações e expectativas.

A presença no terreno, bem como a inclusão e a participação nas dinâmicas contextuais vem, desta forma, cumprir objectivos da observação participante, permitindo conhecer de forma aprofundada o contexto em que o trabalho se insere. Esta é a principal mais-valia da observação participante. A mesma é uma técnica de investigação qualitativa adequada ao investigador que pretende compreender, num meio social, uma situação na qual participa, permitindo-lhe integrar-se nas actividades/vivências das pessoas que nele vivem.

Desta forma, a participação tem por objectivo recolher dados (sobre acções, opiniões ou perspectivas) aos quais um observador exterior não teria acesso. Assim, a observação participante permitiu interagir com as crianças e com os profissionais de uma forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. Com esta descrição, parece-me que neste trabalho em particular não se poderia deixar de utilizar esta técnica, tendo em conta os seus objectivos, pois não poderíamos dispensar da recolha de informações *sobre as dinâmicas, as opiniões e os comportamentos dos indivíduos*. Seja qual for o tipo de observação participante, o observador regista sempre os modos de vida do grupo social em estudo.

Guião – Inquérito utilizado na consulta dos processos

No sentido de facilitar a recolha da informação elaboramos um guião devidamente estruturado que nos serviu como uma espécie de guia, orientando-nos na recolha da informação necessária e indispensável a uma análise quantitativa. O guião é composto por questões que abordam os dados sobre a criança ou jovem, sobre o acolhimento institucional actual e anterior, sobre as intervenções realizadas e os dados relativos à família e ao seu contexto sócio-familiar.

Recolhida a informação necessária, procedemos à análise da respectiva informação através do SPSS. Importa salientar que a recolha da informação através deste guião permitiu não só recolher os dados necessários para posteriormente introduzirmos no SPSS, mas também permitiu a recolha de informação sobre a história de vida de cada criança relatada em cada processo que consultávamos contribuindo para um conhecimento mais profundo sobre a realidade destas famílias. Este conhecimento mais detalhado da história de vida de cada criança que pelo Centro de Acolhimento Temporário passou, permite-nos conhecer elementos fundamentais para o presente estudo.

Não poderíamos deixar de referir que para a construção do respectivo guião, orientamo-nos por um estudo realizado em Espanha sobre crianças que se encontram acolhidas em instituições de acolhimento cujo título é *“Niños que esperan Estudio sobre casos de larga estancia en acogimiento residencial”* estudo realizado por um grupo de investigação em família e infância da Universidade de Oviedo, com a participação de M. López, J.F. Valle, C.M. Boada e A.B. Arteaga. Optamos por nos orientar por este guião e não por construir um de raiz, uma vez que este guião estava testado e, portanto, com a certeza que seria um guião exequível não restaram dúvidas para que avançássemos com o mesmo. Claro que este guião exigiu que o adaptássemos à Lei Portuguesa e que efectuássemos as correcções necessárias. Para além disso, lemos alguma literatura disponível sobre esta resposta de acolhimento tendo em consideração às suas especificidades e também nos guiamos pela experiência prática obtida no decurso do estágio no Centro de Acolhimento Temporário.

Neste processo, procuramos assegurar sempre um conjunto de procedimentos éticos face aos menores, nomeadamente o direito à sua privacidade, e para que os mesmos não sofressem qualquer tipo de danos emocionais ou quaisquer outras em relação à sua participação na investigação, optamos por esta consulta exaustiva dos processos. Através desta consulta ficamos a conhecer os dados necessários e indispensáveis sem que os mesmos estivessem expostos, com o intuito de não os colocar numa situação de desconforto.

No sentido de garantir o direito à privacidade e proteger a identidade, asseguramos o sigilo das informações, bem como todos os elementos identificativos de cada participante foram alterados de modo a não serem reconhecidos, bem como não referimos a identidade do Centro de Acolhimento Temporário em questão.

1.4 - Procedimentos

Na respectiva consulta dos processos anotamos todos os dados sobre a criança ou jovem que o guião nos pedia, além disso, fizemos uma anotação à parte de todas as outras informações consideradas relevantes para numa posterior análise recorreremos as mesmas para uma melhor compreensão da realidade vivida por cada criança.

Análise de Dados - A técnica de tratamento de dados utilizada foi a análise de dados através do programa SPSS. Este programa de Estatística é um instrumento matemático que nos foi útil para recolher, organizar, apresentar, analisar e interpretar os resultados. Assim, o SPSS permite resumir esses mesmos dados através de procedimentos adequados mostrando as tendências e os padrões.

VI- Apresentação e discussão dos resultados – Centro de Acolhimento Temporário.

1- Caracterização do Centro de Acolhimento Temporário

1.1- O espaço vivido

O Centro de Acolhimento Temporário localiza-se numa cidade, o local onde se situa é caracterizado pelas boas acessibilidades e pela disponibilidade de equipamentos sócio-educativos e de saúde que esse local dispõe. Deste modo, o acesso a este tipo de equipamentos não é de todo um obstáculo ao Centro de Acolhimento Temporário de que aqui falamos, o que permite e garante o acesso a estes equipamentos que são indispensáveis ao tipo de população que acolhe.

Quanto ao edifício, é um edifício antigo, mas caracterizado pela bela arquitectura que apresenta, composto por três pisos, com um amplo espaço exterior, com jardim que envolve o edifício e que para além disso este espaço exterior permite que as crianças possam desenvolver actividades ao ar livre sem grande constrangimentos, pois possui espaços amplos para que possam andar de bicicleta, jogar à bola, correr entre outras actividades de lazer. Os muros envolvem todo o edifício garantindo, assim, a segurança, de destacar, ainda, que a instituição dispõe de um segurança que controla todas as entradas e saídas da instituição, garantindo desta forma a segurança de todas as crianças que ali se encontram acolhidas e até mesmo a segurança de quem ali trabalha, pois só entra na instituição a quem é permitida a entrada.

Passado o portão entramos na entrada principal da instituição, acedendo assim directamente ao hall de entrada. Este hall serve na maioria das vezes como sala de visitas quando a sala principal de visitas se encontra ocupada, deste modo quando acontecem duas visitas em simultâneo, estas desenrolam-se neste hall e na sala destinada às mesmas, de destacar que ambos os espaços são reservados para que as visitas se possam desenrolar sem grandes constrangimentos, garantindo a privacidade das famílias. Passado, então, este hall, acedemos a sala denominada como a sala grande onde é possível ouvir desde logo, o barulho das crianças a brincarem, a conversarem e a rirem. Desde o hall até esta sala as paredes encontram-se repletas de trabalhos feitos quer pelas crianças, quer pelas assistentes operacionais. As paredes encontram-se cheias de cor, sendo que ao entrarmos neste espaço temos de imediato a sensação de um ambiente acolhedor. De referir, ainda, que estes espaços se encontram devidamente

organizados e asseados.

Os gabinetes dos técnicos situam-se no piso inferior, os técnicos estão sempre disponíveis a receber as crianças que espontaneamente aí se dirigem, seja para solicitar a sua atenção, para receberem mimos de que tanto gostam, seja para expor alguma situação particular da sua vida. Mas estes gabinetes situados no piso inferior constituem um verdadeiro obstáculo às crianças que são portadoras de incapacidade física e que se deslocam em cadeiras de rodas, pois não existe outro acesso a não ser pelas escadas. Assim, sempre que ali se querem deslocar não o podem fazer livremente, tem de pedir auxílio às assistentes operacionais.

Para além disso, existem salas neste piso inferior destinadas a actividades de lazer que para estas crianças são obviamente também uma barreira, pois tal como acontece no caso do acesso aos gabinetes tem de dispor da ajuda das assistentes. É um edifício antigo que se encontra devidamente remodelado garantido todas as condições de conforto e segurança, mas que a este nível apresenta esta lacuna que constitui um verdadeiro entrave a livre circulação das crianças que não se conseguem deslocar sozinhas. O edifício dispõe de casas de banho no piso inferior, no piso do meio e no piso superior com boas condições para que a higiene de todos se possa desenrolar dentro da normalidade e garantindo a privacidade de todos. A casa de banho do piso inferior pertence às meninas e a do piso superior aos meninos, e aqui mais uma vez aqueles que não se podem deslocar precisam da ajuda de terceiros, é de facto o único ponto que evidencia fragilidade no acesso aos vários espaços da casa.

O mesmo se verifica em relação aos quartos, os quartos das meninas encontram-se devidamente separados dos quartos dos rapazes. Tal como acontece em relação às casas de banho, o mesmo se verifica em relação aos quartos, os quartos das meninas situam-se no piso inferior e o quarto dos rapazes situam-se no piso superior, sendo de destacar que os quartos dos bebés também se situam no piso superior. E mais uma vez o acesso aos quartos é dificultado para aqueles que não se conseguem deslocar sozinhos, para aceder aos quartos tem de contar novamente com a ajuda das assistentes. Este é de facto, um dos pontos que seria necessário repensar para remodelar estes espaços para que todos independentemente da sua condição física pudessem circular livremente sem grandes constrangimentos.

Quando acedemos aos quartos transmitem-nos uma sensação de conforto, pois encontram-se devidamente asseados e organizados, são espaços amplos com cortinas

coloridas cuidadosamente adaptadas às idades das crianças. Os quartos dos bebés também são espaços devidamente organizados, sendo que existem apenas dois quartos, situados lado a lado, onde em vez de termos uma parede que separa ambos os quartos, temos um vidro para que as assistentes possam vigiar constantemente e em simultâneo os dois quartos, tendo em conta que os bebés exigem uma vigilância redobrada. O espaço dos bebés inclui o berçário – zona dos berços, onde dormem, a copa, onde se preparam e administram as refeições dos bebés e das crianças mais pequenas, e o parque, sala devidamente equipada para os bebés brincarem, com colchões e brinquedos adaptados às suas necessidades e idades. Em suma, todos os quartos possuem mobiliário simples, mas cómodo e funcional, nota-se que existe a preocupação que estes sejam espaços agradáveis e que transmitam harmonia, onde as crianças mais crescidas podem decorar o seu espaço com objectos pessoais, imprimindo um cunho mais personalizado.

Acolhendo as instituições de acolhimento crianças com idades tão heterogéneas, o espaço deste Centro de Acolhimento encontra-se organizado de acordo com a funcionalidade operacional que subdivide as crianças em dois grupos distintos, o grupo dos bebés até aos dois anos de idade e o grupo dos três anos de idade até aos catorze anos de idade. A cada um destes grupos destinam-se espaços próprios onde se desenrolam actividades mais ou menos estruturadas. De realçar que a sala denominada como a sala grande se destina às crianças com idades compreendidas entre os três anos de idade e os catorze anos, também esta sala se destina às crianças com necessidades especiais, e este parece ser um outro ponto que evidência claramente mais uma das fragilidades da instituição. Nesta mesma sala encontra-se uma criança portadora de autismo profundo combinado com outras deficiências, que devido aos problemas que apresenta tem comportamentos de muita agitação motora e até mesmo de agressividade, ora estes comportamentos constituem não só um perigo para as restantes crianças, tendo em conta que temos nesta sala crianças desde os três anos de idade e para além disso, este não será um meio apropriado para este menor, pois deveria estar num espaço próprio num acompanhamento mais individualizado, onde se desenvolvessem actividades estruturadas, ou seja deveria beneficiar de um espaço próprio adaptado às suas características desenvolvimentais.

O refeitório situa-se no piso do meio e caracteriza-se como sendo um espaço amplo onde todos podem circular livremente. As paredes do refeitório encontram-se devidamente decoradas com trabalhos realizados pelas crianças e pelas assistentes

operacionais. O refeitório é onde à hora das refeições principais todos se juntam, revelando-se um momento particular de verdadeira interacção e aprendizagem. As crianças encontram-se distribuídas pelas diferentes mesas de acordo com as suas idades, mas à hora das refeições criam-se momentos de interacção muito próximos, com os adultos a incutir regras as crianças e auxiliando de forma imaginativa aqueles que teimam em não comer. Quer o refeitório, quer a cozinha se encontravam devidamente organizados e tal como nas restantes divisões o asseio e a higiene prevalecem em toda a casa.

A sala de estudo situa-se no piso inferior ao lado do gabinete dos técnicos, é um dos espaços que se caracteriza pela exiguidade, pois não existe espaços próprios adaptados à idade e aos diferentes níveis de escolaridade das crianças. Não existem mesas individuais onde cada criança se possa concentrar nos trabalhos de casa que realiza, são colocadas crianças de diferentes idades, de diferentes níveis de escolaridade numa mesa redonda onde a assistente operacional apoia todos ao mesmo tempo, e por isso o investimento num apoio individualizado fica seriamente comprometido. Verifica-se nas prateleiras onde se encontram os livros escolares e algum material escolar que carece de material necessário para responder as necessidades de todos, pois as crianças nem sempre têm a disposição o material de que necessitam, a falta de lápis, de afias e de borrachas é de facto uma constante. E aqui evidencia-se o descuido que existe em relação à sala de estudo que deveria estar sempre com o material devidamente organizado para que as tarefas escolares se pudessem desenrolar sem grandes constrangimentos, ora os constrangimentos são uma constante, as afias, as borrachas andam de lado para lado provocando confusão na sala e consequentemente a distração.

Deste modo, a sala de estudo parece numa análise geral, necessitar de ser repensada em termos objectivos de condições que suportem um trabalho com alguma qualidade. Ao apoiar as crianças e jovens nas tarefas escolares foi fácil verificar que o apoio ao estudo apresentava sérias lacunas que se repercutem depois nos resultados escolares obtidos. Este trabalho de apoio às tarefas escolares deveria ser levado de uma forma mais séria para que as próprias crianças o encarassem também como um trabalho que requer responsabilidade. De facto, as crianças necessitam de espaços diferenciados para estudar, onde possam com responsabilidade arrumar o seu material escolar e para que aprendam a preservar sobretudo as ferramentas que lhe são úteis ao estudo.

Mas, se não lhe incutimos esta responsabilidade, se os próprios adultos não

encaram as tarefas escolares de forma séria, provavelmente também as crianças não vão encarar como um assunto sério e que exige responsabilidade. É necessário que as crianças aprendam que existem tempos e lugares para as diferentes tarefas e actividades e que o apoio ao estudo é um lugar que deve estar devidamente organizado, e que sobretudo é um espaço onde se podem concentrar para sem obstáculos efectuar as aprendizagens indispensáveis e verdadeiramente importantes para um futuro próximo.

1.2 - Caracterização dos menores da amostra e do respectivo contexto familiar

A amostra deste estudo é formada por 33 menores, pertencentes a 24 famílias. A informação sobre os 33 menores que se encontram em acolhimento institucional foi recolhida através da consulta dos processos individuais, esta consulta obedecia a um questionário que se encontrava previamente estruturado. Na descrição do perfil dos menores temos em conta a idade, o sexo, a orfandade, o país de origem, a etnia, a situação escolar actual, o percurso escolar e a conduta escolar, os problemas de saúde importantes, os tratamentos recebidos e as assistências hospitalares, os motivos que originaram a sinalização, assim como, as medidas prévias adoptadas e se existiram interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores.

Em relação ao contexto familiar contemplamos a situação laboral do pai e da mãe, a problemática familiar, o tipo de relação entre os pais, a existência ou não de companheiro (a), o número de filhos e as medidas de promoção e protecção aplicadas aos menores, os tipos de ajuda que recebe a família, os projectos de vida e a respectiva decisão do tribunal, os contactos com a família de origem ou com outros significativos, assim como, a frequência desses mesmos contactos.

Através da análise dos processos de promoção e protecção determinamos, ainda, o tempo de permanência no centro de acolhimento temporário.

Em primeiro lugar, pretendemos analisar as características dos menores que se encontram acolhidos no Centro de Acolhimento Temporário.

Distribuição por sexo e idade

Idade	Masculino	Feminino	Total	%
0 a 3	3	2	5	15%
4 a 6	5	6	11	33%
7a 10	6	6	12	36%
11 a 12	0	0	0	0%
13 a 15	3	1	4	12%
mais de 15	1	0	1	3%
	18	15	33	100%
%	54%	45%	100%	

Em relação ao sexo podemos verificar que predomina o sexo masculino com 54,5% seguido do sexo feminino com uma percentagem de 45,5 %. Existe uma certa evidência que os rapazes permanecem mais tempo em acolhimento, e as razões para tal evidência podem ser as mais variadas.

Relativamente à idade actual dos menores. Constatamos que a média de idade actual é de 7,06 e a moda é 8. Registamos, ainda, que num total de 33 menores apenas 2 são órfãos, um é órfão de pai e o outro é órfão de mãe.

Quanto ao país de origem da família constatamos que apenas 2 famílias são provenientes do Brasil, 1 da França, 2 da Guiné-Bissau e 1 família de Inglaterra. As restantes famílias tem como país de origem Portugal. Quanto à categoria da diversidade étnica apenas 1 criança é de etnia cigana.

Situação escolar

Na respectiva análise da situação escolar, observamos que num total de 33 menores, 13 nunca reprovaram e 4 reprovaram. Os 16 menores em falta não se encontram em idade escolar. Observamos que o ciclo com maior frequência de repetições é o 2º ciclo.

Percurso escolar

	Nº	%
Bom aluno	1	5,9%
Apresenta algumas dificuldades	4	23,5%
Apresenta muitas dificuldades	4	23,5%
Tem necessidades especiais	8	47,1%
Total	17	100,0%

Fonte: Fichas de avaliação escolar/Processos individuais

A tabela do percurso escolar dá-nos a conhecer que num total de 17 menores que frequentam a escola apenas 1 é considerado bom aluno. Temos, ainda, alunos que apresentam algumas dificuldades e os alunos que apresentam muitas dificuldades, ambos com 4 casos, o que representa uma percentagem de 23,5 % para ambas as situações.

Por fim, como podemos verificar na tabela temos um número significativo de menores com necessidades especiais, o que representa uma percentagem de 47,1%. Estes dados confirmam o que anteriormente referimos sobre as dificuldades de aprendizagem no capítulo IV- INSTITUCIONALIZAÇÃO.

Problemas de comportamento na escola

		Problemas de comportamento na escola		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	Masculino	6	9	15
	Feminino	0	12	12
Total		6	21	27

Em relação aos problemas de comportamento na escola é importante referir que também consideramos os menores que frequentam o jardim-de-infância. Num total de 27 menores verificamos que apenas 6 menores do sexo masculino é que apresentam problemas de comportamento na escola, não tendo qualquer elemento do sexo feminino

com problemas de comportamento. Estes dados revelam uma diferença significativa.

Saúde

Em relação à saúde dos 33 menores que foram considerados para esta amostra 27,3% tem deficiência reconhecida, 18,2% tem algum tipo de incapacidade física, sendo que 81,8% não revela qualquer tipo de incapacidade física e 21,2% estão sinalizados como tendo défice cognitivo. Finalmente 24,2% tem algum tipo de incapacidade sensorial.

Outros indicadores de saúde recolhidos apontam para um número significativo de menores com atraso global ao nível do desenvolvimento com uma percentagem de 31,3%. Regista-se também 4 menores portadores de paralisia cerebral. Estes dados revelam as condições precárias de vida destes menores desde o nascimento, e eventualmente a falta de cuidados adequados no período de gestação, e por outro lado, pode, ainda, estar relacionado com problemas de alcoolismo das mães e as próprias debilidades intelectuais dos progenitores.

No que diz respeito aos cuidados médicos recebidos verificamos que 29 menores (93,5%) receberam acompanhamento médico. Constatamos que 25,0% dos menores receberam tratamento psicológico, 18,2% recebeu tratamentos de fisioterapia e 27,3% dos menores frequentou a terapia da fala.

Por fim, temos os “outros” que se reporta a outros tipos de cuidados que não os contemplados anteriormente. Podemos verificar que 33,3% recebeu outro tipo de cuidados de saúde.

Motivos que originaram a sinalização

	Masculino	Feminino	Total	%
	<i>n18</i>	<i>n15</i>	<i>n33</i>	
Negligência	10	9	19	57,6%
Outros (sobretudo violência doméstica)	9	2	11	33,3%
Maus-tratos Físicos ou Psíquicos	4	0	4	12,1%
Abandono	3	3	3	18,2%
Suspeita de abuso sexual	0	2	2	6,1%
Problemas de comportamento do menor	1	0	1	3,0%
	27	13	40	

No tópico que corresponde às sinalizações cruzamos o sexo com os diferentes tipos de sinalizações que foram considerados ao longo do questionário. Em relação à negligência aparece o sexo masculino com 10 casos, seguido do sexo feminino com 9 casos. Podemos concluir que não existe uma diferença significativa entre os sexos. Por sua vez, no caso dos maus-tratos físicos ou psíquicos temos o sexo masculino com 4 casos e o sexo feminino com 0 casos. Parece que os maus-tratos físicos ou psíquicos afectam mais os rapazes. A este facto não será estranho a situação de uma parte dos rapazes institucionalizados viverem com a mãe, vítima de violência doméstica por parte do respectivo companheiro que não é o pai dos jovens. Uma parte dos episódios de violência sobre os jovens verificaram-se quando estes pretendiam defender a mãe.

Todavia, em relação ao abandono verificamos que o abandono tanto acontece no caso das raparigas como no caso dos rapazes, no entanto o abuso sexual parece incidir sem dúvida mais sobre as raparigas do que sobre os rapazes.

Nos problemas de comportamento dos menores temos o sexo masculino com 1 caso e o feminino com 0 casos. Não temos números muito significativos. Quanto aos outros motivos que originaram a sinalização importa ressaltar que este “outros” se reporta essencialmente a situações de violência doméstica. Podemos concluir que os motivos mais frequentes da retirada dos menores são as situações de negligência e famílias onde se verificam situações de violência doméstica.

Medidas aplicadas antes da institucionalização

	Masculino	Feminino	Total	%
<i>n</i>	18	15	33	
Apoio junto dos pais	7	10	17	51,5%
Apoio junto de outro familiar	2	1	3	9,1%
Confiança a pessoa idónea	0	0	0	0,00%
Acolhimento familiar	0	0	0	0,00%
Acolhimento institucional	0	0	0	0,00%

Em relação às medidas de promoção e protecção aplicadas aos menores antes da sua institucionalização, podemos concluir que estamos perante um número significativo de menores que teve medida de apoio junto dos pais antes do seu acolhimento institucional, principalmente menores do sexo feminino. Num total de 33 menores institucionalizados 17 (51,5%) teve como medida de promoção e protecção apoio junto dos pais, 10 menores do sexo feminino e 7 menores do sexo masculino.

Se por um lado é significativo que 51,5% teve como medida de promoção e protecção apoio junto dos pais e 9,1% apoio junto de outro familiar, não podemos deixar de assinalar que 13 das 33 crianças (39%) entrou directamente para acolhimento institucional sem lhes ser aplicada nenhuma medida prévia.

Relativamente à medida de confiança a pessoa idónea não foi aplicada em nenhum caso. Esta situação revela a fragilidade dos laços sociais destas famílias, pelo facto de não existir no universo do seu relacionamento, familiares ou amigos suficientemente idóneos para os apoiar. O mesmo acontece em relação à medida de acolhimento familiar e acolhimento institucional que também não registou nenhum caso. Podemos concluir que os menores desta amostra encontram-se acolhidos pela primeira vez num contexto institucional.

Existiram interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores

		Frequency	Percent	Valid Percent
	SIM	20	60,6%	60,6%
	NÃO	13	39,4%	39,4%
	Total	33	100,0%	100,0%

Quanto às interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores verificamos que 60,6% das intervenções realizadas com as famílias falharam. Estamos perante uma percentagem significativa de intervenções que foram interrompidas pelas mais variadas razões.

Síntese das características dos menores que se encontram em acolhimento institucional

Através da análise do SPSS foi possível perceber que a média de idade actual dos menores é de 7,06 e a moda é 8. Verificamos, ainda, que há mais rapazes do que raparigas nesta amostra, talvez porque os rapazes permanecem mais tempo em acolhimento do que as raparigas pelas mais variadas razões.

Em relação à questão da orfandade os resultados não se revelam significativos, temos apenas dois órfãos, um órfão de mãe e outro órfão de pai. O mesmo acontece em relação às famílias imigrantes, nesta amostra temos apenas 6 famílias imigrantes e as restantes famílias são de nacionalidade portuguesa. A questão da imigração não parece ser um dado muito significativo, pelo contrário as situações de retirada verificam-se maioritariamente em famílias de nacionalidade portuguesa. Ressalvamos, que em relação às famílias imigrantes o país de origem do menor nem sempre é o mesmo da sua família de origem. E no que concerne à questão da etnia temos apenas um menor de etnia cigana.

Relativamente ao contexto escolar num total de 33 menores que foram considerados nesta amostra, 13 nunca reprovaram, 4 menores reprovaram pelo menos um ano e 16 menores ainda não se encontram em idade escolar. Neste estudo contemplamos também a frequência de reprovações por ciclo e foi possível verificar que o ciclo com maior frequência de repetições é o 2º ciclo. Consideramos, ainda, o percurso escolar e num total de 17 menores que frequentam a escola apenas 1 é considerado bom aluno, quase metade (47%) apresenta algumas ou muitas dificuldades e 47,1% estão sinalizados como tendo necessidades especiais.

Ainda no âmbito escolar relembramos que foi contemplado neste estudo a questão dos problemas de comportamento na escola, onde foram também considerados os menores que frequentam o jardim-de-infância. Num total de 27 menores que frequentam quer escola, quer jardim-de-infância pelo menos 6 menores evidenciam problemas de comportamento. Ressalvamos que os menores que evidenciam problemas de comportamentos são menores do sexo masculino, não tendo nenhum elemento do sexo feminino.

No que diz respeito à questão da saúde dos 33 menores considerados nesta amostra, 27,3% tem deficiência reconhecida e 72,7% não tem qualquer tipo de deficiência. Os problemas mais característicos destes menores estão relacionados com o seu

desenvolvimento. Temos uma percentagem de 31,3% de menores com atraso global ao nível do desenvolvimento, 18,2% tem algum tipo de incapacidade física, 21,2% estão sinalizados como tendo défice cognitivo e 12,1% com paralisia cerebral. Por fim, 24,2% tem algum tipo de incapacidade sensorial e 30,3% apresenta outro tipo de problemas que não os mencionados anteriormente.

Em relação aos cuidados médicos recebidos registamos que 29 menores (93,5%) receberam acompanhamento médico. Constatamos que 25,0% dos menores receberam tratamento psicológico durante o acolhimento, 18,2% recebeu tratamentos de fisioterapia e 27,3% dos menores frequentou a terapia da fala. Por fim, temos os “outros” que se reporta a outros tipos de cuidados que não os contemplados anteriormente. Verificamos que 33,3% recebeu outro tipo de cuidados.

Quanto aos motivos que originaram a retirada dos menores da sua família de origem, o motivo mais frequente é a negligência seguido de “outros”, este “outros” reporta-se sobretudo a famílias onde ocorrem episódios de violência doméstica.

Observamos, ainda, que antes da institucionalização pelo menos metade dos menores teve como medida de promoção e protecção apoio junto dos pais o que corresponde a uma percentagem de 51,5%. No caso da medida de apoio junto de outro familiar os números são menos significativos, apenas a 9,1% foi aplicada esta medida. Relativamente à medida de confiança a pessoa idónea não se verificou a sua aplicação em nenhum caso. O mesmo acontece em relação à medida de acolhimento familiar e acolhimento institucional que também não registou nenhum caso. Se por um lado é significativo que 51,5% teve como medida de promoção e protecção apoio junto dos pais, não podemos deixar de referir que 39% entrou directamente para acolhimento institucional sem lhes ser aplicada nenhuma medida prévia. Podemos concluir que é a primeira vez que os menores desta amostra se encontram acolhidos em contexto institucional.

Por fim, abordamos a questão das interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores, e a situação mais habitual é a de ter experimentado pelo menos uma ruptura ao longo do processo de promoção e protecção, o que corresponde a uma percentagem de 60,6% de intervenções anteriores que falharam. Estamos perante uma percentagem significativa de interrupções que falharam e quanto ao motivo da interrupção existe uma grande variedade de razões difíceis de categorizar.

Características do contexto familiar

Ao longo das páginas que se seguem serão apresentadas as características do contexto familiar. Neste estudo contemplamos a questão da paternidade em litígio, visto que ao longo do estudo foi-se verificando a existência de alguns casos com paternidade em litígio. Os números não são muito significativos, num total de 33 menores temos apenas 3 casos cujo processo de paternidade se encontra em litígio. Observamos que 2 menores desconhecem o paradeiro dos pais e um menor é órfão de pai e outro é órfão de mãe.

Situação na profissão

		Pai		Mãe	
		Nº	%	Nº	%
	Empregado (a)	14	42,4%	3	9,1%
	Reformado (a)	3	9,1%	1	3,0%
	Vive de prestações sociais	7	21,2%	20	60,6%
	Desempregado (a)	1	3,0%	3	9,1%
	Missing	8	24,2%	6	18,2%
	Total	33	100,0%	33	100,0%

Relativamente à situação na profissão, 42,4% dos pais trabalha, 9,1% é reformado, 21,2% vive de prestações sociais e apenas 3,0% se encontra numa situação de desemprego. Verificamos que a situação mais frequente é a de ter emprego e viver de prestações sociais. Em relação às progenitoras, 3 encontram-se a trabalhar (9,1%), 3 encontram-se numa situação de desemprego e 1 caso de reforma. Por sua vez, uma percentagem muito significativa de progenitoras vive de prestações sociais (60,6%).

Actividade Laboral

		Pai		Mãe	
		N	%	n	%
	Outras	1	3,0%	1	3,0%
	Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	1	3,0%	0	0,0%
	Trabalhadores não qualificados da indústria Extractiva, construção, indústria transformadora e transportes	12	36,4%	0	0,0%
	Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato		0,0%	2	6,1%
	Trabalhadores de limpeza		0,0%	2	6,1%
	Missing	19	57,6%	28	84,8%
	Total	33	100,0%	33	100,0%

No que diz respeito à actividade laboral dos pais a maior percentagem insere-se nos trabalhadores não qualificados (36,4%). Com a mesma percentagem e apenas com um trabalhador, temos os trabalhadores qualificados e “outras” correspondendo ambos a uma percentagem de 3,0%. Quanto à actividade laboral das mães, 6,1% trabalha na transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato. E 6,1% desempenha serviços de limpeza.

Problemáticas familiares identificadas

	Pai		Mãe	
n	33		33	
Problemas económicos	18	54,5%	29	87,9%
Incapacidade intelectual	7	21,2%	15	45,5%
Alcoolismo	6	18,2%	4	12,1%
Vítima de violência doméstica	0	0,0%	10	30,3%
Problemas psiquiátricos	4	12,1%	4	12,1%
Doença crónica	2	6,1%	5	15,2%
Exerce violência sobre a (o) parceira (o)	6	18,2%	1	3,0%
Toxicod dependência	4	12,1%	2	6,1%
Prostituição	0	0,0%	4	12,1%
Delinquência	0	0,0%	2	6,1%
Paradeiro desconhecido	2	6,1%	1	3,0%
Prisão	2	6,1%	0	0,0%
Mendicidade	1	3,0%	0	0,0%
Missing	6		2	

Em primeiro lugar registamos os problemas económicos tendo em conta que uma percentagem significativa de famílias apresenta problemas financeiros. Mais de metade das famílias enfrenta este problema. O número de mães que referem problemas económicos (87,9%) é significativamente superior ao dos pais (54,5%).

Os números indicam que 21,2% dos pais dos menores apresenta alguma incapacidade intelectual, e uma percentagem de 45,5% no caso das mães. Estes números são bastante preocupantes e alertam para a necessidade de políticas integradas com carácter preventivo, seja no domínio das políticas de saúde em especial no planeamento familiar, seja na área da educação sexual nas escolas. Podemos também observar que 12,1% dos progenitores sofrem de algum tipo de problema psiquiátrico.

O alcoolismo afecta 18,2% dos pais e 12,1% das mães. Relativamente à toxicod dependência temos uma percentagem de 12,1% de pais com esta problemática e cerca de metade (6,1%) das mães. Por último, e só para abordar as questões das problemáticas mais relevantes assinalamos que um terço das mulheres sofre de violência doméstica e 18,2 dos pais foram identificados como autores de violência doméstica.

No domínio do **status familiar** verifica-se que 48,5%, dos casais vive em união de facto, 6,1% é casado, 21,2% encontram-se separados e regista-se 1 caso de uma mãe viúva.

Número total de irmãos

		Frequency	Percent	Valid Percent
	0	3	9,1%	9,1%
	1	10	30,3%	30,3%
	2	10	30,3%	30,3%
	3	7	21,2%	21,2%
	4	3	9,1%	9,1%
	Total	33	100,0%	100,0%

Podemos observar que apenas 3 menores não têm irmãos. Que 10 menores têm pelo menos 1 irmão, e que outros 10 menores têm pelo menos 2 irmãos. E, ainda, que 7 menores tem pelo menos 3 irmãos. E por fim, que 3 menores tem 4 irmãos.

Número total de irmãos sinalizados

		Frequency	Percent	Valid Percent
	0	11	33,3%	33,3%
	1	9	27,3%	27,3%
	2	9	27,3%	27,3%
	3	2	6,1%	6,1%
	4	2	6,1%	6,1%
	Total	33	100,0%	100,0%

Relativamente ao número de irmãos sinalizados, considerando que 3 menores não têm irmãos, existem apenas 8 menores que não têm nenhum irmão sinalizado. Nos restantes casos considerando o número de irmãos e o números de irmãos sinalizados, concluímos que quanto maior a dimensão da família maior a probabilidade de estarem todos sinalizados.

Número total de irmãos em acolhimento institucional

		Frequency	Percent	Valid Per- cent
	0	18	54,5%	54,5%
	1	5	15,2%	15,2%
	2	7	21,2%	21,2%
	3	3	9,1%	9,1%
	Total	33	100,0%	100,0%

Podemos verificar na tabela que existem 18 menores que não tem nenhum irmão institucionalizado. Por sua vez, existem 5 menores que têm pelo menos um irmão institucionalizado. Podemos verificar, ainda, que 7 menores têm pelo menos 2 irmãos institucionalizados. E, ainda, que 3 menores tem 3 irmãos institucionalizados.

Não registamos nenhum caso de menores com irmãos em acolhimento familiar nem com a medida de promoção e protecção entregue a pessoa idónea.

Número total de irmãos entregues a outro familiar

		Frequency	Percent	Valid Per- cent
	0	30	90,9%	90,9%
	1	2	6,1%	6,1%
	2	1	3,0%	3,0%
	Total	33	100,0%	100,0%

Registamos que 2 menores têm um irmão entregue a outro familiar e que 1 menor tem 2 irmãos entregues a outro familiar

Número total de irmãos acolhidos na mesma instituição

		Frequency	Percent	Valid Percent
	0	23	69,7%	69,7%
	1	4	12,1%	12,1%
	2	6	18,2%	18,2%
	Total	33	100,0%	100,0%

Quanto ao número de irmãos acolhidos na mesma instituição, observamos que 23 menores não têm nenhum irmão acolhido na mesma instituição. Por sua vez, 4 menores tem pelo menos um irmão acolhido na mesma instituição. E por fim, 6 menores têm 2 irmãos acolhidos na mesma instituição.

No que diz respeito às **ajudas sociais** temos uma percentagem bastante significativa de famílias que recebem ajudas sociais (71,0%).

Tipo de ajuda

		Frequency	Valid Percent
	Económica	15	68,2%
	Habitacional	1	4,5%
	Ambas as opções anteriormente citadas	6	27,3%
	Total	22	100,0
Missing	System	11	

A ajuda mais frequente é a ajuda económica (68,2%) das famílias recebem este tipo de ajuda, 27,3% recebe quer ajuda económica, quer ajuda habitacional. E apenas 4,5% recebe apenas ajuda habitacional. Podemos concluir que temos uma percentagem bastante considerável de famílias que recebem ajuda económica, mas se recuarmos atrás verificamos que grande parte das famílias tem dificuldades económicas, daí a necessidade de receberem ajudas sociais, principalmente de carácter económico.

Proposta do projecto de vida

	SEXO		Total
	Masculino	Feminino	
Reunificação familiar	5	2	7
Adopção	7	6	13
Institucionalização	2	2	4
Outras	4	5	9
Total	18	15	33

No que concerne à proposta do projecto de vida, a proposta mais frequente é adopção seguido da reunificação familiar. A institucionalização aparece com menor frequência. E por fim, temos “outras” que se refere essencialmente a projectos de vida indefinidos ou projectos de vida que visam medidas de apoio junto de outros familiares.

Situação actual / decisão do tribunal

	Nº	Percentagem
Projecto de vida aguarda decisão do tribunal	9	27,3%
Projecto de vida decidido pelo tribunal	4	12,1%
Concretizado	12	36,4%
Indefinidos	8	24,2%
TOTAL	33	100,0%

Os dados apontam para uma percentagem significativa de projectos de vida que aguardam decisão do tribunal (27,3%) e 12,1% dos projectos já foram decididos pelo tribunal, no entanto os menores ainda se encontram em contexto institucional. Os projectos de vida que já se encontram concretizados representam (36,4%). E 8 menores ainda não têm projecto de vida definido.

A criança ou jovem recebe visitas da família de origem

		Frequency	Valid Percent
	Sim	24	75,0%
	Não	2	6,3%
	Deixou de receber	6	18,8%
	Total	32	100,0%
Missing	System	1	
Total		33	

Quanto à questão das visitas, grande parte dos menores recebe visitas por parte da família de origem (75,0%), apenas 6,3% não recebe 18,8% deixaram de receber. Todas as visitas são supervisionadas por um técnico superior.

Contactos com a família de origem

Quanto à questão das visitas a maioria dos menores recebe visitas por parte da família de origem o que corresponde a uma percentagem de 75,0%. Apenas 6,3% não recebe e 18,8% deixou de receber visitas. Temos uma percentagem de 36,0% de pais que visitam os filhos juntos e uma pequena percentagem (8,0%) tem apenas contacto com o pai. O mesmo não se verifica em relação às mães, a percentagem de crianças que apenas mantém contacto com a mãe é mais elevada (32,0%). Alguns menores, mas poucos recebem visitas por parte de amigos(as) elementos considerados significativos para os menores. Com uma percentagem também considerável de 52,0% temos os menores que recebem visitas por parte de outros elementos, estes elementos são na maioria das vezes companheiro da mãe ou a companheira do pai.

Quanto à frequência das visitas da mãe e do pai verificamos uma elevada frequência de visitas semanais. No caso da mãe temos uma percentagem de 85,7% de visitas semanais e no caso do pai com uma percentagem inferior de 66,7%. No que toca as visitas por parte de outros elementos significativos o mesmo acontece tal como no caso das visitas da mãe e do pai o que prevalece são as visitas semanais.

Relativamente às saídas com a família de origem foi possível observar que a grande maioria dos menores não tem saídas para o exterior com os seus familiares, o que corresponde a uma percentagem de 71,9% e apenas 28,1% tem a oportunidade de

sair para o exterior com a sua família. Desta percentagem de menores que sai para o exterior com os seus familiares, 27,3% saí com os pais juntos, 36,4% saí apenas com o pai e numa percentagem relativamente mais baixa, temos os menores que saem apenas com a mãe com 18,2%. No entanto, com uma maior percentagem de 72,7% os menores que saem para o exterior com outros significativos. Podemos concluir que os menores saem mais para o exterior com outros elementos considerados significativos do que com os seus respectivos familiares. Estas saídas para o exterior quer com o pai, quer com a mãe ou com os outros elementos significativos ocorrem maioritariamente aos fins-de-semana.

Para finalizar analisamos, ainda, a frequência com que a criança vê a sua família de origem e os contactos telefónicos que os menores mantêm com a sua família de origem ou com outros significativos. No geral a frequência com que a criança vê a sua família de origem manteve-se igual. Em relação aos contactos telefónicos a maioria não mantém contacto telefónico com a família de origem, 28,6% mantém esporadicamente e uma percentagem muito reduzida mantém uma vez por semana.

Síntese das características do contexto familiar

Em primeiro lugar importa referir que dos 33 menores em estudo, temos 3 menores cujo processo de paternidade se encontra em litígio e 2 menores que desconhecem o paradeiro dos seus pais. Quanto à orfandade apenas 2 menores são órfãos, um órfão de pai e outro órfão de mãe.

Quanto à situação laboral do pai verificamos que 42,4% dos pais trabalha e 9,1% é reformado. É importante lembrar que a maioria é trabalhador não qualificado e que os motivos da reforma são em todos os casos por invalidez. Temos, ainda, uma percentagem de 21,2% de pais que vivem de prestações sociais e apenas 3,0% se encontra numa situação de desemprego. Como podemos verificar através dos dados expostos a situação mais habitual para os pais é ter um emprego e viver de prestações sociais.

No que diz respeito às problemáticas identificadas, constatamos que 18,2% dos pais sofre do problema do alcoolismo e que 12,1% tem problemas relacionados com a toxicodependência. Verificamos, ainda, um caso de mendicidade e 2 pais que se encontram ou estiveram presos. Por sua vez, em relação à incapacidade intelectual registamos uma percentagem de 21,2% de progenitores com problemas a este nível. Temos também uma percentagem de 12,1% de pais com problemas psiquiátricos, 6,1% padece de

algum tipo de doença e 18,2% exerce violência sobre a sua parceira. Não restam dúvidas que o problema que aparece com maior frequência é os problemas económicos severos com uma percentagem de 54,4%.

Quanto à figura materna, temos apenas o caso de uma mãe que se encontra em paradeiro desconhecido e apenas o caso de um menor órfão de mãe. Ao contrário do que acontece no caso dos pais, temos apenas 3 mães que se encontram a trabalhar, o que representa uma percentagem bastante reduzida. Verifica-se que a grande maioria vive de prestações sociais (60,6%) e apenas 9,1% se encontra numa situação de desemprego.

Relativamente aos problemas que apresenta a figura materna, temos uma percentagem de 12,1% que sofre do problema do alcoolismo e 6,1% apresenta problemas relacionados com a toxicodependência. Com grande frequência encontram-se os problemas de incapacidade intelectual (45,5%), seguido dos problemas económicos severos que assumem uma grande expressão (87,9%). Também com elevada frequência encontram-se as situações de violência doméstica (30,3%). Verifica-se, ainda, mas com uma menor frequência que as problemáticas anteriores a doença crónica com 15,2% e a prostituição com 12,1%.

De facto, a problemática mais frequente prende-se com os problemas económicos severos o que conduz a que uma percentagem bastante significativa de famílias receba ajudas sociais. Registamos que a ajuda mais frequente é a ajuda de carácter económico, seguido de famílias que recebem quer ajuda de carácter económico, quer ajuda habitacional.

Quanto ao status do casal a situação mais habitual é a união de facto, apenas 6,1% se encontra casado, 21,2% encontram-se separados e a maioria tem novo companheiro(a).

Perspectivas futuras para o menor

A proposta do projecto de vida mais frequente é a adopção, seguido da reunificação familiar e a institucionalização aparece com menor frequência. Por fim, temos as “outras” que se refere essencialmente a projectos de vida indefinidos ou a projectos de vida que visam medidas de apoio junto de outros familiares.

Assinalamos que uma percentagem considerável de projectos de vida aguardam decisão do tribunal (27,3%) e apenas 12,1% já foram decididos pelo tribunal, no entanto os menores ainda se encontram em contexto institucional pelas mais variadas razões.

Relativamente aos projectos de vida que já se encontram concretizados assumem uma percentagem de 36,4% e 8 menores ainda não tem projecto de vida definido.

2 - Interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores

Após a exposição dos resultados obtidos neste estudo pretendemos de seguida abordar a questão das interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores, fazendo referência aos nossos resultados que vem mostrar quantas famílias foram intervencionadas antes da institucionalização dos menores e quantas intervenções falharam, e quais os motivos que conduziram ao insucesso dessas mesmas intervenções.

A institucionalização assume-se como uma das respostas da sociedade para proteger e retirar as crianças e jovens das situações de perigo em que se encontram, não permitindo a violação dos seus direitos. Assim, impera a necessidade de compreender as crianças institucionalizadas como sujeitos de direitos, impera, a necessidade de percebermos e de considerarmos que as implicações da institucionalização nas suas vidas não se limitam ao período da sua vivência no contexto da instituição, começa muito provavelmente antes da institucionalização e, muito possivelmente, continua após a sua saída.

Assistimos cada vez mais a necessidade de reconhecer que as instituições se devem assumir como medidas de carácter provisório e excepional, que devem substituir as tendências assistencialistas de atendimento à infância, e sobretudo que devem accionar os mecanismos e os meios necessários para a prevenção das situações que desencadeiam a institucionalização. Neste sentido, parece-nos crucial investir mais na intervenção social com as famílias que apresentam mais fragilidades, que se encontram mais vulneráveis e que podem desta forma expor as suas crianças à situações de risco. Por isso é imperioso que as intervenções se direccionem mais na prevenção do risco, que comecemos actuar antes que ele aconteça. De acordo com Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) *“A intervenção social constitui um dos instrumentos mais fortes da política social e exige uma reflexão profunda acerca dos seus pressupostos teóricos e epistemológicos e da validade dos seus modelos mais consolidados perante as transformações no nosso modo de entender a vulnerabilidade social”* (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007, p. 14).

Para além disso, tem sido vários os estudos nesta área que revelam as fragilidades

das instituições, mas há, ainda, um direito fundamental e que se impõe e convém não esquecer, a vivência institucional prolongada, viola o direito fundamental das crianças à convivência familiar.

Num total de 33 crianças e jovens, 20 encontravam-se acolhidas no Centro de Acolhimento Temporário, e as restantes 13 passaram pelo Centro de Acolhimento Temporário nos anos 2010/2011. Através da consulta dos respectivos processos foi possível observar que pelo menos metade dos menores antes da sua institucionalização teve como medida de promoção e protecção apoio junto dos pais, o que corresponde a uma percentagem de 51,5%, seguido do apoio junto de outro familiar com uma percentagem de 9,1%, menos significativa que a anterior. E foi possível verificar que nenhuma outra medida foi aplicada antes da sua institucionalização. Podemos concluir que é a primeira vez que os menores desta amostra tiveram contacto com um contexto institucional.

Pretendemos, então, abordar a questão das interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores, e a situação mais habitual é a de ter experimentado pelo menos uma ruptura ao longo do processo de promoção e protecção, o que corresponde a uma percentagem de 60,6% de intervenções anteriores à institucionalização que efectivamente falharam conduzindo à institucionalização dos menores.

Através dos dados expostos podemos observar que uma percentagem significativa de famílias foi acompanhada e intervencionada antes da institucionalização dos menores. Eram famílias que evidenciavam incapacidade para responder de forma adequadas às necessidades dos filhos e na maioria dos casos foi aplicada a medida de apoio junto dos pais, ou seja, parece que as intervenções se focalizaram em privilegiar a preservação familiar. Através dos dados parece-nos verdade que num primeiro momento se tentou manter a criança na sua família de origem e que este princípio abrange um número significativo de crianças e jovens. Desta forma, cumpriu-se um dos princípios ao qual a intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança deve obedecer que é a intervenção precoce, a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida (art.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro). Contudo as intervenções realizadas não foram capazes de promover a manutenção da criança na sua família de origem conduzindo à institucionalização.

Sabendo que a institucionalização deve ser sempre a última alternativa, todavia

não é menos verdade que manter a criança na família poderá implicar mantê-la exposta ao risco. Como vimos grande parte das intervenções sofridas antes da institucionalização falharam e não restou outra alternativa a não ser o acolhimento institucional, então, a questão que se impõe de imediato é que se a institucionalização é a ultima alternativa e se por isso a família que apresenta fragilidades sofre a intervenção dos serviços sociais para que se evite a retirada da criança ou jovem da sua família o que é que falhou nestas intervenções? Porque, de facto, estamos perante uma percentagem significativa de insucesso das intervenções.

Afinal, parece que estas intervenções não resolveram os problemas destas famílias, nem se centram no cerne daquilo que é efectivamente os problemas, parece que estas intervenções promovem apenas o adiamento da institucionalização. De acordo com Alarcão (2000) a intervenção, na maior parte das vezes, não atende a um trabalho de reflexão conjunta sobre os problemas a resolver nem sobre as dificuldades a equacionar, não atendendo à globalidade nem à complexidade das situações nem dos participantes.

Daí a necessidade de se perceber a eficácia destas intervenções, a necessidade das intervenções se centrarem em objectivos de eficácia e de qualidade, de se implementarem programas de intervenção parental, mas sobretudo a necessidade de se avaliarem esses mesmos programas no sentido de compreender o que é que de facto falha nestas intervenções. O objectivo primordial destas intervenções é que as famílias reúnam as condições necessárias ao bom exercício da parentalidade para promover a manutenção da criança na sua família biológica, mas neste caso em particular, serviram apenas para adiar o que foi inevitável, a institucionalização destas crianças e jovens. Torna-se fundamental repensar as intervenções, sendo que essa transformação terá de se efectuar de forma a contemplar diversos níveis, nomeadamente a compreensão do funcionamento e estrutura das famílias, a reformulação das estratégias de intervenção e as políticas sociais que organizam os apoios disponíveis (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

A intervenção com famílias negligentes implica um conjunto de estratégias que respondam ao problema, mas também aos restantes factores de risco associados a estas famílias. A prevenção da negligência e dos maus-tratos infantis devem iniciar-se com intervenções a vários níveis que permitam adquirir competências parentais, estratégias de intervenção que permitam uma assistência contínua as famílias no suprimento das

suas necessidades. Alarcão (2000) refere que o facto de estas famílias aglutinarem vários problemas, com vários elementos da família, justifica que sejam normalmente assistidas por uma corte de serviços, num equilíbrio inter-sistémico que tem que ser considerado para que os próprios comportamentos e relações evidenciadas ganhem sentido.

Em Portugal, as famílias que se encontram numa situação de vulnerabilidade social, são acompanhadas no âmbito do programa do Rendimento Social de Inserção, acompanhamento este que é efectuado por um técnico gestor do caso ao abrigo de um programa de inserção assinado por ambas as partes. Esta intervenção na maioria das vezes não é mais que uma intervenção de natureza assistencialista, não se caracterizando, numa intervenção específica que para além das outras mudanças, nomeadamente mudança ao nível de recursos económicos nem sempre contempla o trabalho das competências parentais para que se promova um adequado desenvolvimento parental e diminuir, assim, os eventuais perigos a que as crianças possam estar expostas.

Sabemos que as famílias que se encontram numa situação de vulnerabilidade social, com o actual cenário sócio-económico vêm acentuados os seus problemas, aumentando, o número de famílias que Alarcão (2000) define como multidesafiadas, onde se evidencia claramente a falta de recursos a todos os níveis. Deste modo, sobressai a necessidade de investirmos cada vez mais nesta intervenção social que se centra na prevenção da institucionalização. Uma intervenção que ajude a alterar as condições objectivas, mas que sobretudo promove a aquisição de competências e de conhecimentos indispensáveis ao bom exercício da parentalidade. Para as ajudar a ganhar controlo sobre as suas vidas, os profissionais tem de as apoiar na resolução dos problemas, sendo para tal fundamental activar as suas competências (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

O cerne da questão está em trabalhar as famílias antes da institucionalização, queremos com isto dizer que devemos apostar numa intervenção antes da institucionalização como forma de a evitar. Com foi possível observar através dos dados expostos um número significativo de famílias foram intervencionadas antes da institucionalização, mas essa intervenção não surtiu efeito. Após a institucionalização irá, então, decorrer um processo de acompanhamento e de trabalho com a família para que a reunificação familiar se concretize. De facto, se já se conheciam as necessidades

da família antes, porque não se centram as intervenções na resolução dos problemas que promovem a maioria das institucionalizações?

Se identificamos os problemas que causam a maioria das institucionalizações e se temos as famílias identificadas porque não se intervêm sobre estas famílias? Se são famílias que apresentam carências e fragilidades, sabemos à partida que numa situação de maior vulnerabilidade expõem às crianças à situação consideradas de risco. Segundo Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) “As famílias vulneráveis são mais frágeis e têm menos recursos; portanto, na presença de factores de risco têm mais probabilidades de desenvolver comportamentos desajustados” (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007, p.18).

Assim, é necessário que a intervenção se centre nos reais problemas que estas famílias apresentam e que Alarcão (2000) define como famílias multiproblemáticas que são famílias isoladas, famílias que se isolam em relação à família extensa e ao contexto social, e esta é uma das fragilidades que facilmente identificamos nas famílias que foram alvo do presente estudo. Para além disso, são famílias que não possuem qualquer tipo de apoio extra-familiar, nomeadamente nas fases mais críticas do seu percurso familiar. São famílias excluídas, famílias sub-organizadas, outra das características que está presente na maioria das famílias que analisamos onde se evidenciam as suas características disfuncionais no seu plano estrutural, devidas a graves lacunas ou carências no desempenho dos papéis parentais (Alarcão 2000). Por fim, apresentam-se como famílias associas, onde mostram problemas de comportamento anti-social e famílias que se caracterizam como sendo desorganizadas, caos comunicacional que evidencia e reforça a desordem relacional e a desorganização estrutural.

Os vários problemas a que estas famílias e crianças estão expostas e as necessidades que apresentam impõem cada vez mais lógicas de intervenção estruturadas. Não podendo os programas de formação parental obedecer a um modelo estandardizado, são necessários programas com um acompanhamento mais personalizado que respondam às necessidades específicas de cada família.

A complexidade do funcionamento das estruturas familiares obriga os profissionais na busca de respostas cada vez mais eficazes que dêem primazia a preservação familiar e que auxiliem as crianças e as famílias na sua protecção. Pois as intervenções que se caracterizam como sendo de carácter generalista ao nível da formação parental podem não corresponder às necessidades particulares de cada família.

E as consequências destas práticas são a perpetuação do risco a que as crianças estão expostas, as lacunas que algumas famílias apresentam são o reflexo das lacunas que as próprias intervenções têm ao nível da formação parental. De facto, a negligência parental é um fenómeno complexo e, para além disso, um desafio que exige que cada vez mais que estas intervenções se assumam como verdadeiramente eficazes.

Neste primeiro momento focamos as intervenções que se realizaram com as famílias antes da institucionalização, bem como a sua percentagem de insucesso. Verificamos, no nosso caso em particular, que as intervenções na maioria dos casos não cumprem o objectivo a que se propõem que é a manutenção da criança na família de origem, na maioria dos casos a institucionalização foi inevitável. Uma aposta séria nestas intervenções seria mais benéfico para todos, na medida em que evitava a retirada da criança e evitava todo o trabalho de reunificação que é realizado depois. Esse trabalho poderia ser realizado antes, poupando a criança do difícil e doloroso processo que é a retirada da família biológica, que se vê obrigada a sofrer uma ruptura com aqueles que são os seus significativos, com o seu contexto de origem para enfrentar um novo contexto, com novas regras, novos hábitos, novos rostos e que para além disso se vê privada de um direito fundamental o de viver numa família.

Sabemos que a partir do momento que uma criança ou jovem entra numa instituição o seu futuro começa naquele momento a caracterizar-se pela incerteza, incertezas que colocam, na maioria das vezes, aquelas crianças num sofrimento emocional e numa situação de vazio afectivo, então, a forma de evitarmos estes problemas passaria por uma aposta de qualidade nas intervenções.

Para além deste problema, enfrentamos um outro, a Lei Portuguesa estabelece que uma criança quando tem de ser separada temporariamente da sua família deveria preferencialmente ser colocada noutra família, seja de acolhimento ou seja de adopção, de acordo com o caso. Segundo a Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, as alternativas familiares deveriam ser privilegiadas face à institucionalização, tendo em conta que todos nós precisamos de uma figura afectiva e significativa, de uma atenção e de uma presença significativamente forte que nas instituições devido à massificação e a rotatividade dos horários dos profissionais não se consegue ter. Através da nossa inserção no terreno e através da convivência com estas crianças foi possível perceber que aquelas que já não recebiam visitas das suas famílias idealizavam ter uma família, o desejo de se sentirem pertencentes alguém é uma constante na vida destas crianças e é

notório nos seus discursos. Strecht (2001) refere que o sentimento de pertença, de se ser amado constitui um dos sentimentos fundamentais para se crescer de forma saudável.

Contudo, no caso das crianças que foram alvo deste estudo isso não se verificou, saíram da família para o acolhimento institucional. Verificamos que das trinta e três crianças que observamos apenas uma saiu da instituição para acolhimento familiar. Assim como, quando fizemos uma breve reflexão sobre o panorama do sistema nacional de protecção através do relatório CASA, observamos que uma pequena minoria de crianças e jovens quando são separadas das suas famílias conseguem ficar acolhidos numa família de acolhimento, face ao número de crianças que se encontram acolhidas em instituições que é de facto um número bastante superior. Assim, podemos inferir que o Sistema de Protecção Português não seguiu o caminho de boas práticas, não cumprindo assim os objectivos que a Lei dita.

Neste contexto, parece-nos que uma das soluções para diminuirmos o número de crianças que temos todos os anos em acolhimento institucional passaria por um aposta mais séria, mais consciente e coerente nestas intervenções com as famílias antes da institucionalização. Para além disso, que outras alternativas fossem privilegiadas em relação a esta resposta. Que privilegiassem mais as medidas de colocação em meio natural de vida, nomeadamente o acolhimento familiar. Na perspectiva de Leandro, Alvarez, Cordeiro e Carvalho (2006) as Comissões e os Tribunais deveriam privilegiar as medidas em meio natural de vida.

Apesar de se defender que a institucionalização deve ser sempre a última alternativa, a análise do relatório CASA deu-nos a conhecer o número significativo de crianças e jovens que se encontram em acolhimento institucional, o que nos levar a crer que afinal a institucionalização é a primeira alternativa. Se encarássemos de facto a institucionalização como a última alternativa, se estivéssemos conscientes das fragilidades que apresentam as instituições que se repercutem no desenvolvimento das crianças e jovens, não estaríamos perante estes números.

O processo de institucionalização comporta riscos, as instituições garantem de facto a satisfação das necessidades básicas, mas por exemplo no que respeita ao estabelecimento de relações verdadeiramente significativas e de uma atenção individualizada não cumprem com o seu papel. A institucionalização retira as crianças de uma situação de risco, mas na maioria dos casos comporta outros riscos, e acabam por romper com o efeito pretendido como medida de promoção e de protecção da

criança, pois proteger não significa apenas retirar a criança da situação de perigo e garantir apenas a satisfação das necessidades indispensáveis à sobrevivência, proteger significa promover que a criança se desenvolva integralmente de forma harmoniosa.

Neste sentido, se estivéssemos verdadeiramente conscientes destes riscos encarávamos efectivamente a institucionalização de forma mais séria e trabalhávamos todas as alternativas a esta medida. É essencial repensar e mobilizar todos os recursos necessários antes da institucionalização.

De seguida pretendemos analisar os projectos de vida dos menores que foram encaminhados para a adopção e esperam acolhidos por uma nova família. Importa, perceber quem são estes menores, que medidas foram aplicadas antes da institucionalização e quanto tempo esperam acolhidos. Procuramos também identificar algumas dificuldades que as equipas técnicas enfrentaram no processo de intervenção com as famílias, mas também é nossa pretensão dar a conhecer algumas fragilidades que a intervenção realizada com as famílias apresenta.

2.1 - Os menores que foram encaminhados para a adopção

O que pretendemos de algum modo é analisar a forma como a decisão chave foi feita, identificando os principais factores que foram levados em conta para que os menores desta amostra não voltassem para casa e fossem definitivamente encaminhados para a adopção.

Após a caracterização dos menores que vão para a adopção, podemos concluir que estes menores são encaminhados para a adopção por razões que não se centram nas suas características pessoais, até porque não podemos considerar que existe um perfil traçado dos menores que são encaminhados para a adopção. São encaminhados os menores que não apresentam problemas e os menores que apresentam necessidades especiais e problemas a vários níveis. Contudo, parece que as razões se centram essencialmente nas características dos progenitores e no seu empenho para que a reunificação familiar se concretizasse.

O primeiro objectivo da instituição após o acolhimento das crianças e jovens passa por trabalhar a família para que as crianças possam regressar à sua família de origem. Assim, num trabalho conjunto com outras instituições, as instituições de acolhimento procuram auxiliar estas famílias na superação dos problemas e na aquisição

de competências. Neste trabalho com as famílias, são vários os problemas que as equipas técnicas enfrentam, pois os problemas que estas famílias apresentam são múltiplos, são famílias multiproblemáticas ou multiassistidas (Sousa, 2005). A designação de família multiproblemática surge no final dos anos 50, sendo que esta designação agrupava famílias de baixo nível sócio-económico, geralmente no limiar da pobreza, socialmente marginalizadas e com problemas graves de alcoolismo, toxicod dependência, delinquência, maus-tratos e abandono de crianças (Alarcão, 2000).

Recorremos a esta designação, pois é possível observar que as famílias que foram alvo do nosso estudo são na sua maioria progenitores que apresentam uma dependência de longo prazo de prestações sociais, com trajectórias marcadas pelo desempenho de actividades pouco diferenciadas e de curta duração, com problemas relacionados com a toxicod dependência, consumo de álcool, maus-tratos, violência e delinquência. Nestas famílias é possível, sem grandes dificuldades, elencar um conjunto de problemas de longa duração que dificultam seriamente a reunificação familiar. Para além disso, sobressaem, ainda, problemas relacionados com um desempenho cognitivo médio inferior e as dificuldades económicas severas assumem um peso bastante significativo. Estas famílias não se definem pela presença de um só sintoma, mas sim por uma série de problemas que afectam um número indeterminado de elementos, em margens qualitativa e quantitativamente muito amplas (Alarcão, 2000).

Para além disso, podemos observar que estas famílias revelam ao longo da intervenção dificuldades em projectar o seu futuro e o regresso dos seus filhos, sentindo-se, em alguns casos, incapazes de cuidar deles. Além de existir uma clara privação económica e cultural nestas famílias, a falta de competências amplia os problemas e reduz a capacidade de busca de respostas eficazes. Neste contexto, as intervenções que se realizam com as famílias após o acolhimento dos menores assume um papel fundamental para que o processo de reunificação se possa processar. De acordo com Sousa (2005) uma das dificuldades dos técnicos é identificar competências para activar nestas famílias, as avaliações que tecem centram-se nos aspectos negativos tornando impossível perscrutar circunstâncias positivas. A primeira avaliação deve contemplar as potencialidades e as competências.

Não podemos negar que o sucesso das intervenções depende dos problemas e das características que as famílias apresentam, mas dependem também em larga medida do tipo de intervenção que se desenvolve com as famílias e do próprio empenho das

várias instituições neste processo de reunificação. De acordo com o vimos no relatório CASA só se consegue alcançar o sucesso através de boas práticas, multidisciplinares e interinstitucionais assentes em modelos de organização e funcionamento ditados pela ética da responsabilidade e qualidade.

Um ponto importante a destacar refere-se aquilo que Alarcão (2000) define como atitude substitutiva dos profissionais que pode não conduzir ao desenvolvimento de competências por parte das famílias, pode, ainda, favorecer a desresponsabilização por parte das mesmas, assim, como pode diminuir uma auto-estima que muitas vezes já é reduzida. O facto de os menores se encontrarem à responsabilidade de uma instituição e aos cuidados dos profissionais pode conduzir a que os pais não assumam a responsabilidade de pais como sua. Pois tem quem dos seus filhos cuide, o que pode levar a que não se envolvam e não se empenhem de forma séria no processo de reunificação, nem encarem a reunificação como um processo que exige uma real mudança de todas as suas condições de vida e a aquisição de competências.

Desta forma, torna-se imperioso que num primeiro momento da intervenção se clarifique qual é o papel dos pais bem como as responsabilidades que lhe estão subjacentes, assim como se deve dar ênfase a importância do seu papel na vida dos seus filhos, encorajando-os neste processo elevando a sua auto-estima. De acordo com Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) os profissionais tendem assumir uma atitude substitutiva que pode conduzir a família a uma postura passiva. Os profissionais colocam a família numa postura de incompetência, que pode ser assumida pela família.

Vimos, ainda, na Lei de Protecção que a intervenção deveria obedecer a determinados princípios orientadores, de destacar que um desses princípios se refere à responsabilidade parental, que expressa claramente que a intervenção deve ser realizada para que os pais não se esqueçam e assumam os deveres para com a criança.

Uma característica importante e que foi possível observar nas famílias é a evidente falta de retaguarda familiar que estas famílias apresentam, é de facto uma característica comum à maioria das famílias e que se constitui como uma característica importante, pois dificulta o processo de reunificação. São famílias que se vêm sozinhas na educação dos seus filhos e não podem contar com a ajuda de familiares. Algumas desconhecem o paradeiro dos seus familiares e na maioria dos casos os restantes familiares não se podem configurar como retaguarda familiar, uma vez que também enfrentam problemas e não podem ser uma referência. Ora tal como refere Alarcão,

(2000) “*o ecossistema destas famílias (família alargada, os vizinhos, os conhecidos, os amigos, as instituições, os grupos de voluntários), estimulado pela espectacularidade dos seus problemas e das suas dificuldades, também desenvolve mecanismos compensatórios que podem constituir um importante recurso para a intervenção, desde que não sejam aproveitados para diminuir as competências da família mas antes para alargá-las e implementá-la*” (Alarcão, 2000, p.321). Seria importante que estas famílias pudessem beneficiar de uma ajuda, uma ajuda que não as desresponsabilizasse, pelo contrário, que as ajudasse a responsabilizar no que à educação dos seus filhos diz respeito, diríamos que as ajudasse a uma (re)aprendizagem do seu papel e que esta ajuda fosse efectivamente um suporte.

Deparamo-nos com outro problema, a falta de condições, e as condições deficitárias em que vivem estas famílias caracterizadas pela precariedade de todas as suas condições de existência. Os problemas habitacionais, nestas famílias ajudam a constituir também a face mais visível da pobreza e da exclusão (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

Contudo, não basta alterar as condições objectivas, não basta apoiar apenas economicamente estas famílias, mas do que isso é necessário dotá-las de competências que permitam gerir adequadamente a sua vida. Porque é verdade que a precariedade das suas condições de vida ajudam a ditar a negligência, mas também não é menos verdade que na maioria dos casos não é apenas a falta de recursos económicos. “A miséria e a precariedade em que vivem a maioria destas famílias é um espelho fiel da desorganização relacional e da amálgama emocional em que vivem os seus elementos” (Alarcão, 2000, p. 325). Auxiliar economicamente estas famílias resolve uma parte do problema, mas não resolve o problema no seu todo. As condições deficitárias em que vivem não se relacionam apenas com a falta de recursos económicos, mas também na evidente desorganização da vida que estas famílias apresentam, desorganização que se reflecte também nos espaços onde vivem que são espaços sem qualquer valor relacional (Alarcão, 2000).

Da caracterização que obtivemos destas famílias foi possível verificar que a maioria destes menores antes do seu acolhimento institucional teve medida de apoio junto dos pais, e algumas destas famílias receberam inúmeros apoios. No entanto todas as intervenções falharam e os menores permanecem em acolhimento sem que o seu regresso à casa seja possível e esperam acolhidos por uma nova família. Isto vem de alguma forma provar o que acabamos de referir no parágrafo anterior, não basta só ajudar estas famílias ao nível de recursos económicos, é preciso ajudá-las adquirir

competências que as ajudam a gerir os recursos de que dispõem, pois são visíveis as dificuldades que têm muitas vezes em gerir o dinheiro e em definir prioridades para os gastos. Em casa até podem faltar produtos considerados como essenciais à satisfação das necessidades básicas, mas existem muitas vezes inúmeros objectos que não são de primeira necessidade, que até podem ser pouco utilizados, mas que são efectivamente muito desejados (Alarcão, 2000).

É essencial que a intervenção não se limite nem se centre apenas na alteração das condições de vida, mas sobretudo que vá mais além e que seja uma intervenção capaz de promover aprendizagens importantes que estas famílias antes não tiveram oportunidades de realizar. Este constitui talvez o ponto mais importante da intervenção e talvez o mais difícil, diríamos e tal como refere Alarcão (2000) apesar dos serviços em conjunto coexistirem numa ajuda que pretendem dar as famílias mas que na verdade não co evoluem no processo de transformação e de crescimento destas famílias, assim elas passam a ser meras espectadoras do seu processo e não atoras. Significa que na maior parte das vezes a intervenção não se centra num trabalho de reflexão conjunta sobre os problemas a resolver. Não basta que a equipa técnica identifique os problemas e diga à família que são aqueles os problemas a resolver, é necessário que os técnicos promovam a (re)socialização destas famílias porque na verdade estas famílias na sua maioria distanciam-se da cultura e dos valores dominantes. Assim, é necessário que (re) aprendam esses valores e normas sociais, mas que sejam atoras neste processo de aprendizagem, pois só assim se podem efectuar aprendizagens.

De facto, a reunificação familiar revela-se um processo difícil, por um lado estamos perante famílias que apresentam uma série de problemas de longa duração, por outro lado porque talvez as intervenções não atendam a globalidade nem a complexidade das situações. E porque existe um trabalho deficitário entre as diferentes instituições que intervêm nos processos de reunificação, era necessário a realização de encontros inter-institucionais para aumentar a eficácia da intervenção de cada instituição e de cada técnico. No trabalho com as famílias verificamos que a comunicação entre as diferentes instituições é na maioria das vezes feitas através da troca de mensagens pelo computador ou via telefone, não há um encontro em que todos se possam sentar e trazer à mesa os problemas que conjuntamente são necessários resolver. Sousa (2005) refere que no caso das famílias multiproblemáticas é fácil o desenvolvimento de problemas iatrogénicos, sobretudo porque envolve a intervenção de vários técnicos e instituições,

cada um olhando e tratando individualmente os problemas identificados. Esta dificuldade de articulação e coordenação cria confusão na família e entre os próprios técnicos o que conduz a uma limitação dos resultados e, pode constituir mais um foco de problemas.

Tendo em conta todas estas adversidades que se encontram ao longo do processo de reunificação temos as crianças e jovens que permanecem muito tempo em acolhimento institucional, e isto parece-nos um aspecto fulcral tendo em conta que do que aqui falamos é de um centro de acolhimento temporário, e tal como o próprio nome indica de um acolhimento que prevê uma solução quanto mais rápida melhor, porque caso contrário podemos cair numa falsa institucionalização. Conforme tivemos a possibilidade de verificar anteriormente na Lei nº 147/99 de 1 de Setembro que prevê que o acolhimento de curta duração ocorre nos Centros de Acolhimento Temporário, sendo que este acolhimento não deve ultrapassar os seis meses a não ser por razões justificativas seja previsível o retorno à família.

Como podemos verificar, nestes casos o retorno a família não foi possível e atrevemo-nos a dizer que talvez não chegou a ser previsível. A maioria destas crianças que tem como projecto de vida a adopção as suas famílias foram antes da sua institucionalização apoiadas, mas estes apoios e as intervenções a que algumas foram sujeitas não foram capazes de evitar a institucionalização. Além dos meios que foram mobilizados para evitar a institucionalização, após a institucionalização o processo de reunificação revelou-se também ele impossível de se concretizar, e desta forma, estas crianças permanecem em acolhimento. A maioria destes menores está acolhido á cerca de 2 anos, e à medida que o tempo passa tudo se torna mais difícil, mais difícil para o menor, mais difícil para o processo de adopção e até mesmo para se encontrar uma alternativa familiar.

Sem dúvida que uma das situações que prolonga o acolhimento é o prognóstico da reunificação, e que muitas vezes acaba numa situação indefinida, deste modo é legítimo questionar sobre quanto tempo devemos esperar por uma reunificação familiar? É verdade e tendo em conta aquilo que referimos anteriormente acerca das características e dos problemas que apresentam as famílias que analisamos, é natural que este processo demore até que seja possível que uma família reúna as condições necessárias e as competências indispensáveis à educação dos seus filhos.

Mas também não podemos deixar de referir em momento algum as experiências

negativas pelas quais passaram estas crianças e jovens enquanto se tentou a reunificação familiar, pois criaram-se falsas expectativas em relação à reunificação e estas falsas expectativas trouxeram consequências, entre as consequências destacam-se condutas inadequadas, tristeza, ansiedade, nervosismo e situações de “vazio afectivo”. A rejeição, a ausência, o vazio, são do mais difícil para uma criança poder digerir (Strecht, 2001). Temos casos em que o processo de reunificação foi tentado até ao seu limite e acabou por não se concretizar, crianças que esperaram entre dois anos a três anos e meio para que o processo de reunificação fosse possível. É certo que não se alteram assim as condições de vida de uma família de um momento para o outro, mas também é certo que temos de ter em conta o tempo que consideramos razoável esperar por uma reunificação.

Não podemos esquecer que a par deste processo temos uma criança que espera, que desespera e que cresce. E à medida que vai crescendo mais difícil será para ela perceber porque este processo tão importante da vida dela falhou, assim, como será difícil integrar esta criança numa nova família, será difícil este processo de luto que terá que fazer em relação à sua família de origem. Para além disso, e como tivemos a oportunidade de verificar anteriormente quando procedemos a análise do relatório CASA que não nos faz esquecer de um dado importante, que existe uma relação directa entre o avanço das idades e o tempo de permanência. Constata-se que à medida que prolongamos o acolhimento as idades avançam e depois não se consegue fugir a uma institucionalização na medida em que será difícil encontrar uma nova família para estas crianças, pois foi possível observar no relatório que as crianças mais novas são as que permanecem menos tempo em acolhimento encontrando uma nova família.

De facto, o processo de reunificação caracteriza-se como sendo um processo difícil para todos os seus intervenientes, não só um processo difícil para a família, mas também para os técnicos e sobretudo para a criança. Temos o caso particular de um menor que esperou três anos e meio para que o regresso à casa fosse possível, a reunificação foi trabalhada até ao seu limite. Os contactos com a mãe eram frequentes e as idas à casa ao fim de semana, até ao momento em que afinal esse regresso tão idealizado por este menor acabou por não acontecer. Acabou por ser encaminhado para a adopção e explicar todo este processo a este menor que tinha actualmente sete anos de idade foi um processo difícil e doloroso. O processo de luto em relação à mãe biológica estava a ser um processo complicado e os técnicos tinham consciência que este menor

precisava de uma família especial que o ajudasse a superar a situação de vazio afectivo e os efeitos nefastos que esta reunificação causou.

Não podemos esquecer que a intervenção se deve basear numa identificação de objectivos, prazos e consequências. Apoiar as famílias, tomar decisões mais rápidas para reduzir a probabilidade de danificar mais as crianças, porque é necessário nos lembrarmos sempre que no desenrolar de todo este processo há uma criança que cria expectativas, que idealiza o regresso à casa e quanto mais demora este processo de reunificação mais consequências trará para a criança ou jovem. No caso das crianças com idades mais avançadas quando o processo de reunificação falha é um momento e uma perda vivida de forma mais dolorosa e só encontrando uma figura verdadeiramente significativa e de apego que os acarinhe e que os ame é que pode ajudar a ultrapassar as suas perdas. Nestas crianças, o trabalho à volta das questões da separação, perda e sentimento de pertença são fundamentais. “A contenção e a reparação destas feridas num meio terapêutico subsistem como a base para poder «perdoar» e «esquecer» as suas dramáticas experiências de vida” (Strecht, 2000, p.77).

Neste contexto e, ainda, fazendo uma análise daquelas crianças e jovens que tem como projecto de vida a adopção temos algumas situações que também merecem especial atenção, que é o caso das crianças e jovens que apresentam necessidades especiais. Verifica-se que permanecem há anos acolhidos na instituição à espera de uma resposta adequada às suas necessidades, são menores cujo projecto de vida proposto passou pela adopção. De referir, que estes projectos de vida encontram-se decididos pelo tribunal, mas que até ao momento foi impossível concretizar atendendo às especificidades e características que estas crianças apresentam.

São crianças que tal como todas as outras tem direito a crescer numa família, direito este que muitas vezes é negado por serem crianças que apresentam características especiais e que as famílias que pretendem adoptar não se mostram disponíveis para adoptar crianças com este tipo de problemas. Desta forma, podemos considerar que a decisão destes projectos de vida parece uma decisão desajustada a estas crianças e jovens, uma decisão que foi tomada diríamos que com alguma leveza e sem muita consciência da realidade. “O sistema jurídico carece de rapidez necessária para proteger enquanto é tempo, oferecendo alternativas sensatas à devastação de que muitas crianças e adolescentes são vítimas” (Strecht, 2001, p. 54).

Hoje, os técnicos assumem que o projecto de vida destas crianças passa pela

colocação numa instituição de carácter permanente, tendo em conta que são crianças e jovens que dependem do cuidado de terceiros. Desta forma, permanecem em acolhimento e pela idade que apresentam já não deveriam estar acolhidas no centro de acolhimento temporário, uma vez que o centro de acolhimento só deve acolher crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos de idade.

O acolhimento para estas crianças de temporário teve muito pouco e, portanto, o que verificamos é que a instituição não está adaptada às suas necessidades, de uma forma gravosa não favorece em nada o seu desenvolvimento. É notório que estas crianças não se encontram devidamente integradas nas actividades que se desenrolam no contexto institucional, é notória a falta de preparação e de formação dos profissionais para lidar com as mesmas. Estas falhas e falta de respostas conduzem a que se agravem os problemas, conduz a que os seus atrasos ao nível de desenvolvimento global se acentuem de forma séria. Crescem num contexto que cada vez mais tem menos para lhe oferecer a não ser, não estarem expostas ao perigo e verem as suas necessidades básicas garantidas. De resto tudo a que teriam direito fica seriamente comprometido, vêm o direito de crescer numa família negado e mais grave que isso crescem num contexto que se vê incapaz de lhe garantir uma educação que promova as suas capacidades e que diminua as suas dificuldades. De acordo com Strecht (2000) sem condições exteriores adequadas e verdadeiramente estimulantes as crianças terão sérias dificuldades em desenvolver qualquer das suas aptidões.

Talvez se o projecto de vida não tivesse passado pela adopção e sim pela colocação numa instituição de carácter permanente, talvez teria sido mais fácil em idades menos avançadas encontrar uma instituição que pudesse dar resposta às necessidades destas crianças e jovens e não se teria adiado de forma comprometedora o seu futuro. Porque a verdade é que à medida que o tempo foi passando estas crianças foram crescendo e os seus problemas foram se agravando, e hoje a instituição enfrenta um enorme desafio na busca de respostas.

O que estas crianças necessitam é de uma dedicação individualizada, de um compromisso pessoal, e de uma presença e uma disponibilidade que a instituição não é capaz de proporcionar. São muitas as crianças ali acolhidas, são poucos as assistentes operacionais, é pouca a formação, tudo constitui um verdadeiro entrave ao seu desenvolvimento. Mas este não é só um sentimento partilhado por nós que observamos as dinâmicas da instituição é também um sentimento partilhados por todos os que destas

crianças e jovens cuidam.

De facto, temos os progenitores que deles não souberam cuidar e falharam no seu papel e de quem em segunda linha, neste caso o CAT, devia cuidar, proteger, assegurar o bem-estar e promover o desenvolvimento integral e que sê vê incapaz de o fazer de forma responsável.

2.2 - A reunificação Familiar

As decisões para a reunificação familiar exigem uma intervenção e uma avaliação cuidada. Não podemos esquecer os riscos associados à reunificação familiar quando se trata de crianças que foram gravemente negligenciadas e que sofreram maus-tratos. Que quando regressam à família podem eventualmente ser novamente vítimas de negligência e de maus-tratos e do que irá implicar para estas crianças e jovens uma nova retirada e sucessivamente uma nova institucionalização.

Sabemos que as crianças que foram negligenciadas e maltratadas que voltam para casa podem sofrer mais maus-tratos, assim sendo o foco na segurança da criança e na clara evidência de mudança da família assume uma importância central. As decisões para a reunificação não devem ocorrer sem uma avaliação cuidada e sem evidências de mudança positiva e sustentada nas práticas parentais que foram alvo de preocupação. A reunificação deve ser bem planeada e para além das alterações das condições de vida, surge um factor mais importante que é se as famílias adquiriram as competências necessárias ao bom exercício da parentalidade.

Para além disso, surge um aspecto importante que é a questão do tempo que as crianças aguardam até que a reunificação familiar se concretize. Tendo em conta que o nosso estudo se centra num centro de acolhimento temporário e, uma vez que, o tempo de permanência não deve exceder os seis meses, cabe-nos questionar sobre quanto tempo em média é necessário para que a reunificação familiar se concretize? Da análise que realizamos sobre as famílias que foram contempladas no nosso estudo foi possível concluir que os processos de reunificação demoraram em média 2 anos. Como podemos verificar este tempo foi seriamente excedido, foi excedido para que a reunificação se pudesse efectivamente concretizar e o mesmo aconteceu no caso dos menores que foram encaminhados para a adopção tal como verificamos anteriormente. Podemos concluir que o prazo que a Lei prevê do tempo de permanência das crianças e jovens nestes centros de acolhimento revela-se verdadeiramente impossível de cumprir

independentemente do projecto de vida, ou estamos perante um desajustamento da Lei em relação à realidade dos Centros de Acolhimento Temporário, ou estamos perante uma falha no trabalho que as instituições desempenham na definição dos projectos de vida.

Verificamos, ainda, que dos trinta e três menores que fizeram parte do nosso estudo apenas seis tiveram oportunidade de regressar à sua família de origem. Destes seis casos, temos dois menores cujo processo de reunificação está prestes a falhar e começa-se a idealizar uma nova institucionalização

2.2.1- Casos de insucesso²

Primeiro caso

O primeiro caso refere-se a uma menor que tem actualmente seis anos de idade e que regressou à sua família de origem. Antes da institucionalização os progenitores apresentavam problemas relacionados com o consumo de álcool motivo que originou a retirada da menor. Os mesmos encontravam-se constantemente alcoolizados podendo colocar em perigo a vida da própria filha. Verificava-se, ainda, a existência de desacatos familiares, sendo que estes episódios de violência ocorriam na presença da menor. O progenitor encontrava-se na altura desempregado e a progenitora trabalhava numa empresa que presta serviços de limpeza.

Ao longo da intervenção fizeram uma evolução positiva a todos os níveis, passando a frequentar assiduamente um programa de desintoxicação. A interacção com os técnicos da instituição era bastante positiva e colaboraram sempre com as orientações que lhe eram prestadas. Enquanto a menor se encontrava institucionalizada os progenitores foram novamente pais, mas este menor ficou com medida de apoio junto dos pais, tendo em conta a evolução positiva e não existiam sinais de que o menor se encontrava numa situação de risco.

Assim, foram reunidas as condições para que a reunificação familiar se concretizasse. No entanto e apesar do processo desta menor se encontrar arquivado, a

²Consideramos que são casos que começam a dar os primeiros sinais de insucesso na medida em que os problemas que originaram a retirada voltam a surgir após a reunificação familiar. Parece que a intervenção realizada com estas famílias não conseguiu resolver os problemas na sua plenitude. Alguns dos problemas aqui identificados exigem uma intervenção e uma resposta que as equipas técnicas nem sempre são capazes de dar.

técnica da área de residência desta família que acompanhou o processo foi informada de uma preocupação por parte da educadora de infância, pois o progenitor tem ido buscar a menor à escola alcoolizado e o processo poderá ser novamente reaberto.

De facto, infelizmente nem todas as reunificações são de sucesso. Sabemos que intervenções insuficientes podem eventualmente repercutir-se no sucesso das reunificações. Contudo, algumas famílias apresentam problemas que escapam ao controlo dos técnicos e que dependem em larga medida dos problemas que os progenitores são capazes de superar definitivamente ou não, como é o caso do consumo do álcool. Claro que também depende da qualidade do acompanhamento que é feito à família mesmo quando o menor regressa ao agregado, porque nestes casos este acompanhamento é indispensável.

Neste caso em concreto, temos aqui uma progenitora que não teve recaídas e que segundo a técnica está bastante consciente de que não quer perder a filha. No entanto o progenitor voltou a ter recaída, quando se tratam de problemas relacionados com o consumo do álcool ou da toxicodependência são problemas que escapam ao controle dos técnicos e que exigem um acompanhamento redobrado mesmo quando o menor regressa ao agregado.

Segundo caso

O segundo caso refere-se a um menor que tem actualmente 16 anos de idade e que regressou para junto da mãe. Antes da institucionalização, na sequência de episódios de violência doméstica e maus-tratos a progenitora abandonou o lar e levou consigo o filho menor, sendo então aplicada a medida de apoio junto da mãe.

Segundo os relatórios esta progenitora apresentava grande desgaste emocional, devido a um ambiente familiar desestruturado e muito violento. No entanto, apesar da aplicação desta medida e do afastamento do progenitor, a progenitora viu-se incapaz de controlar os comportamentos do menor, pois fazia consumos regulares de substâncias psicoactivas e apresentava comportamentos delinquentes, para além das agressões quer físicas quer verbais que exercia sobre a progenitora. Este menor apresentava comportamentos desajustados decorrentes da instabilidade que viveu e a progenitora tendo consciência da sua impotência para o educar comunicou a CPCJ e procedeu-se a institucionalização do menor.

Este menor esteve acolhido cerca de um ano e meio. O processo de reunificação correu bem sem grandes constrangimentos. Estávamos perante uma progenitora sempre disponível a cumprir com as orientações que lhe eram prestadas, visitava com frequência o menor nutrindo uma relação de grande afecto. Na instituição os comportamentos do menor começaram a organizar-se, obtendo sempre bons resultados escolares, era referido pelos técnicos como o melhor aluno que já tinha passado pela instituição até então.

Assim, o menor regressou para junto da mãe e inicialmente o processo de reunificação corria bem. Contudo, os comportamentos do menor começam novamente a tornarem-se desorganizados. Na escola o seu comportamento alterou-se e tornou-se mais agitado e conflituoso com os colegas, as faltas as aulas são uma constante e deixou de frequentar as consultas de psicologia. Tem passado os fins-de-semana com o progenitor que apresenta problemas relacionados com o consumo do álcool e que exercia violência sobre a progenitora e com um irmão maior de idade que apresenta problemas relacionados com a toxicodependência. A progenitora começa a temer pelo futuro, pois considera que o convívio com o progenitor e o irmão não são de facto uma boa influência para o menor.

No entanto, a progenitora parece também estar a fraquejar relativamente a autonomização do marido, além disso, o menor é também pressionado por parte do progenitor para regressar à casa deste. Ao longo da intervenção projectou sempre um percurso de vida minimamente estruturado para o seu futuro com o seu filho e encontrava-se á quatro anos separada do progenitor, mas neste momento esta a fraquejar quanto à sua independência, talvez porque quando o menor regressou ao agregado, esta ficou desempregada. Assim, esta reunificação começa apresentar os primeiros sinais de insucesso.

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem”

Bertolt Brecht

3- Factores críticos nos processos de reunificação familiar

O ciclo vital de uma família passa por momentos de adaptação, por mudanças ao nível familiar e ao nível do contexto envolvente, estas transformações exigem novas respostas e requerem mudanças nas pessoas, na forma de se relacionar com os problemas que surgem e na utilização dos recursos existentes. Ao longo do ciclo da vida vai sendo exigido ao indivíduo sucessivas adaptações às diferentes circunstâncias que vão surgindo. E é aqui que a intervenção deve assentar preparar as pessoas para os problemas que podem eventualmente surgir, não basta que a intervenção se centre em resolver os problemas pelas famílias, é necessário activar as competências para que elas sejam activas na resolução dos seus próprios problemas. Segundo Sousa (2005) “ *A valorização da competência é uma estratégia de capacitação das famílias, o que significa aceitar que são os clientes os mais aptos a definir e a compreender as suas necessidades, a actualizar os seus recursos, a gerar o desenvolvimento, partilhando o saber-fazer com os outros e gerindo os recursos de suporte da comunidade*” (Sousa, 2005, p.103). A intervenção deve ajudar as famílias a desenvolverem as suas próprias soluções, aumentando o sentimento de confiança e competência.

É evidente que todas as famílias estão sujeitas a transformações, como ficar desempregado, a morte de um dos membros, problemas de saúde entre outras, mas a intervenção para além de ajudar estas famílias a ultrapassar as situações de tensão e a encarar os problemas é necessário que reforce as suas capacidades de adaptação e de mudança. Ora esta é talvez uma das dificuldades que a equipa técnica enfrenta que é reforçar as capacidades de adaptação e de mudança.

No primeiro caso temos um progenitor que voltou a ter uma recaída, e se o mesmo voltar a fazer os habituais consumos de álcool e os episódios de violência voltarem acontecer, terá de sofrer uma nova intervenção ou terá de ser afastado deste agregado. Mas a questão que se impõe é se será capaz esta progenitora de sozinha ficar com dois filhos e se adaptar às mudanças que a sua vida está a tomar?

No segundo caso temos uma progenitora que conseguiu durante quatro anos manter-se afastada do seu agressor, mas actualmente e encontrando-se desempregada

está a fraquejar quanto à sua autonomização. Vendo-se novamente confrontada com comportamentos desajustados por parte do menor e numa situação de desemprego poderá regressar a casa do agressor, esta é talvez a única forma de conseguir dar resposta as transformações que a sua vida está a sofrer.

Ao analisarmos a história de vida destas famílias, encontramos outro factor que dificulta os processos de reunificação, que é a falta de retaguarda familiar. É possível constatar que muitas vezes as gerações que lhe antecedem (avós e pais) também passaram por situações de vulnerabilidade sócio-económica e institucionalizações ou procedem de famílias com as mesmas características. As gerações que antecedem apresentam uma série de problemas que impedem que os mesmos se configurem como retaguarda familiar, o que acaba por dificultar a reunificação, pois ao longo da intervenção um factor a ter em conta é se existe retaguarda familiar, algum familiar que possa funcionar como um suporte.

Se por um lado, é um factor a ter em conta para que a reunificação se possa processar, por outro lado, pode ser também um factor que contribui para o sucesso da reunificação, pois nos momentos de maior tensão ou de alguma transformação no agregado familiar, esta retaguarda funciona como um porto seguro, podendo ajudar as famílias a ultrapassar os obstáculos, mas também a garantirem a segurança da criança ou do jovem. Nos dois casos que acima analisámos são famílias que não tem qualquer retaguarda familiar, o que pode eventualmente contribuir para o insucesso da reunificação.

Para além disso, os problemas que estas famílias apresentam transmitem-se e reproduzem-se de geração em geração. A falta de condições de vida, a falta de cuidados básicos, de cuidados de saúde e de educação são uma constante na vida destas famílias. Trata-se de um modo de vida que estas famílias incorporam transmitindo aos seus membros estes comportamentos e estes estilos de vida que mais tarde também serão por eles reproduzidos. Assim, torna-se difícil para as próprias equipas quebrar estes ciclos de vida que se transmitem de geração em geração. A situação de vulnerabilidade social em que estas famílias se encontram não é fruto das suas escolhas, foi todo um contexto de vida vivenciado por estas famílias que cedo demais sofreram privações, e portanto, não dispendo de um capital, afectivo, cultural e social vêem-se sem possibilidades de desenvolver capacidades que permitam enfrentar os obstáculos, acabam por se sentirem incapazes de alterar as suas condições de vida acabando por se adaptar

psicologicamente as suas condições de existência porque só assim conseguem reduzir o seu sofrimento (Cidália Queiroz, 2009). Sabemos que os diferentes modos de vida têm certamente implicações nas nossas representações, nos nossos interesses, nas nossas ambições, nos valores e nos modos de agir e de pensar (Capucha, 2005).

Um aspecto comum que verificamos quando analisámos a história de vida destas famílias é a forte desvalorização escolar que se traduz num absentismo escolar e consequentemente nas baixas qualificações que estas famílias apresentam. A educação constitui um investimento com um retorno que só é possível a longo prazo. Talvez por essa razão, nestas famílias com necessidades básicas prementes seja mais difícil valorizar (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). Verificamos uma grande percentagem de progenitores que nunca frequentaram a escola, como é o caso particular da progenitora que referimos no segundo caso de insucesso, que após a intervenção começou a frequentar um curso de alfabetização. As progenitoras são quem apresentam maior percentagem de absentismo escolar. Em algumas destas famílias a maternidade aconteceu muito precocemente e aconteceu sem o estabelecimento de relações estáveis, decorrendo de uma falta de planeamento familiar e, assim, se vive as fases de desenvolvimento de forma acelerada. São progenitoras que cedo demais assumiram responsabilidades que deveriam ser dos adultos. São contextos de vida que favorecem este tipo de vivências. Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) referem que as particularidades do ciclo vital das famílias multiproblemáticas pobres têm tomado por referência a biografia feminina. A raiz do protagonismo feminino encontra-se na responsabilização, em idade precoce, pelo cuidar dos irmãos mais novas e pelo desempenho de tarefas domésticas. A falta de regras e a desvalorização da escolaridade agudiza esse papel de adultização prematura, sem preparação nem mesmo maturidade.

O seu percurso de vida não passou pela sua qualificação académica nem profissional e por isso a fraca relação que tem com o trabalho é também uma característica particular destas famílias que os coloca numa situação de vulnerabilidade económica e social. De acordo com Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) “Atendendo à relevância do emprego na organização da vida familiar e social, enquanto fonte de rendimento e de auto-estima, a precariedade nessa área afecta a estabilidade e a inclusão social dos indivíduos e famílias” (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007, p.26).

Na análise realizada foi possível observar que quanto à situação laboral, 42,4% dos pais encontra-se activo e, portanto, encontra-se a trabalhar. Importa referir, que o tipo de actividades que exercem enquadra-se na categoria dos trabalhadores não qualificados segundo a classificação portuguesa das profissões. Apenas 9,1% é reformado, sendo que o motivo das reformas é por invalidez. Temos, ainda, uma percentagem considerável de progenitores que vive de prestações sociais (21,2%) e apenas 3,0% se encontra numa situação de desemprego. Como podemos verificar através dos dados expostos a situação mais habitual para os pais é ter um emprego e viver de prestações sociais.

No caso das progenitoras o cenário é muito diferente, ao contrário do que acontece no caso dos progenitores, temos apenas 3 mães que se encontram a trabalhar, o que representa uma percentagem bastante reduzida. Verifica-se que a grande maioria vive de prestações sociais (60,6%) e apenas 9,1% se encontra numa situação de desemprego.

De referir, ainda, que alguns destes progenitores encontram-se separados das progenitoras, constituíram novas famílias e nestes casos as progenitoras vêm-se sozinhas na educação dos filhos, pois verifica-se que alguns destes progenitores não mantêm qualquer tipo de relação com os filhos. Neste sentido, para além das dificuldades económicas que apresentam as progenitoras, ainda acresce a falta de apoio por parte dos progenitores, que dificulta, ainda, mais os processos de reunificação familiar.

Ainda na sequência das dificuldades que enfrentam as famílias, através da análise realizada observamos que 54,4% dos progenitores enfrenta dificuldades económicas e em relação às progenitoras a percentagem dispara substancialmente para 87,9%. Os progenitores apresentam menos dificuldades porque tal como acima referimos a percentagem de progenitores que tralha é efectivamente superior a percentagem de progenitoras que tem actividade laboral, a maioria depende de prestações sociais e para além disso é uma dependência de longa data.

Nestas famílias o problema da inserção profissional não deriva apenas do panorama actual que se vive em relação ao desemprego, mas verifica-se e agrava-se sobretudo pelas baixas qualificações que estas famílias atingem e, no caso das progenitoras por nunca terem desempenhado qualquer actividade profissional. Esta falta de trabalho é determinante na medida em que é através do trabalho que temos os rendimentos necessários para adquirir bens indispensáveis. Na perspectiva de Cidália

Queiroz (2009) a participação dos indivíduos na vida económica depende da inserção no mundo do trabalho, que se reveste de uma importância particular, não só por proporcionar os rendimentos que permitem o consumo, mas, também por dela decorrer a possibilidade de adquirir uma verdadeira identidade social.

Para além desta questão do trabalho, as famílias apresentam outras problemáticas como e o caso da toxicodependência, do alcoolismo, da prostituição que surgem quase como uma relação causa-efeito. Estas problemáticas que estão associadas a estas famílias podem funcionar como forma de fugir a realidade e as adversidades que enfrentam como forma de atenuar os seus problemas. Vêm-se muitas vezes incapazes de alterarem as suas condições de vida e estas problemáticas acabam por funcionar como um refúgio. De acordo com Cidália Queiroz (2009) Vêm-se incapazes de poder actuar sobre a sua situação, reforçando a imagem negativa que tem de si próprios, colocando-os numa situação de desistência e passividade, modificam a sua relação com as normas, ficando indiferente aos pensamentos e reacções dos outros.

O desemprego e as condições precárias revelam-se, de facto, factores de risco que podem tornar a família mais vulnerável e conduzem a que a mesma adopte comportamentos desequilibrados e desajustados. Verificamos que 18,2% dos progenitores apresentam problemas relacionados com o consumo de álcool e 12,1% apresenta problemas relacionados com a toxicodependência. Além destes problemas temos apenas um caso de mendicidade e dois casos em que os progenitores se encontram ou estiveram presos. Foi possível, ainda, verificar através da história de vida das famílias que 21,2% apresenta um desempenho cognitivo médio inferior, 12,1% apresenta problemas psiquiátricos e 18,2% exerce violência sobre a sua parceira.

Relativamente aos problemas que apresenta a figura materna, foi possível observar que 12,1% tem problemas com o consumo do álcool e 6,1% apresenta problemas relacionados com a toxicodependência. É também elevada a frequência de situações de violência doméstica o que representa uma percentagem de 30,3%. Ressalvamos que esta percentagem difere da percentagem de progenitores que exercem violência sobre a sua parceira, tendo em conta que alguns destes progenitores encontram-se separados das progenitoras e na maioria dos casos as progenitoras têm novo companheiro e, portanto, é vítima de violência por parte do novo companheiro. Ainda, em relação à figura materna registamos uma percentagem bastante significativa de progenitoras que apresenta um desempenho cognitivo médio inferior (45,5%).

Não é tarefa fácil para os técnicos romper com estas problemáticas, pois frequentemente apresentam resistência em frequentar programas de desintoxicação, em serem intervencionados. Na análise destas famílias deparamo-nos com um outro problema, a resistência que as progenitoras têm em abandonar o companheiro agressor. Este constitui um dos factores que dificulta os processos de reunificação, não podendo permitir que uma criança fique exposta a situações de violência no agregado familiar. Sendo que esta situação de violência é um problema grave para quem é pessoalmente vítima, mas também é uma experiência extremamente negativa para quem está exposta a situações de violência (Sani, 2002).

4 – Reformular a intervenção – Desafios à intervenção

A qualificação

São de facto, múltiplos os problemas que estas famílias apresentam e não podemos desvalorizar as dificuldades que as equipas técnicas enfrentam, mas também é verdadeiramente necessário que as práticas das equipas técnicas assentem numa perspectiva que recusa o determinismo.

Como vimos, na análise dos factores críticos que dificultam a reunificação familiar sobressaem as baixas qualificações atingidas por estas famílias e consequentemente a elevada percentagem de famílias que não exercem qualquer actividade profissional, conduzindo a uma dependência de longo prazo de prestações sociais. As baixas qualificações, o desemprego e a dependência de longo prazo de prestações sociais constituem obstáculos à saída da situação de vulnerabilidade em que as famílias se encontram.

Em primeiro lugar atrevemo-nos a concluir que a dependência de longo prazo de prestações sociais, nomeadamente do Rendimento Social de Inserção, não permite que as famílias escapem à situação de vulnerabilidade económica e social em que se encontram. De acordo com Cidália Queiroz e Marielle Gros (2012) provavelmente estamos na presença de uma medida que apenas permite atenuar a pobreza, mas que está longe de garantir o acesso a condições de vida dignas. O RSI é uma medida de protecção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontram numa situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, sendo que este direito deve ser complementado com um contrato de inserção que ajuda as pessoas a

integrar-se social e profissionalmente.

Contudo, no caso destas famílias verifica-se que o RSI não revela mais do que uma medida de protecção social assistencialista de atribuição pontual de subsídios, na medida em que a inserção profissional e social na sociedade ficou por cumprir. Na perspectiva de Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) a inserção é mais do que um mero direito de subsistência na medida em que reconhece ao seu titular um papel positivo na sociedade, o de contribuir com a sua actividade para a utilidade social.

Neste sentido, é necessário adoptarmos estratégias que permitam dar resposta à situação de vulnerabilidade em que as famílias se encontram e que possam promover a sua inserção na sociedade. Elegemos a formação como estratégia a adoptar. Conscientes de que esta estratégia envolve questões que estão longe de ser simples e lineares, na medida em que será difícil que estas famílias regressem a formação e vejam a formação como uma condição que permite a inclusão económica e social. São indivíduos que cedo demais não viram na escola mais do que uma experiência de frustração, uma escolaridade mal vivida que constituiu uma experiência de fracasso de impotência e dificilmente vão perspectivar este regresso à formação como trunfo efectivo para a sua inserção social e profissional (Queiroz & Gros, 2012).

Deste modo, não basta que se encaminhe estas famílias para as escolas e centros de formação profissional, é necessários os acompanhar nesta caminhada da formação, para que não se sintam sozinhos e para que possam partilhar as suas dificuldades, frustrações, ânimos e desânimos. Se o que pretendemos é uma formação de sucesso, é necessário desde logo, que exista uma presença interessada por parte dos técnicos em acompanhar o processo formativo. É essencial uma aposta na promoção do sucesso da aprendizagem, e esta aposta exige sobretudo disponibilidade na relação com os formadores.

Para além disso, torna-se imperativo o estabelecimento de uma relação de parceria entre os técnicos que acompanham as famílias e os centros de formação. É necessário sensibilizar os formadores a adoptar práticas pedagógicas adaptadas à cultura em que os formandos foram inicialmente socializados. Ajudar os formadores a perceber quais as razões que levaram estes formandos a manter uma relação negativa com a escola, a perceber os motivos subjacentes a determinados comportamentos e emoções, e neste sentido ajudar na resolução destes problemas promovendo a sua integração. “O saber é um direito e um instrumento de participação social e a privação do saber encerra os

cidadãos em círculos de desigualdade” (Benavente, Campiche, Seabra & Sebastião 1994, p. 31).

Trata-se da necessidade de procurar estabelecer uma relação de cooperação entre os técnicos que acompanham estes indivíduos e os formadores para que possam dar um apoio efectivo à definição de carreiras e de projectos de vida com significado pessoal e social. Que esta relação de cooperação permita a criação de espaços onde se partilhe as dificuldades sentidas pelos formandos e que, além disso, permita que os formadores conheçam as dinâmicas internas e o universo sócio-cultural vivenciados pelos seus formandos para que possam respeitá-los, adequando os programas formativos e os métodos de ensino mais adequados ao seu universo cultural (Queiroz & Gros, 2012). O sucesso da formação destes indivíduos depende em larga medida de uma presença interessada, disponível, conhecedora e assertiva.

Não será demais sublinhar a necessidade de docentes com uma presença interessada, disponíveis para a reflexão e para a inovação pedagógica, capaz de recriar os conteúdos de ensino-aprendizagem em função da população com que trabalha. Promover a integração e o sucesso educativo requer o estabelecimento de uma relação de genuína implicação para que em conjunto possam procurar e partilhar quais as estratégias pedagógicas mais adequadas. Contudo, não podemos esquecer que nem sempre os formadores são sensíveis à diversidade social e cultural dos formandos e perante populações discentes que se caracterizam como sendo social e culturalmente diferentes, oferecem propostas inalteradas de actividades do processo de ensino-aprendizagem, orientando-se pelos mesmos regulamentos exigindo as mesmas normas de conduta, não restando espaço para construir e implementar projectos educativos próprios, centrando o seu dia-a-dia no cumprimento de tempos lectivos e dos respectivos programas.

Esquecem-se que a escola não representou para esta população uma oportunidade para adquirirem saberes elementares como ler, escrever e resolver operações aritméticas simples. Que foram socializadas em ambientes dissidentes da cultura socialmente dominante, cujos valores, formas de estar e de sentir entram em choque com os são valorizados noutros contextos, nomeadamente no contexto de formação. Esta tendência para cumprir programas estabelecidos sem dar atenção às especificidades de cada um, para além de constituir um obstáculo à aquisição de conhecimento acaba para os empurrar para uma situação de desistência. Segundo Cidália Queiroz e Marielle Gros

(2012) *“É por isso de capital importância repor as aprendizagens basilares de que decorrem outras de nível mais elevado, assim como é crucial abandonar programas estereotipados ou concebidos sem tomar em consideração as aprendizagens prévias e a realidade social e cultural dos alunos”* (Queiroz & Gros, 2012, p.89). Ora, a questão prende-se com a dificuldade em trabalhar com a diversidade social e cultural dos alunos. E infelizmente em alguns casos os factores associados à origem social podem permanecer como um elemento determinante na possibilidade de progredir com sucesso. As representações que os formadores têm e as expectativas que desenvolvem em relação a estes indivíduos nem sempre são as mais elevadas, assim sendo, pode conduzir a um desinvestimento no processo de ensino-aprendizagem.

As representações e expectativas dos agentes educativos contribuem para a desigualdade social. A própria expectativa que o formador deposita é muitas vezes negativa, e esta expectativa tem consequências na imagem que o formando constrói de si mesmo. Se não sente apoiado neste processo e encorajado leva a que os formandos desenvolvam percepções negativas sobre as suas capacidades e níveis de realização, vão afastando-se da sociedade e da informação e do seu papel activo na construção do conhecimento e na apropriação de competências. Alguns vão desenvolvendo percepções de baixa auto-eficácia, entendendo que não possuem capacidade para atingirem determinados resultados. O insucesso a que estão votados, a percepção inferida junto dos formadores e dos colegas das suas próprias dificuldades, vão conduzir a um sentimento de inferioridade, de impotência e de vulnerabilidade, revelando desânimo em relação à aprendizagem, o que desde logo, conduz a um desinvestimento da aprendizagem e a um baixo nível de concentração e persistência.

Não basta garantir o acesso à formação é necessário garantir o sucesso. Serve de muito pouco garantir o acesso e entregar um certificado, quando a concessão de certificados não correspondem à aquisição de reais aprendizagens (Queiroz & Gros, 2012). Não se pode banalizar o acesso ao conhecimento, porque o facto de se efectivar o acesso à formação, não significa de forma alguma a efectivação do sucesso de todos.

O que é verdadeiramente necessário é que os formadores não sejam indiferentes a estes problemas, e que efectivamente valorize os saberes de cada um, que exista um maior aproveitamento das experiências de cada um no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Sobretudo que sejam capazes de oferecer um apoio adicional, criando espaços para o estabelecimento de interacções que sejam sensíveis e atentas às vivências das pessoas para que possam efectivamente favorecer a sua adaptação e

integração. Que sejam capazes de lhe proporcionar contextos relacionais que lhe devolvam algum sentimento de dignidade, aumentam a sua auto-estima para que se envolvam no seu projecto de inserção que passa pela sua formação (Queiroz, 2009).

É fundamental que os técnicos mantenham relações de proximidade com os centros de formação. É necessário implicar os diferentes actores em acções conjuntas para que possam olhar e dar respostas adequadas aos interesses desta população. Se o que se pretende é garantir que o percurso da formação seja positivo, ajudando-os a ultrapassar as eventuais dificuldades que possam surgir, é necessário desde logo, um planeamento e uma coordenação partilhada das actividades, promovendo activamente a participação e o envolvimento de todos os parceiros, onde prevaleça uma atitude de consenso e confiança. Um *“projecto de reinserção social exige uma acção conjunta por parte de todos os agentes de socialização. Se o processo de exclusão se desenvolve numa lógica cancerosa, é necessário que a dinâmica da reinserção também progrida numa lógica tentacular”* (Mucha & Cruz, s.d., p.18). Só a colaboração equitativa e interactiva entre todas as instâncias que directa ou indirectamente lida com estes indivíduos poderá contribuir para o sucesso da intervenção.

A importância do papel dos CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Os centros de apoio familiar e aconselhamento parental tem como objectivo intervir no contexto familiar, procurando ajudar a família a criar condições e a potencializar os recursos necessários à manutenção das crianças e jovens nos seus agregados de origem, prevenindo a institucionalização ou ajudando à desinstitucionalização e reintegração familiar.

Os CAFAP trabalham em rede com as instituições da comunidade, nomeadamente com a Comissão de Protecção de Menores e Centros de Acolhimento Temporário. Nestes centros procura-se prevenir as situações de perigo e evitar as rupturas que possam conduzir à institucionalização ou ajudar à reintegração familiar.

Assim parece-nos que os CAFAP poderiam ser um mecanismo importante a potenciar quer ao nível da prevenção das situações que desencadeiam a institucionalização, quer ao nível do processo de desinstitucionalização.

Neste contexto, é reconhecida a necessidade de uma intervenção especializada direccionada às famílias em situação de risco psicossocial. Vimos anteriormente que a

Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, que aprovou a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, declara expressamente nos princípios orientadores, o princípio da responsabilidade parental, o que pressupõem uma intervenção efectuada para que os pais assumam a sua função parental mediante a aquisição de competências pessoais, familiares e sociais. Desta forma, os centros de apoio familiar e aconselhamento parental assumem particular importância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspectiva a sua intervenção. (Portaria n.º139/2013 Diário da República, 1.ª série - n.º 64 - 2 de Abril de 2013)

A intervenção desenvolvida pelos CAFAP baseia-se na avaliação da situação familiar das famílias em situação de risco psicossocial, procurando desenhar projectos e programas estruturados de forma a responder às necessidades particulares de cada família. A intervenção procura obedecer aos seguintes princípios, à promoção dos direitos e à protecção da criança, reconhecendo a criança enquanto sujeito de direitos deve receber a protecção necessária garantindo o seu desenvolvimento integral. A intervenção privilegia uma abordagem sistémica, intensiva e dinâmica. Uma abordagem sistémica onde prevalece o meio natural de vida, que tem em conta a proximidade e o carácter integrado e regular da intervenção com o objectivo de alcançar um conhecimento e uma visão global da estrutura e da dinâmica familiar.

Uma intervenção que implica a autonomia das famílias, ou seja, a sua responsabilização na estruturação do seu respectivo percurso de forma a garantir o conhecimento das problemáticas, dos factores de risco e de protecção bem como os recursos disponíveis na comunidade. A participação e corresponsabilização das famílias, onde as famílias devem ter um papel activo e dinâmico. A colaboração entre os profissionais, a intervenção pressupõe a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos, nomeadamente entre as equipas técnicas. E a intervenção mínima, que deve ser exercida pelos profissionais cuja acção seja importante à avaliação e ao acompanhamento da situação familiar, evitando-se a sobreposição de intervenções na vida das famílias e crianças e jovens.

Verificamos que grande parte destas famílias foi intervencionada antes da institucionalização dos seus filhos e que essa intervenção não foi capaz de evitar a institucionalização. Talvez se as Comissões de Protecção de Menores apostassem mais

num trabalho de parceria com os CAFAP poderiam desenvolver uma intervenção mais focalizada e mais intensiva com estas famílias afectadas por múltiplos problemas.

Num trabalho conjunto desenvolver planos de intervenção específicos cujo objectivo passará pelo desenvolvimento de competências pessoais, familiares e sociais e nos casos em que isso é possível potenciar a integração escolar e profissional destas famílias, tendo em conta que as baixas qualificações e a falta de actividade profissional contribuem em larga medida para a situação de vulnerabilidade em que se encontram e conduzem a que exista uma maior probabilidade de exporem as criança à situações consideradas de risco.

Desta forma, o trabalho entre estas duas entidades e pelas características que apresenta a intervenção dos CAFAP ajudaria a reforçar a criação de condições e a aquisição de recursos necessários à manutenção de crianças e jovens nos seus agregados de origem procurando evitar a sua institucionalização. E nos casos em que ela é inevitável os CAFAP num trabalho conjunto com os Centros de Acolhimento Temporário poderiam ajudar no processo de desinstitucionalização e reintegração familiar. Reforçando a ideia de que a institucionalização de uma criança e consequentemente o afastamento do seu meio familiar pode constituir (e deve) um momento adequado para desenvolver formas de intervenção e reorganização destes agregados (Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2006).

Num trabalho conjunto com os Centros de Acolhimento Temporário podem ajudar a acelerar o processo de reunificação familiar procurando evitar que este processo se prolongue demasiado no tempo e evitando que as crianças e jovens permanecem muito tempo institucionalizados. Os CAFAP poderão desenvolver um trabalho complementar no processo de intervenção que o CAT realiza com as famílias, tendo em consideração que a intervenção realizada pelos CAFAP privilegia a promoção do exercício de uma parentalidade positiva e tem como objectivo a qualificação familiar. Através de um trabalho próximo e sistemático com as famílias ajuda na sua capacitação e autonomia e melhoria do desempenho da função parental para a reintegração da criança ou do jovem no seu meio familiar. Os CAFAP têm, ainda, como objectivo reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, assim como identificar recursos e formas de acesso aos mesmos, e aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual (art.º n.º 3 Portaria n.º 139/2013 Diário da República 1.ª série - n.º 64 - 2 de Abril de 2013). Deste modo, a intervenção realizada pelos CAFAP

assume particular importância no sistema de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

5 - Activar factores positivos nos processos de reunificação familiar

A equipa técnica não deve olhar para a família como incompetente e unicamente responsável pela situação em que se encontra, não se focando apenas nas suas disfunções e dificuldades, mas focar também a intervenção naquilo que são capazes de fazer. É necessário olhar para os problemas, mas também para as competências das famílias, para que não se anule a hipótese de reflectir sobre as causas dos problemas. É fundamental “valorizar as competências, substituindo a culpabilidade pela responsabilidade e salientando as potencialidades” (Sousa, 2005, p. 103). Por vezes as famílias não sabem usar bem as suas competências, outras vezes não sabem que as têm porque não são reconhecidas ou atribuídas.

Outro ponto a focar prende-se com o envolvimento dos técnicos no processo de acompanhamento. A relação de confiança e de proximidade dos técnicos com a família assume importância central ao longo do processo. A compreensão, a confiança, a escuta revelam-se fundamentais para que os processos de transição decorram com base nesta relação. Segundo Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) na intervenção com uma família que apresenta múltiplos problemas deve ser designado um profissional que terá o papel de gestor de caso, este gestor de caso deve procurar articular e manter um “fio condutor” nas acções de suporte à família. Deve manter uma relação de confiança, pois constitui a base para o envolvimento e motivação da família, a relação de confiança constitui uma pré-condição para a aprendizagem e mudança.

Com base em relações positivas a equipa ajuda as famílias na organização das condições de vida, mas para além de ajudar as famílias a reunirem as condições necessárias, é fundamental que se criem condições para que se efectuem aprendizagens importantes. Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) fazem referência a quatro linhas orientadoras destacando-as como essenciais: flexibilidade, informalidade, tempo e disponibilização de ajudas materiais.

A família deve aprender o seu valor pessoal e social, para que possam desenvolver ambientes afectivos e assegurem as condições necessárias para o bem-estar físico, escolar e social das crianças. As boas práticas parentais não são um dado da natureza, as competências parentais adquirem-se através da aprendizagem. Assim sendo, é importante que as famílias tenham a possibilidade de efectuar aprendizagens, para que

possam gerar alternativas e encontrar soluções para os problemas que vão surgindo no contexto familiar.

Como diria Alarcão (2000) *“o sucesso da intervenção radica num “novo ovo de Colombo”, ou seja, a complexidade da intervenção não está tanto no aparato das técnicas a utilizar ou das estratégias a montar mas antes na dificuldade de descobrirmos como as podemos ajudar a tirar outras fotografias e a criar outros álbuns de família, sem ter que deitar fora ou queimar os velho”* (Alarcão, 2000, p.334).

Considerações finais

Em primeiro lugar não será demais lembrar que o Centro de Acolhimento Temporário não se deve configurar como uma resposta que se limita apenas a acolher as crianças retirando-a do perigo a que estavam expostas, não podendo limitar o seu papel a mera satisfação das necessidades básicas. Compete ao Centro de Acolhimento Temporário acolher e promover o desenvolvimento integral das crianças, para isso é necessário que a instituição se configure como um local onde relações afectivas e compensadoras se possam desenvolver. Se não for capaz de se constituir desta forma, demite-se do seu verdadeiro papel.

Contudo, não será novidade para nós da dificuldade que a instituição tem em desempenhar a sua missão, da dificuldade que as instituições têm promover uma relação afectiva semelhante à familiar, da dificuldade que as instituições têm em proporcionar uma vida de normalidade, onde o sentimento de privação da liberdade é claramente expresso pelos menores, de um dia-a-dia excessivamente regulamentado que se torna um impedimento à expressão da criatividade, da participação e da autonomia.

Neste sentido, e reconhecendo as limitações que apresentam as instituições e não deixando de reconhecer que a institucionalização se pode configurar como a única resposta possível e válida em algumas situações, mas que não deixa efectivamente de ser preocupante o número de crianças que todos os anos temos em acolhimento. Apesar de se defender que a institucionalização deve ser a última alternativa, que as medidas de colocação em Meio Natural de Vida devem ser privilegiadas os números mostram o contrário daquilo que se defende, porque na prática a institucionalização prevalece como resposta às diversas formas de risco.

Apesar das políticas de protecção da infância defenderem o papel da prevenção, atrevemo-nos a dizer que este papel de prevenção não é claramente assumido, pois se fosse, provavelmente não teríamos os números que temos de crianças institucionalizadas. Verificamos que grande parte das famílias que foram alvo do nosso estudo foram intervencionadas e o que se observa é que apenas estivemos perante um processo que parece que mais se centrou em adiar a institucionalização do que em promover a preservação familiar. E desta forma, priva-se as crianças de crescer numa família, sendo este um dos seus direitos fundamentais, vêm-se obrigadas a separar-se de todas as suas referências de origem necessitando de se adaptar a uma nova situação, a institucionalização.

Neste sentido é necessário uma aposta séria na prevenção das situações que desencadeiam a institucionalização, para não expormos as crianças ao processo de ruptura com a família de origem e à vivência da institucionalização que é sempre um processo vivido de forma dolorosa. Para não negarmos o direito à família e para não massificarmos as instituições de acolhimento. E sobretudo de não esquecermos que privados de um ambiente familiar e colocados num ambiente fechado não deixa certamente de exercer violência psicológica, assim, uma resposta que tem como objectivo eliminar o risco, não deixa em si mesma, representar uma outra forma de risco.

Apesar das políticas de protecção da infância enfatizarem a importância do papel da família enquanto instância socializadora, parece-nos que não há uma aposta clara neste princípio, no sentido em que não existe um real trabalho de prevenção. Se grande parte das famílias são identificadas antes da institucionalização era necessário desenvolver uma intervenção intensiva e de qualidade com estas famílias, procurando a ajuda dos CAFAP que poderão desempenhar um papel importante neste processo de prevenção da institucionalização.

Por fim, a questão da definição dos projectos de vida que assume particular importância, na medida em que quanto mais demoramos a definir projectos de vida mais prolongamos o acolhimento institucional que certamente não trará benefícios para as crianças e jovens. Não esquecendo que uma das situações que mais prolonga o acolhimento institucional está certamente relacionada com a reunificação familiar. Através da análise que realizamos é possível perceber que o processo de reunificação familiar é um processo demorado. Os processos de reunificação demoram em média dois anos, alguns conseguem regressar à família, outros lamentavelmente esperam este tempo e chega-se à conclusão que afinal não é possível concretizar a reunificação familiar. É necessário não esquecer que o tempo que uma família espera por uma reunificação é substancialmente diferente do tempo que a criança espera. Na impossibilidade de regressarem à família de origem podem ir esgotando também as possibilidades de encontrar uma nova família.

Se não se conseguiu evitar a institucionalização, obrigando a ruptura com a família de origem e a separação das suas referências de origem, pelo menos que após a institucionalização a intervenção obedeça a um dos princípios orientadores que vem expresso na Lei de Protecção, que deve ser dada prioridade às medidas que integrem a

criança na sua família de origem ou que promovam a sua adopção, é neste princípio que a intervenção deve assentar. Que a intervenção se centre na reunificação familiar, não esquecendo que este trabalho exige uma aposta séria no trabalho com as famílias, mas que também é uma decisão que se deve caracterizar pela exigência e pelo rigor, exige uma avaliação cuidada para não cair numa nova institucionalização.

Mas que também não seja um processo que se prolongue demasiado no tempo, não esquecendo que o Centro de Acolhimento Temporário deve ser uma resposta de carácter transitório e sobretudo que o avanço das idades poderá comprometer o futuro com uma nova família. Vimos na análise do relatório CASA que existe uma relação directa entre o avanço das idades e o tempo de permanência em situação de acolhimento, pois constata-se que as crianças mais novas são as que permanecem menos tempo em acolhimento. As idades avançam e depois não se consegue escapar a uma institucionalização, na medida em que o processo de adopção é mais difícil para as crianças com idades mais avançadas. Deste modo, é necessário que a intervenção tenha sempre em conta o interesse superior da criança e que o ideal será crescer numa família onde encontramos a base segura e as relações afectivas significativas necessárias ao desenvolvimento integral e harmonioso. Crescer numa família será substancialmente diferente de crescer numa instituição.

Limitações do estudo e pistas para futuras Investigações

Este estudo centra-se apenas num Centro de Acolhimento Temporário não permitindo generalizar os dados. Contudo, os Centros de Acolhimento Temporário são estruturas que se orientam pela mesma missão, pelos mesmos objectivos. Procedeu-mos, ainda, a consulta do relatório CASA que de alguma forma vem em primeira linha mostrar que muitas das características, potencialidades e lacunas observadas no centro de acolhimento em análise são observadas, em muitos outros. No entanto, não esquecemos que estes dados se centram apenas num centro de acolhimento e que nalguns aspectos podem diferir de outros.

Em primeiro lugar, pelas limitações do estudo que já referimos, poderá, naturalmente ocorrer ao longo do trabalho uma sensação de superficialidade em questões que urgem algum aprofundamento, no sentido da sua apropriação em plenitude e, porventura, outras questões que certamente não foram abordadas. Assim, com algum atrevimento sugerimos pistas que poderiam alargar a análise a observar no âmbito dos Centros de Acolhimento Temporário contribuindo para que os estudos nesta área contribuam efectivamente para que os CAT desempenham a sua missão, a de proporcionar um ambiente que permita o desenvolvimento integral e harmonioso das crianças e jovens por quem é responsável e, ainda, em especial, de fazer efectivamente uma aposta de qualidade na definição dos projectos de vida.

Alargar o estudo a um maior número de Centros de Acolhimento Temporário perceber que intervenções sofreram as famílias antes da institucionalização, se foram (ou não) aplicadas medidas, que tipo de medidas.

Perceber que aposta se faz na definição dos projectos de vida, que tipo de intervenção desempenham as várias instituições nos processos de reunificação familiar. Comparar as intervenções que realizam os diferentes Centros de Acolhimento Temporário e perceber qual a taxa de sucesso dos diferentes CAT, se a taxa de sucesso varia de instituição para instituição.

Entrevistar as famílias que viram a possibilidade da reunificação familiar se concretizar. Neste âmbito entrevistar famílias em que a reunificação foi claramente um caso de sucesso, e entrevistar famílias onde o processo de reunificação falhou. Assim, seria a propositado perceber se nos casos de sucesso/insucesso a intervenção assumiu

contornos diferentes.

Bibliografia

- Alarcão, M (2000). *(Des) Equilíbrios Familiares. Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora
- Anatrella, T. (2001). *A Diferença Interditada – sexualidade, educação, violência*. S. Paulo: Edições Loyola.
- Alberto, I. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Ariés, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*, 2.^a edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Azevedo, M. & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à Criança*, 1.^a edição. Lisboa: Climepsi
- Benavente, A., Campiche, J., Seabra, T. & Sebastião, J. (1994). *Renunciar à escola. O abandono escolar no ensino básico*. Lisboa: Fim de Século Edições, Lda.
- Berger, P. & Luckman, T. (1999). *A Construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Bernstein, B. (1996). *Pedagogia, control simbólico e identidad*. Madrid : Ed. Morata.
- Bourdieu, P. (1971). *Reprodução Cultural e Reprodução Social*, in S. Grácio et al. *Sociologia da Educação, I, Antologia*, Lisboa: Livros Horizonte 1982.
- Canha, J. (2000). *Criança Maltratada – o Papel de uma Pessoa de Referência na sua Recuperação*. Estudo Prospectivo de 5 anos. Quarteto Editora
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta: Oeiras.
- Crahay, M. (2002). *Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade de oportunidade à igualdade dos conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dubet, F. (1991). *La galère: jeunes en survie*. Paris : Librairie Arthème Fayard.
- Gallardo, J.A. (1994). *Maus-tratos a Crianças*. Porto: Porto Editora.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora Lda.

- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Goffman, E. (1975). *Stigmatized*. Paris: Minuit.
- Goffman, E. (1990). *Manicômios, prisões e conventos*. 3.^a edição. Brasil. Editora Perspectiva S.A.
- Leandro, A., Alvarez, D.L., Cordeiro, M. & Carvalho, R. (2006). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Edição Instituto da Segurança Social, I.P.
- Magalhães, T. (2005). *Maus-tratos em Crianças e Jovens. Guia Prático para Profissionais*, 4.^a edição. Coimbra: Quarteto
- Merton, R. (1979). *A Ambivalência Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Oliveira, Indira Caldas Cunha. *Infâncias: um processo histórico-cultural*. In: *Infâncias: o lugar do lúdico nas tramas do trabalho infantil*. Natal, 2004.
- Queirós, M. C. (1991). *O mundo e a escola in Manual do Formador: Políticas Educativas, Sociologia da Educação*, vol.I, Lisboa, Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional – Ministério da Educação.
- Queiroz, M. C. (2009). *Como ajudar os mais desmunidos sem os assistir?* Seminário Combater a reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social: que intervenções?: Actas, 21-38.
- Queirós, M. C. & Gros, M. C. (2012). *O rendimento Social de inserção num contexto económico que não cessa de produzir excedentários: Contributo da associação qualificar para incluir para potenciar esta medida*. Revista Investigação em trabalho social. Exclusão social e políticas sociais, 27-94.
- Sá, E. (1999). *Manual de instruções para uma família feliz*. Lisboa: Fim de Século.
- Sani, A. I. (2002). *As Crianças e a Violência. Narrativas de Crianças Vítimas e Testemunhos de Crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sarmiento, M. (2002). *As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda*

Modernidade. In Sarment, M., Cerisara, A (2002). *Crianças e Miúdos*. Porto: ASA.

Segalen, M. (1996). *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar.

Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.

Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.

Soares, N. (2001). *Outras Infâncias*. Braga, Edição Centro de Estudos da Criança: Universidade do Minho.

Strecht (2000). *Crescer vazio. Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligência e Maus-tratos em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Strecht, P. (2001). *Preciso de Ti. Perturbações Psicossociais em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Outras referências

Lei de Protecção à Infância de 27 de Maio de 1911.

Decreto-lei n.º 44 288, de 20 de Abril de 1962. Primeira Organização Tutelar de Menores.

Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976.

Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro. Organização Tutelar de Menores.

Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de Maio de 1991. Regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Protecção de Menores.

Decreto-Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Portaria n.º 139/2013 Diário da República 1ª série – n.º 64 – 2 de Abril de 2013 – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Crianças e Jovens que Vivem em Lar. Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*. Retirado Janeiro 20, 2014 de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=217&m=PDF

Mucha, M. & Cruz, P. (s.d). *Crescer (S)Em Solidão. Estudo sobre o Passado, o Presente e o Futuro de Crianças Institucionalizadas*. IV Congresso Português de Sociologia. Retirado Novembro 11, 2013 de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e02f69eb22_1.PDF

López, M., Valle, J. F., Boada, C.M & Arteaga, A. B. (2010) *Niños que esperan – Estudio sobre casos de larga estancia en acogimiento residencial*. Investigación realizada por el Grupo de Investigación en Familia e Infancia (GIFI) de la Universidad de Oviedo. Edita y distribuye: Ministerio de Sanidad y Política Social.

Relatório da Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens – (art.º 10.º do capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto). Retirado em Outubro 21, 2013 de <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/CASA2012>

Anexos

Nome: _____

A) Dados da criança ou jovem acolhido:

A.1) Data de nascimento: _____

A.2) Sexo: 1.Masculino ☐ 2.Feminino ☐

A.3) É órfão? 1.Sim ☐ 2.Não ☐

A.4) No caso da afirmação transcrita ser afirmativa, assinale quem faleceu?

1.Pai ☐ 2.Mãe ☐ 3.Ambos ☐

A.5) Pertence a uma família imigrante?

1.Sim ☐ 2.Não ☐ 3.Misto ☐

A.5.1) País de origem da família: _____

A.5.2) País de origem do menor? _____

A.6) É de etnia cigana?

1.Sim ☐ 2.Não ☐

B) Situação escolar:

B.1) Que ano frequenta? _____

B.2) Repetiu algum ano?

1.Sim ☐ 2.Não ☐

B.3) Como avalia o percurso escolar da criança ou jovem?

1. Bom aluno	<input type="checkbox"/>
2. Apresenta algumas dificuldades	<input type="checkbox"/>
3. Apresenta muitas dificuldades	<input type="checkbox"/>
4. Tem necessidades especiais	<input type="checkbox"/>

B.4) A criança ou jovem revela problemas de comportamento na escola?

1.Sim ☐ 2.Não ☐

C) Saúde

C.1) Necessidades especiais	1.Sim	2.Não
C.1.1) Deficiência reconhecida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
C.1.2) Incapacidade física	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
C.1.3) Incapacidade mental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

C.1.4) Incapacidade sensorial

C.1.5) Atraso global ao nível do desenvolvimento

C.1.6) Paralisia cerebral

C.1.7) Outros

C.2) Recebeu ou está a receber algum tratamento durante o acolhimento?

1.Sim

2.Não

C.2.1) Médicos

C.2.2) Psicológicos/Psiquiátricos

C.2.3) Fisioterapia

C.2.4) Terapia da fala

C.2.5) Outros

D)Itinerário de protecção:**D.1) Tempo de permanência no CAT:** _____**D.2) Quais os motivos que originaram a sinalização?**

1.Sim

2.Não

D.2.1) Negligência

D.2.2) Maus -tratos físicos ou psíquicos

D.2.3) Abandono

D.2.4) Suspeita de abuso sexual

D.2.5) Problemas de comportamento do menor

D.2.6) Outros

D.3) Foram aplicadas medidas anteriores à entrada no CAT?

1.Sim

2.Não

D.3.1) Apoio junto dos pais

D.3.2) Apoio junto de outro familiar

D.3.3) Confiança à pessoa idónea

D.3.4) Acolhimento familiar

D.3.5) Acolhimento institucional

D.4) Existiram interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores?

1.Sim

2.Não

--

--

E)Contexto familiar**Pai****E.0) Paternidade em litígio:**

1.sim

2.Não

--

--

E.1) Paradeiro desconhecido:1.sim ☐2.Não ☐**E.2) Faleceu:**1.Sim ☐2.Não ☐**E.3) Situação na profissão:**

1.Empregado:

2.Reformado

3.Vive de prestações sociais:

4.Desempregado:

E.3.1) Actividade laboral: _____**E.3.2)** Motivo da reforma: _____**E.4) Problemáticas:**

E.4.1) Alcoolismo

E.4.2) Toxicodependência

E.4.3) Delinquência

E.4.4) Mendicidade

E.4.5) Prisão

E.4.6) Incapacidade intelectual

E.4.7) Problemas psiquiátricos

E.4.8) Doença crónica

E.4.9) Problemas económicos

E.4.10) Exerce violência sobre a sua parceira.

1.Sim

2.Não

Mãe**E.5) Paradeiro desconhecido:**1.sim ☐2.Não ☐**E.6) Faleceu:**1.Sim ☐2.Não ☐**E.7) Situação laboral:**

1.Empregada:

2.Reformada:

3.Vive de prestações sociais:

4.Desempregada:

E.7.1) Actividade laboral: _____**E.7.2)** Motivo da reforma: _____**E.8) Problemáticas:**

E.8.1) Alcoolismo

E.8.2) Toxicodependência

E.8.3) Delinquência

E.8.4) Mendicidade

E.8.5) Prisão

1.Sim

2.Não

E.8.6) Incapacidade intelectual

E.8.7) Problemas psiquiátricos

E.8.8) Doença crónica

E.8.9) Problemas económicos

E.8.10) Prostituição

E.8.11) Vítima de violência doméstica

E.8.12) Exerce violência sobre o seu parceiro

E.9) Status do casal

1.Casados

2.Separados

3.Divorciados

4.União de facto

5.Viúvo

6.Viúva

7.Solteira (o)

E.10) Tem companheiro/a1.Sim ☐2.Não ☐**E.11) Número total de irmãos incluindo o menor:** _____**E.12) Número total de irmãos sinalizados:** _____

E.12.1Acolhimento institucional: (N.º de filhos: _____)

E.12.2.Acolhimento familiar: (N.º de filhos: _____)

E.12.3.Entregue à pessoa idónea: (N.º de filhos: _____)

E.12.4.Entregue a outro familiar: (N.º de filhos: _____)

E.12.5.Medida de apoio para autonomia de vida: (N.º de filhos: _____)

E.13) Número de irmãos acolhidos na mesma instituição: _____**E.14) A família de origem recebe algum tipo de ajuda social?**1.Sim ☐2.Não ☐**E.14.1) No caso da afirmação transcrita ser afirmativa, assinale o tipo de ajuda.**

1.Económica

2.Habitacional

3.Ambas as opções anteriormente citadas

4.Outras

F)Projecto de vida**F.1) Proposta do projecto de vida**

- 1.Reunificação familiar
2.Adopção
3.Outras

F.2) Situação actual/Decisão tribunal

- 1.Projecto de vida aguarda decisão do tribunal
2.Projecto de vida decidido pelo tribunal
3.Concretizado

G)Contacto com a família de origem**G.1) A criança ou jovem recebe visitas por parte da família de origem?**

1.Sim

--

2.Não

--

3.Deixou de receber

--

G.2) As visitas são supervisionadas pelo técnico superior?

1.Sim

--

2.Não

--

G.3) Quem realiza as visitas?

1.Sim

2.Não

- G.3.1) Pais juntos
G.3.2) Pai e mãe em separado
G.3.3) Só o pai
G.3.4) Só amãe
G.3.5) Amigos (as)
G.3.6) Outros

G.4) Qual é a frequência das visitas da mãe?

- 1.Semanal
2.Quinzenal
3.Mensal
4.Outras

G.5) Qual é a frequência das visitas do pai?

- 1.Semanal
2.Quinzenal
3.Mensal
4.Outras

G.6) Qual é a frequência das visitas por parte de outros elementos?

- 1.Semanal
2.Quinzenal
3.Mensal
4.Outras

G.7) Há saídas com a família de origem?

1.Sim

--

2.Não

--

G.8) Com quem se realizam as saídas?

	1.Sim	2.Não
G.8.1) Com os pais juntos	<input type="text"/>	<input type="text"/>
G.8.2) Pai ou mãe em separado	<input type="text"/>	<input type="text"/>
G.8.3) Só com o pai	<input type="text"/>	<input type="text"/>
G.8.4) Só com a mãe	<input type="text"/>	<input type="text"/>
G.8.5) Outros	<input type="text"/>	<input type="text"/>

G.9) Quando se realizam as saídas com a família de origem ou com outros significativos?

1.Fins-de-semana	<input type="text"/>
2.férias	<input type="text"/>
3.Duas opções anteriormente citadas	<input type="text"/>
4.Outros	<input type="text"/>

G.10) No último ano, a frequência com que a criança vê a sua família de origem.

1.Aumentou	<input type="text"/>
2.Manteve-se igual	<input type="text"/>
3.Diminuiu	<input type="text"/>

G.11) Em geral, com que frequência a criança ou jovem mantém contacto telefónico com a sua família de origem ou com outros significativos?

1.Uma vez por semana ou mais	<input type="text"/>
2.Uma vez de duas em duas semanas	<input type="text"/>
3.Uma vez por mês	<input type="text"/>
4.Esporadicamente	<input type="text"/>
5.Nunca	<input type="text"/>

Análise do SPSS

A amostra deste estudo é formada por 33 menores, pertencentes a 24 famílias.

Instrumentos: A informação sobre os 33 menores que se encontram em acolhimento institucional foi recolhida através da consulta dos processos individuais, esta consulta obedecia a um questionário que se encontrava previamente estruturado.

Descrição do perfil dos menores que se encontram em acolhimento institucional:

Na descrição do perfil dos menores temos em conta a idade, o sexo, a orfandade, a etnia, o país de origem, a situação escolar actual, o percurso escolar e a conduta escolar, os problemas de saúde importantes, os tratamentos recebidos e as assistências hospitalares, os motivos que originaram a sinalização, assim como, as medidas prévias adoptadas e se existiram interrupções ou rupturas nas intervenções anteriores.

Descrição do perfil das famílias dos menores em questão e as problemáticas que se encontram subjacentes:

Na descrição do perfil das famílias e as suas problemáticas contemplamos a situação laboral do pai e da mãe, a problemática familiar, o tipo de relação entre os pais, a existência ou não de companheiro (a), o número de filhos e medidas de promoção e protecção aplicadas aos filhos, os tipos de ajuda que recebe a família, os projectos de vida e a respectiva decisão do tribunal, os contactos com a família de origem ou com outros significativos, assim como, a frequência desses mesmos contactos.

Através da análise dos processos de promoção e protecção determinamos, ainda, o tempo de permanência no centro de acolhimento temporário.

Análise Estatística: Tendo toda a informação necessária recolhida procedemos a interpretação dos questionários através do programa de estatística SPSS.

Em primeiro lugar, será nossa pretensão analisar as características dos menores que se encontram acolhidos no Centro de Acolhimento Temporário.

SEXO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
MASCULINO	18	54,5	54,5	54,5
Valid FEMININO	15	45,5	45,5	100,0
Total	33	100,0	100,0	

IDADE

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
1	1	3,0	3,0	3,0
2	3	9,1	9,1	12,1
3	1	3,0	3,0	15,2
4	6	18,2	18,2	33,3
5	1	3,0	3,0	36,4
6	4	12,1	12,1	48,5
Valid 7	1	3,0	3,0	51,5
8	7	21,2	21,2	72,7
9	3	9,1	9,1	81,8
10	1	3,0	3,0	84,8
13	3	9,1	9,1	93,9
14	1	3,0	3,0	97,0
17	1	3,0	3,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

Statistics**IDADE**

N	Valid	33
	Missing	0
Mean		7,06
Median		7,00
Mode		8
Sum		233

IDADE * SEXO

	SEXO		Total
	MASCULINO	FEMININO	
1	0	1	1
2	3	0	3
3	0	1	1
4	1	5	6
5	0	1	1
6	4	0	4
7	0	1	1
8	4	3	7
9	1	2	3
10	1	0	1
13	2	1	3
14	1	0	1
17	1	0	1
Total	18	15	33

ORFANDADE

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
SIM	2	6,1	6,1	6,1
Valid NÃO	31	93,9	93,9	100,0
Total	33	100,0	100,0	

QUEM FALECEU

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
PAI	1	3,0	50,0	50,0
Valid MAE	1	3,0	50,0	100,0
Total	2	6,1	100,0	
Missing System	31	93,9		
Total	33	100,0		

PAÍS DE ORIGEM DA FAMÍLIA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	25	75,8	75,8	75,8
Valid BRASIL	2	6,1	6,1	81,8
FRANÇA	1	3,0	3,0	84,8
GUINÉ-BISSAU	2	6,1	6,1	90,9
INGLATERRA	3	9,1	9,1	100,0
Total	33	100,0	100,0	

PAÍS DE ORIGEM DO MENOR

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	24	72,7	72,7	72,7
Valid BRASIL	1	3,0	3,0	75,8
EUA	1	3,0	3,0	78,8
GUINÉ-BISSAU	2	6,1	6,1	84,8
PORTUGAL	5	15,2	15,2	100,0
Total	33	100,0	100,0	

ETNIA CIGANA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	1	3,0	3,0	3,0
NÃO	32	97,0	97,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

Situação escolar:**REPROVAÇÕES**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	4	12,1	23,5	23,5
NÃO	13	39,4	76,5	100,0
Total	17	51,5	100,0	
Missing System	16	48,5		
Total	33	100,0		

ANO DE ESCOLARIDADE * REPROVAÇÕES

		REPROVAÇÕES		Total
		SIM	NÃO	
ANO DE ESCOLARIDADE	1º CICLO	1	5	6
	2º CICLO	2	1	3
	3º CICLO	0	1	1
	ENSINO ESPECIAL	0	3	3
	OUTROS	1	3	4
Total		4	13	17

PERCURSO ESCOLAR

		Frequency	Percent	ValidPercent
Valid	BOM ALUNO	1	3,0	5,9
	APRESENTA ALGUMAS DIFICULDADES	4	12,1	23,5
	APRESENTA MUITAS DIFICULDADES	4	12,1	23,5
	TEM NECESSIDADES ESPECIAIS	8	24,2	47,1
	Total	17	51,5	100,0
Missing	System	16	48,5	
Total		33	100,0	

SEXO * PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA ESCOLA

		PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA ESCOLA		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	6	9	15
	FEMININO	0	12	12
Total		6	21	27

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA ESCOLA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	6	18,2	22,2	22,2
Valid NÃO	21	63,6	77,8	100,0
Total	27	81,8	100,0	
Missing System	6	18,2		
Total	33	100,0		

Saúde:**DEFICIÊNCIA RECONHECIDA**

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	9	27,3	27,3	27,3
Valid NÃO	24	72,7	72,7	100,0
Total	33	100,0	100,0	

INCAPACIDADE FÍSICA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	6	18,2	18,2	18,2
Valid NÃO	27	81,8	81,8	100,0
Total	33	100,0	100,0	

INCAPACIDADE MENTAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	7	21,2	21,2	21,2
Valid NÃO	26	78,8	78,8	100,0
Total	33	100,0	100,0	

INCAPACIDADE SENSORIAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	8	24,2	24,2	24,2
Valid NÃO	25	75,8	75,8	100,0
Total	33	100,0	100,0	

ATRASSO GLOBAL AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	10	30,3	31,3	31,3
Valid NÃO	22	66,7	68,8	100,0
Total	32	97,0	100,0	
Missing System	1	3,0		
Total	33	100,0		

PARALISIA CEREBRAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	4	12,1	12,1	12,1
Valid NÃO	29	87,9	87,9	100,0
Total	33	100,0	100,0	

OUTROS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	10	30,3	30,3	30,3
Valid NÃO	23	69,7	69,7	100,0
Total	33	100,0	100,0	

SEXO * DEFICIÊNCIA RECONHECIDA

		DEFICIÊNCIA RECONHECIDA		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	5	13	18
	FEMININO	4	11	15
Total		9	24	33

SEXO * INCAPACIDADE FÍSICA

		INCAPACIDADE FÍSICA		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	3	15	18
	FEMININO	3	12	15
Total		6	27	33

SEXO * INCAPACIDADE MENTAL

		INCAPACIDADE MENTAL		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	3	15	18
	FEMININO	4	11	15
Total		7	26	33

SEXO * INCAPACIDADE SENSORIAL

		INCAPACIDADE SENSORIAL		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	4	14	18
	FEMININO	4	11	15
Total		8	25	33

SEXO * ATRASO GLOBAL AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO

		ATRASSO GLOBAL AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	5	13	18
	FEMININO	5	9	14
Total		10	22	32

SEXO * PARALISIA CEREBRAL

		PARALISIA CEREBRAL		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	1	17	18
	FEMININO	3	12	15
Total		4	29	33

SEXO * OUTROS

		OUTROS		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	5	13	18
	FEMININO	5	10	15
Total		10	23	33

Se os menores receberam algum tratamento durante o acolhimento institucional:

MÉDICOS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	29	87,9	93,5	93,5
Valid NÃO	2	6,1	6,5	100,0
Total	31	93,9	100,0	
Missing System	2	6,1		
Total	33	100,0		

PSICOLÓGICOS/PSIQUIÁTRICOS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	8	24,2	25,0	25,0
Valid NÃO	24	72,7	75,0	100,0
Total	32	97,0	100,0	
Missing System	1	3,0		
Total	33	100,0		

FISIOTERAPIA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	6	18,2	18,2	18,2
Valid NÃO	27	81,8	81,8	100,0
Total	33	100,0	100,0	

TERAPIA DA FALA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	9	27,3	27,3	27,3
Valid NÃO	24	72,7	72,7	100,0
Total	33	100,0	100,0	

OUTROS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
SIM	11	33,3	33,3	33,3
Valid NÃO	22	66,7	66,7	100,0
Total	33	100,0	100,0	

Motivos que originaram a sinalização:**SEXO * NEGLIGÊNCIA**

		NEGLIGÊNCIA		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	10	8	18
	FEMININO	9	6	15
Total		19	14	33

SEXO * MAUS-TRATOS FÍSICOS OU PSÍQUICOS

		MAUS-TRATOS FÍSICOS OU PSÍQUICOS		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	4	14	18
	FEMININO	0	15	15
Total		4	29	33

SEXO * ABANDONO

		ABANDONO		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	3	15	18
	FEMININO	3	12	15
Total		6	27	33

SEXO * SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL

		SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	0	18	18
	FEMININO	2	13	15
Total		2	31	33

SEXO * PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DO MENOR

		PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DO MENOR		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	1	17	18
	FEMININO	0	15	15
Total		1	32	33

SEXO * OUTROS

		OUTROS		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	9	9	18
	FEMININO	2	13	15
Total		11	22	33

Medidas aplicadas antes da institucionalização:**SEXO * APOIO JUNTO DOS PAIS**

		APOIO JUNTO DOS PAIS		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	7	11	18
	FEMININO	10	5	15
Total		17	16	33

SEXO * APOIO JUNTO DE OUTRO FAMILIAR

		APOIO JUNTO DE OUTRO FAMILIAR		Total
		SIM	NÃO	
SEXO	MASCULINO	2	16	18
	FEMININO	1	14	15
Total		3	30	33

SEXO * CONFIANÇA A PESSOA IDÓNEA

		CONFIANÇA A PESSOA IDÓNEA	Total
		NÃO	
SEXO	MASCULINO	18	18
	FEMININO	15	15
Total		33	33

SEXO * ACOLHIMENTO FAMILIAR

		ACOLHIMENTO FAMILIAR	Total
		NÃO	
SEXO	MASCULINO	18	18
	FEMININO	15	15
Total		33	33

SEXO * ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

		ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Total
		NÃO	
SEXO	MASCULINO	18	18
	FEMININO	15	15
Total		33	33

APOIO JUNTO DOS PAIS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
SIM	17	51,5	51,5	51,5
Valid NÃO	16	48,5	48,5	100,0
Total	33	100,0	100,0	

APOIO JUNTO DE OUTRO FAMILIAR

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
SIM	3	9,1	9,1	9,1
Valid NÃO	30	90,9	90,9	100,0
Total	33	100,0	100,0	

CONFIANÇA A PESSOA IDÓNEA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid NÃO	33	100,0	100,0	100,0

ACOLHIMENTO FAMILIAR

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid NÃO	33	100,0	100,0	100,0

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid NÃO	33	100,0	100,0	100,0

EXISTIRAM INTERRUPÇÕES OU RUPTURAS NAS INTERVENÇÕES ANTERIORES

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	20	60,6	60,6	60,6
Valid NÃO	13	39,4	39,4	100,0
Total	33	100,0	100,0	

Ressalvamos que ao longo das páginas que se seguem serão apresentadas as características do contexto familiar.

PATERNIDADE EM LITÍGIO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	3	9,1	9,1	9,1
Valid NÃO	30	90,9	90,9	100,0
Total	33	100,0	100,0	

PARADEIRO DESCONHECIDO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	2	6,1	6,1	6,1
Valid NÃO	31	93,9	93,9	100,0
Total	33	100,0	100,0	

FALECEU

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	1	3,0	3,0	3,0
Valid NÃO	32	97,0	97,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

	Frequency	Percent	ValidPercent	Cumulative-Percent
Valid EMPREGADO	14	42,4	56,0	56,0
REFORMADO	3	9,1	12,0	68,0
VIVE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS	7	21,2	28,0	96,0
DESEMPREGADO	1	3,0	4,0	100,0
Total	25	75,8	100,0	
Missing System	8	24,2		
Total	33	100,0		

ACTIVIDADE LABORAL

	Frequency	Percent	ValidPercent
Valid OUTRAS	19	57,6	57,6
TRABALHADORES QUALIFICADOS DA METALURGIA, METALOMECÂNICA E SIMILARES	1	3,0	3,0
TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA, CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E TRANSPORTES	12	36,4	36,4
Total	33	100,0	100,0

MOTIVO DE REFORMA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid INVALIDEZ	30	90,9	90,9	90,9
Total	33	100,0	100,0	100,0

ALCOOLISMO

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	6	18,2	22,2	22,2
	NÃO	21	63,6	77,8	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

TOXICODEPENDÊNCIA

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	4	12,1	14,8	14,8
	NÃO	23	69,7	85,2	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

DELIQUÊNCIA

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	NÃO	27	81,8	100,0	100,0
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

MENDICIDADE

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	1	3,0	3,7	3,7
	NÃO	26	78,8	96,3	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

PRISÃO

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	SIM	2	6,1	7,4	7,4
Valid	NÃO	25	75,8	92,6	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

INCAPACIDADE INTELECTUAL

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	SIM	7	21,2	25,9	25,9
Valid	NÃO	20	60,6	74,1	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

PROBLEMAS PSIQUIÁTRICOS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	SIM	4	12,1	14,8	14,8
Valid	NÃO	23	69,7	85,2	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

DOENÇA CRÓNICA

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	SIM	2	6,1	7,4	7,4
Valid	NÃO	25	75,8	92,6	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

PROBLEMAS ECONÓMICOS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	SIM	18	54,5	66,7	66,7
Valid	NÃO	9	27,3	33,3	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

EXERCE VIOLÊNCIA SOBRE A SUA PARCEIRA

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	SIM	6	18,2	22,2	22,2
Valid	NÃO	21	63,6	77,8	100,0
	Total	27	81,8	100,0	
Missing	System	6	18,2		
Total		33	100,0		

PARADEIRO DESCONHECIDO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	1	3,0	3,0	3,0
Valid NÃO	32	97,0	97,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

FALECEU

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
SIM	1	3,0	3,0	3,0
Valid NÃO	32	97,0	97,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
EMPREGADO	3	9,1	11,1	11,1
REFORMADO	1	3,0	3,7	14,8
Valid VIVE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS	20	60,6	74,1	88,9
DESEMPREGADO	3	9,1	11,1	100,0
Total	27	81,8	100,0	
Missing System	6	18,2		
Total	33	100,0		

ACTIVIDADE LABORAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid OUTRAS	28	84,8	84,8	84,8
TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DE ALIMENTOS, DA MADEIRA, DO VESTUÁRIO E OUTRAS INDÚSTRIAS E ARTESANATO	1	3,0	3,0	87,9
TRABALHADORES DE LIMPEZA	2	6,1	6,1	93,9
Total	33	100,0	100,0	100,0

ALCOOLISMO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	4	12,1	12,9	12,9
NÃO	27	81,8	87,1	100,0
Total	31	93,9	100,0	
Missing System	2	6,1		
Total	33	100,0		

TOXICODEPENDÊNCIA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	2	6,1	6,5	6,5
NÃO	29	87,9	93,5	100,0
Total	31	93,9	100,0	
Missing System	2	6,1		
Total	33	100,0		

DELINQUÊNCIA

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
	SIM	2	6,1	6,5	6,5
Valid	NÃO	29	87,9	93,5	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

MENDICIDADE

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	NÃO	31	93,9	100,0	100,0
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

PRISÃO

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	NÃO	31	93,9	100,0	100,0
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

INCAPACIDADE INTELECTUAL

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	15	45,5	48,4	48,4
	NÃO	16	48,5	51,6	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

PROBLEMAS PSIQUIÁTRICOS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	4	12,1	12,9	12,9
	NÃO	27	81,8	87,1	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

DOENÇA CRÓNICA

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	5	15,2	16,1	16,1
	NÃO	26	78,8	83,9	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

PROBLEMAS ECONÓMICOS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	29	87,9	93,5	93,5
	NÃO	2	6,1	6,5	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

PROSTITUIÇÃO

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	4	12,1	12,9	12,9
	NÃO	27	81,8	87,1	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	10	30,3	32,3	32,3
	NÃO	21	63,6	67,7	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

EXERCE VIOLÊNCIA SOBRE O PARCEIRO

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	1	3,0	3,2	3,2
	NÃO	30	90,9	96,8	100,0
	Total	31	93,9	100,0	
Missing	System	2	6,1		
Total		33	100,0		

SATUS DO CASAL

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	CASADOS	2	6,1	7,7	7,7
	SEPARADOS	7	21,2	26,9	34,6
	UNIÃO DE FACTO	16	48,5	61,5	96,2
	VIÚVA	1	3,0	3,8	100,0
	Total	26	78,8	100,0	
Missing	System	7	21,2		
Total		33	100,0		

TEM COMPANHEIRO/A

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	COMPANHEIRO	4	12,1	40,0	40,0
	COMPANHEIRA	2	6,1	20,0	60,0
	AMBOS TEM COMPANHEIRO	4	12,1	40,0	100,0
	Total	10	30,3	100,0	
Missing	System	23	69,7		
Total		33	100,0		

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
0	3	9,1	9,1	9,1
1	10	30,3	30,3	39,4
2	10	30,3	30,3	69,7
3	7	21,2	21,2	90,9
4	3	9,1	9,1	100,0
Total	33	100,0	100,0	

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS SINALIZADOS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
0	11	33,3	33,3	33,3
1	9	27,3	27,3	60,6
2	9	27,3	27,3	87,9
3	2	6,1	6,1	93,9
4	2	6,1	6,1	100,0
Total	33	100,0	100,0	

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
0	18	54,5	54,5	54,5
1	5	15,2	15,2	69,7
Valid 2	7	21,2	21,2	90,9
3	3	9,1	9,1	100,0
Total	33	100,0	100,0	

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS EM ACOLHIMENTO FAMILIAR

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid 0	33	100,0	100,0	100,0

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS ENTREGUES A PESSOA IDÓNEA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid 0	33	100,0	100,0	100,0

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS ENTRGUES A OUTRO FAMILIAR

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid 0	30	90,9	90,9	90,9
1	2	6,1	6,1	97,0
2	1	3,0	3,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS COM MEDIDA DE APOIO PARA AUTONOMIA DE VIDA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
0	32	97,0	97,0	97,0
Valid 1	1	3,0	3,0	100,0
Total	33	100,0	100,0	

NÚMERO TOTAL DE IRMÃOS ACOLHIDOS NA MESMA INSTITUIÇÃO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
0	23	69,7	69,7	69,7
Valid 1	4	12,1	12,1	81,8
2	6	18,2	18,2	100,0
Total	33	100,0	100,0	

A FAMÍLIA DE ORIGEM RECEBE ALGUM TIPO DE AJUDA SOCIAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
SIM	22	66,7	71,0	71,0
Valid NÃO	9	27,3	29,0	100,0
Total	31	93,9	100,0	
Missing System	2	6,1		
Total	33	100,0		

ASSINALE O TIPO DE AJUDA

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid				
ECONÓMICA	15	45,5	68,2	68,2
HABITACIONAL	1	3,0	4,5	72,7
AMBAS AS OPÇÕES	6	18,2	27,3	100,0
ANTERIORMENTE CITA- DAS				
Total	22	66,7	100,0	
Missing				
System	11	33,3		
Total	33	100,0		

PROPOSTA DO PROJECTO DE VIDA * SEXO

	SEXO		Total
	MASCULINO	FEMININO	
REUNIFICAÇÃO FAMILIAR	5	2	7
PROPOSTA DO PROJECTO ADOPÇÃO	7	6	13
DE VIDA INSTITUCIONALIZAÇÃO	2	2	4
OUTRAS	4	5	9
Total	18	15	33

SITUAÇÃO ACTUAL/DECISÃO DO TRIBUNAL

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid				
PROJECTO DE VIDA	9	27,3	36,0	36,0
AGUARDA DECISÃO DO				
TRIBUNAL				
PROJECTO DE VIDA DECI-	4	12,1	16,0	52,0
DIDO PELO TRIBUNAL				
CONCRETIZADO	12	36,4	48,0	100,0
Total	25	75,8	100,0	
Missing				
System	8	24,2		
Total	33	100,0		

A CRIANÇA OU JOVEM RECEBE VISITAS DA FAMÍLIA DE ORIGEM

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	24	72,7	75,0	75,0
Valid NÃO	2	6,1	6,3	81,3
Valid DEIXOU DE RECEBER	6	18,2	18,8	100,0
Total	32	97,0	100,0	
Missing System	1	3,0		
Total	33	100,0		

AS VISITAS SÃO SUPERVISIONADOS PELO TÉCNICO SUPERIOR

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	25	75,8	100,0	100,0
Missing System	8	24,2		
Total	33	100,0		

PAIS JUNTOS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	9	27,3	36,0	36,0
Valid NÃO	16	48,5	64,0	100,0
Total	25	75,8	100,0	
Missing System	8	24,2		
Total	33	100,0		

PAI E MÃE EM SEPARADO

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid SIM	4	12,1	16,0	16,0
Valid NÃO	21	63,6	84,0	100,0
Total	25	75,8	100,0	
Missing System	8	24,2		
Total	33	100,0		

SÓ O PAI

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	2	6,1	8,0	8,0
	NÃO	23	69,7	92,0	100,0
	Total	25	75,8	100,0	
Missing	System	8	24,2		
Total		33	100,0		

SÓ A MÃE

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	8	24,2	32,0	32,0
	NÃO	17	51,5	68,0	100,0
	Total	25	75,8	100,0	
Missing	System	8	24,2		
Total		33	100,0		

AMIGOS/AS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	2	6,1	8,0	8,0
	NÃO	23	69,7	92,0	100,0
	Total	25	75,8	100,0	
Missing	System	8	24,2		
Total		33	100,0		

OUTROS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	13	39,4	52,0	52,0
	NÃO	12	36,4	48,0	100,0
	Total	25	75,8	100,0	
Missing	System	8	24,2		
Total		33	100,0		

QUAL A FREQUÊNCIA DAS VISITAS DA MÃE

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SEMANAL	18	54,5	85,7	85,7
	QUINZENAL	1	3,0	4,8	90,5
	OUTRAS	2	6,1	9,5	100,0
	Total	21	63,6	100,0	
Missing	System	12	36,4		
Total		33	100,0		

QUAL A FREQUÊNCIA DAS VISITAS DO PAI

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SEMANAL	10	30,3	66,7	66,7
	QUINZENAL	4	12,1	26,7	93,3
	OUTRAS	1	3,0	6,7	100,0
	Total	15	45,5	100,0	
Missing	System	18	54,5		
Total		33	100,0		

QUAL A FREQUÊNCIA DAS VISITAS POR OUTROS ELEMENTOS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SEMANAL	7	21,2	46,7	46,7
	QUINZENAL	5	15,2	33,3	80,0
	OUTRAS	3	9,1	20,0	100,0
	Total	15	45,5	100,0	
Missing	System	18	54,5		
Total		33	100,0		

HÁ SAÍDAS COM A FAMÍLIA DE ORIGEM

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	9	27,3	28,1	28,1
	NÃO	23	69,7	71,9	100,0
	Total	32	97,0	100,0	
Missing	System	1	3,0		
Total		33	100,0		

COM OS PAIS JUNTOS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	3	9,1	27,3	27,3
	NÃO	8	24,2	72,7	100,0
	Total	11	33,3	100,0	
Missing	System	22	66,7		
Total		33	100,0		

PAI OU MÃE EM SEPARADO

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	NÃO	11	33,3	100,0	100,0
Missing	System	22	66,7		
Total		33	100,0		

SÓ COM O PAI

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	4	12,1	36,4	36,4
	NÃO	7	21,2	63,6	100,0
	Total	11	33,3	100,0	
Missing	System	22	66,7		
Total		33	100,0		

SÓ COM A MÃE

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	2	6,1	18,2	18,2
	NÃO	9	27,3	81,8	100,0
	Total	11	33,3	100,0	
Missing	System	22	66,7		
Total		33	100,0		

OUTROS

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePer- cent
Valid	SIM	8	24,2	72,7	72,7
	NÃO	3	9,1	27,3	100,0
	Total	11	33,3	100,0	
Missing	System	22	66,7		
Total		33	100,0		

QUANDO SE REALIZAM AS SAÍDAS COM A FAMÍLIA DE ORIGEM OU COM OUTROS SIGNIFICATIVOS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid FINS-DE-SEMANA	8	24,2	72,7	72,7
Valid AS DUAS OPÇÕES ANTERIORMENTE CITADAS	2	6,1	18,2	90,9
Valid OUTROS	1	3,0	9,1	100,0
Total	11	33,3	100,0	
Missing System	22	66,7		
Total	33	100,0		

FREQUÊNCIA QUE A CRIANÇA VÊ A FAMÍLIA DE ORIGEM

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid AUMENTOU	6	18,2	24,0	24,0
Valid MANTEVE-SE IGUAL	16	48,5	64,0	88,0
Valid DIMINUIU	3	9,1	12,0	100,0
Total	25	75,8	100,0	
Missing System	8	24,2		
Total	33	100,0		

FREQUÊNCIA DE CONTACTO TELEFÓNICO COM A FAMÍLIA DE ORIGEM OU COM OUTROS SIGNIFICATIVOS

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid UMA VEZ POR SEMANA OU MAIS	3	9,1	10,7	10,7
Valid ESPORADICAMENTE	8	24,2	28,6	39,3
Valid NUNCA	17	51,5	60,7	100,0
Total	28	84,8	100,0	
Missing System	5	15,2		
Total	33	100,0		

